



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

O LIVRO PARA ALÉM DA INFORMAÇÃO:

materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de eventos e em periódicos brasileiros em Ciência da Informação

Brasília
2021

ANA KAROLINA ALVES AMORIM

O LIVRO PARA ALÉM DA INFORMAÇÃO:

materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em
anais de eventos e em periódicos brasileiros em Ciência da Informação

Monografia apresentada como parte
das exigências para obtenção do título
de Bacharel em Biblioteconomia pela
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello da
Silva

Brasília
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: O Livro para além da informação: materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de brasileiros em Ciência da Informação eventos e em periódicos

Autor(a): Ana Karolina Alves Amorim

Monografia apresentada remotamente em **19 de novembro de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCl/UnB): Dr. Rodrigo Rabello da Silva
 Membro Interno (FCl/UnB): Dra. Georgete Medleg Rodrigues
 Membro Interno (FCl/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa

Em 01/12/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 01/12/2021, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Georgete Medleg Rodrigues, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 01/12/2021, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Karolina Alves Amorim, Usuário Externo**, em 02/12/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 03/12/2021, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7455019** e o código CRC **E4979278**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Cláudia e João, pelo apoio incondicional, e por me possibilitarem me dedicar integralmente à educação: o trabalho duro de vocês me trouxe até aqui, e torna todos os meus sonhos possíveis e alcançáveis.

Agradeço também ao meu orientador, professor Rodrigo Rabello: foi numa aula de Formação e Desenvolvimento de Acervos que fui apresentada à Eduardo Murguia e sua questão latente: o livro como um objeto para além da informação. Isso despertou minha curiosidade e o interesse pela vida acadêmica.

Agradeço igualmente à gentil disponibilidade das professoras Michelli Costa e Georgete Rodrigues por aceitarem o convite de participar da banca; o trabalho muito se beneficiou da contribuição de ambas as professoras.

Agradeço aos meus amigos por compartilharmos as dores e os sucessos da vida universitária: Luciano, Luiz, Lucas, João, Wemison, Daniele, Brunna. E agradeço ao meu namorado, Gustavo, pela amizade, pela parceria e por tornar os dias mais leves, mesmo em meio à correria do fazer científico.

Agradeço ao seu Gil, que tornou o trajeto UnB-Brazlândia mais viável, e assim contribuiu para minha permanência na universidade. Agradeço também a todos aqueles que tornam as políticas de assistência estudantil possíveis – foram através delas, e das bolsas de ProIC/UnB, que pude me manter na UnB.

Agradeço, por fim, aos livros, que mudaram minha vida; e a todos os profissionais da Biblioteconomia que, através deles, impactam a trajetória de muitos que travam contato com a aura simbólica que envolve esse objeto – sem dúvidas, uma experiência muito além da informação.

“Não sei discorrer sobre Biblioteconomia Social de outra forma senão com o sentimento na ponta dos dedos e coração ‘entupetado’ de lembranças, emoções por constatar a diferença que o nosso fazer bibliotecário é capaz de alcançar na vida de muitas pessoas.”

(Cátia Rejane Lindemann)

A5241 Amorim, Ana Karolina Alves
O livro para além da informação: materialidade a partir de dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas em anais de eventos e em periódicos brasileiros em ciência da informação / Ana Karolina Alves Amorim; orientador Rodrigo Rabello. -- Brasília, 2021.
150 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Livro. 2. Documento. 3. Materialidade. 4. Institucionalidade. 5. Bernd Frohmann. I. Rabello, Rodrigo, orient. II. Título.

RESUMO

O documento, pelo seu valor informativo e material, tem suscitado, de acordo com Rodrigo Rabello, discussões sobre fisicalidade, materialidade e institucionalidade dos objetos, no ambiente dinâmico dos fluxos de informação e inseridos em contextos políticos, culturais e econômicos. Discute-se aqui o documento livro, para além da informação: como um “semióforo”, ou seja, como um objeto imbuído de significado, tal como conceituado por Krzysztof Pomian; que carrega, para além da significação, materialidade e intencionalidade, conforme argumentado por Eduardo Murguía. O acesso ao livro apresenta diversas potencialidades, e sua conceituação no bojo da materialidade pode ampliar os horizontes investigativos sobre o tema na ciência da informação. Assim, objetiva-se refletir sobre o livro para além da informação, considerando sua materialidade em possíveis dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais, utilizando como referencial teórico a obra de Bernd Frohmann. Para tanto, foi realizada revisão narrativa de literatura e revisão sistemática de literatura considerando, ainda, a perspectiva da história dos conceitos para a delimitação do *corpus*, algo que permitiu a realização de um estudo temático-comparativo a partir das dimensões conceituais trabalhadas. A análise das publicações, sob as lentes da teoria frohmanniana, resultou na sua sistematização em dimensões convergentes – ao corroborar a materialidade de significação e intencionalidade; dimensões diferenciadas ou relativamente divergentes – ao enfatizarem a importância do suporte; e dimensões complementares – ao considerarem, simultaneamente, os aspectos físicos e simbólicos dos documentos, sob o aspecto da transversalidade. Tal sistematização, assim, subsidiou a compreensão do conceito de materialidade pelo viés da multidimensionalidade, e contribuiu para a reflexão sobre o valor simbólico do documento – e, em particular, na forma *livro* – na literatura nacional da ciência da informação.

Palavras-chave: Livro. Documento. Materialidade. Intencionalidade. Institucionalidade. Bernd Frohmann.

ABSTRACT

The document, due to its informative and material value, raises, according to Rodrigo Rabello, an impact on object's physicality, materiality and institutionality, in the dynamic environment of information flows and inserted in political, cultural and economic contexts. The book document is discussed here, beyond information: as a "semiophore", that is, as an object imbued with meaning, as conceptualized by Krzysztof Pomian; which carries, beyond meaning, materiality and intentionality, as argued by Eduardo Murguía. Access to the book has several potentials, and its conceptualization in the midst of materiality can broaden the investigative horizons on the subject in information science. Thus, the objective is to reflect on the book beyond information, considering its materiality in possible converging, differentiated or relatively divergent and complementary/transversal conceptual dimensions, using the work of Bernd Frohmann as a theoretical reference. For this purpose, a narrative literature review and a systematic literature review were carried out considering the perspective of the history of concepts for the delimitation of the corpus, something that allowed the realization of a thematic-comparative study based on the conceptual dimensions worked on. The analysis of these publications, under the lens of the Frohmannian theory, resulted in the systematization of these publications in convergent dimensions – by corroborating the materiality of meaning and intentionality; differentiated or relatively divergent dimensions – by emphasizing the importance of material properties; and complementary dimensions – when considering, simultaneously, the physical and symbolic aspects of the documents, under the aspect of transversality. Such systematization, therefore, supported the understanding of the concept of materiality through the bias of multidimensionality, and contributed to the reflection on the symbolic value of the document – in book form – in the national literature on information science.

Keywords: Book. Document. Materiality. Intentionality. Institutionality. Bernd Frohmann.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese da dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann (de 1992 a 2009).....	139
Quadro 2 – Estratégias de busca para o tema “materialidade” e “materialidade do livro” (bases nacionais).....	150
Quadro 3 – Definições de convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade conceitual em relação à obra de Bernd Frohmann	70
Quadro 4 – Publicações nacionais por autoria, título, tipo e fonte.....	140
Quadro 5 – Síntese da dimensão relacional da materialidade convergente à obra de Bernd Frohmann	141
Quadro 6 – Síntese da dimensão relacional da materialidade diferenciada ou relativamente divergente à obra de Bernd Frohmann (de 2006 a 2019).....	143
Quadro 7 – Síntese da dimensão relacional da materialidade complementar/transversal à obra de Bernd Frohmann.....	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann.....	55
Figura 2 – Memorial Bebelplatz (Micha Ullman).....	74
Figura 3 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por convergência.....	148
Figura 4 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por diferenciação ou divergência relativa.....	148
Figura 5 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por complementaridade/transversalidade.....	148
Figura 6 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade.....	149
Figura 7 – Dimensão relacional da materialidade na literatura mapeada relacionada à Bernd Frohmann.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCDM – base de dados da Faculdade de Ciência da Informação da UnB

ABNT – Agência Brasileira de Normas Técnicas

ANT – *Actor Network Theory* (em português, teoria Ator-Rede)

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CBBB – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CI – Ciência da Informação (área disciplinar)

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

E-Lis – Eprints em Biblioteconomia e Ciência da Informação

ENANCIB – Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação

FCI/UnB – Faculdade de Ciência da Informação da UnB

IP – *Information Policy* (em português, política de informação)

LIS – *Library and Information Science* (em português, Biblioteconomia e Ciência da Informação)

LISA – Library and Information Science Abstracts

LISTA – Information Science and Technology Abstracts

ProIC/UnB – Programa de Iniciação Científica da UnB

UnB – Universidade de Brasília

UFPR – Universidade Federal do Paraná

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO E REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 DOCUMENTAÇÃO, DOCUMENTO E MATERIALIDADE EM BERND FROHMANN: DOS CAMINHOS DE REFLEXÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO ÀS (IN)DEFINIÇÕES DE DOCUMENTO.....	20
2.2 ANÁLISE DO DISCURSO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM CAMINHO DE REFLEXÃO	23
2.3 SOB AS LENTES DA TEORIA ATOR-REDE: A CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	35
2.4 O <i>CONTINUUM</i> CONCEITUAL: DA FILOSOFIA DA DOCUMENTAÇÃO PARA A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO.....	38
2.4.1 <i>Informação e seus aspectos sociais, materiais e públicos</i>	42
2.5 MULTIPLICIDADE, MATERIALIDADE E AGÊNCIA AUTÔNOMA DA DOCUMENTAÇÃO	45
2.6 SOBRE DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO: OS <i>ASSEMBLAGES</i>	47
2.7 O QUE É O DOCUMENTO: UMA PERGUNTA, DIVERSAS POSSIBILIDADES.....	51
2.8 A DIMENSÃO RELACIONAL DA MATERIALIDADE EM BERND FROHMANN	53
3 LIVRO E MATERIALIDADE: CONTEXTO E HORIZONTES INTERPRETATIVOS E PROCEDIMENTAIS	56
3.1 MATERIALIDADE DO OBJETO LIVRO	56
3.1.1 <i>Materialidade do livro em contextos institucionais</i>	57
3.2 HORIZONTE INTERPRETATIVO	60
3.2.1 <i>Aporte teórico-metodológico: história dos conceitos</i>	60
3.2.2 <i>Horizonte procedimental: mapeamento e estudo temático-comparativo</i>	65
3.2.2.1 Mapeamento de textos nacionais sobre “materialidade” e “materialidade do livro”: artigos publicados em periódicos e publicações em anais de eventos	65
3.2.3 <i>Estudo temático-comparativo: concepções de materialidade por convergência, diferenciação ou divergência relativa e/ou complementaridade/transversalidade</i>	69
3.2.3.1 Critérios de análise	70
4 MATERIALIDADE DO LIVRO: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	71
4.1 “LIVRO”, “MATERIALIDADE” E “MATERIALIDADE DO LIVRO” COMO CONCEITOS	71
4.1.1 <i>Conceitos teorizáveis</i>	74
4.1.2 <i>Utilização e o emprego de conceitos</i>	75
4.1.3 <i>Relação entre conceito e contexto no processo de apreensão</i>	76
4.1.4 <i>Unicidade conceitual</i>	76
4.1.5 <i>Mensurabilidade da força diacrônica do conceito</i>	77
4.2 MAPEAMENTO DOS TEMAS “MATERIALIDADE” E “MATERIALIDADE DO LIVRO” EM PUBLICAÇÕES NACIONAIS...77	
4.3 ESTUDO TEMÁTICO-COMPARATIVO À LUZ DA TEORIA DE BERND FROHMANN	78
4.3.1 <i>Ocorrência de citações e preâmbulo do estudo comparativo</i>	79
4.3.1.1 Ocorrência de citações	80
4.3.1.2 Fundamentação dos resultados prévios segundo os critérios	81
4.3.2 <i>Concepções de materialidade por convergência</i>	82

4.3.2.1 A construção de uma teoria social da informação: caminhos para a materialidade	83
4.3.2.2 Materialidade e institucionalidade dos documentos.....	87
4.3.2.3 Dispositivos: documentos com materialidade	94
4.3.2.4 Relações entre documento, informação e memória	97
4.3.2.5 A dimensão relacional da materialidade em convergência com Bernd Frohmann	97
4.3.3 <i>Concepções de materialidade por diferenciação ou divergência relativa (ênfase na fisicalidade)</i>	98
4.3.3.1 Biblioteca: espaço de informação corporificada	100
4.3.3.2 Configurações de sentido a partir das materializações do impresso e do arranjo	101
4.3.3.3 As características físicas: determinando raridade bibliográfica	102
4.3.3.4 Questões disciplinares: bibliografia, informação e documentação	103
4.3.3.5 Dimensão relacional da materialidade em divergência à Bernd Frohmann	103
4.3.4 <i>Concepções de materialidade por complementaridade/transversalidade</i>	104
4.3.4.1 O espaço físico promovendo o simbólico	107
4.3.4.2 O impresso configurando práticas, relações e representações	109
4.3.4.3 O livro no mundo digital	113
4.3.4.4 O objeto e o colecionador: o fenômeno do colecionismo bibliográfico	115
4.3.4.5 Institucionalização da memória: o patrimônio	117
4.3.4.6 Informação como prova ou monumento	118
4.3.4.7 Questões disciplinares: representação temática e o mundo das imagens	120
4.3.4.8 Dimensão relacional da materialidade em complementaridade/transversalidade com Bernd Frohmann	122
4.3.5 <i>A materialidade do livro: dimensão relacional e mensurabilidade da força diacrônica do conceito</i>	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1277
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	138
APÊNDICE 1 – QUADROS	138
APÊNDICE 2 – FIGURAS	147
ANEXOS	149
ANEXO 1 – QUADRO	149

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do problema

Ao livro, desde seu surgimento, foi atribuído certo *status* e valor. Na Antiguidade, e também durante toda a Idade Média, a posse de livros revelava a erudição e posição social elevada do seu possuidor. Em Alexandria e Pérgamo havia uma notória competição para que as bibliotecas de ambas as cidades possuíssem a totalidade do conhecimento humano, conforme discorre Jacob (2000). A partir do século XVII, as coleções de particulares dão origem aos primeiros museus e bibliotecas como hoje os conhecemos, realça Pomian (1982). O desenvolvimento das bibliotecas públicas, no século XIX, concomitante ao desenvolvimento industrial na Europa, tinha o objetivo claro de contribuir “[...] de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional”, e “[...] espalhar a educação, tratando todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos.” (MUELLER, 1984, p. 9-11).

Até hoje, os livros são tidos como objetos do conhecimento, que também possuem valor por outras razões, como suas características físicas, tipo de encadernação, qualidade do papel etc. Possuem, dessa forma, valores físicos e metafísicos, noutras palavras, relacionados à fisicalidade e materialidade. Inseridos na sociedade, recebem as influências do meio e dos grupos sociais. Ao tornarem-se parte de acervos, são institucionalizados. Aliados à educação, são recursos indispensáveis para o desenvolvimento da intelectualidade humana. E entre livros e seus possuidores, desenvolvem-se relações, nas quais os sujeitos os investem de significado segundo suas intencionalidades.

O livro é trabalhado, no presente estudo, como objeto de significação, de intencionalidade e passível de compor distintas institucionalidades, numa palavra, um objeto conformado por uma materialidade precípua, mas nem sempre considerada (RABELLO, 2019a). Nesse sentido, partiu-se de um mapeamento da literatura de artigos científicos e de textos publicados em anais de eventos sobre o tema “materialidade” e “materialidade do livro”, num plano de trabalho realizado no bojo de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília

(ProIC/UnB).¹ O trabalho – que foi financiado com bolsa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – culminou na elaboração de um instrumento para embasar a investigação sobre informação materializada e institucionalizada como documento. Esse instrumento é senão o próprio mapeamento, cujos resultados formam um “estado da arte” da pesquisa sobre o tema da materialidade e da materialidade do livro (AMORIM; RABELLO, 2021).

Assim, a presente monografia dá continuidade ao percurso teórico iniciado no ProIC/UnB 2020/2021, cujos resultados foram apresentados no 27º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 18º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, evento que ocorreu entre 27 de setembro e 1º de outubro de 2021. Nessa continuidade, e à luz do mapeamento realizado, investiga-se o aspecto da materialidade e da materialidade do livro em dimensões histórico-conceituais e temático-comparativas, encontrando referencial teórico na obra de Bernd Frohmann, e visa-se contribuir para a reflexão sobre informação materializada e institucionalizada como documento e, no caso, em específico, no formato *livro*.

A partir da proposta de desdobramento do mencionado percurso e do pressuposto de que o livro pode ser concebido para além da informação, busca-se responder a seguinte pergunta: a partir de pressupostos presentes na obra de Bernd Frohmann, os conceitos de “materialidade” e, em particular, de “materialidade do livro” empregados na literatura científica nacional podem ser sistematizadas em possíveis dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais àqueles pressupostos? Nesse sentido, pode-se trabalhar a “materialidade do livro” em termos de múltiplas dimensões?

¹ O plano intitulado *Mapeamento do tema “materialidade do livro” como subsídio para a compreensão do valor social e institucional do documento na Ciência da Informação* foi desenvolvido no âmbito do projeto *Documento e institucionalidades: dos valores probatórios à validação da informação*, de autoria do Prof. Dr. Rodrigo Rabello, da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB), Edital ProIC/UnB 2020/2021.

1.2 Justificativa

A importância da materialidade é tida por Murguia (2009) como um elemento fundamental nas investigações biblioteconômicas por carregar todo um arsenal simbólico que permite estabelecer relações com o sujeito que estão para além da informação – tal perspectiva será abordada com mais profundidade na seção 4.3.4.4 (O objeto e o colecionador: o fenômeno do colecionismo bibliográfico). De modo geral, Murguia (2009) aponta para as dinâmicas que o livro estabelece no terreno da cultura, questão que motiva a reflexão sobre a materialidade do objeto livro, em particular.

Assim, partindo do pressuposto de Murguia – o livro para além da informação –, considera-se as contribuições de Bernd Frohmann à ciência da informação, a partir dos aspectos apontados no estudo de Zammataro e Albuquerque (2021), a respeito dos conceitos de informação, documento e regime de informação – nos quais a noção de materialidade, institucionalidade, historicidade e agência documentária autônoma contribuem para pensar o que *é* e o que *pode vir a ser* o campo da documentação.

Portanto, a pesquisa que aqui se propõe justifica-se por contribuir com os estudos sobre a materialidade do livro, e visa demonstrar as potencialidades desse objeto como recurso catalisador de determinadas intencionalidades, que geram significações passíveis de compor distintas institucionalidades (RABELLO, 2019a; 2021), algo relevante a ser considerado para estudos interdisciplinares nos campos da biblioteconomia e da ciência da informação, e em campos afins, tendo em vista que horizontes investigativos transcendem ou podem ir além da ideia comum de que o livro se reduz a um objeto constituído de informação para acesso ao conhecimento.

1.3 Objetivos

Isto posto, é **objetivo geral** do presente estudo: Refletir sobre o livro para além da informação, com a finalidade de compreender como essa dimensão tem sido debatida na literatura brasileira da área de ciência da informação e afins, quando pensada em termos de materialidade e institucionalidade do documento. E são **objetivos específicos**:

1. Mapear autores, obras e temas que dialogam com a ciência da informação, e com campos afins, ao tratar da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento;

2. Analisar – a partir de pressupostos presentes na obra de Bernd Frohmann – os conceitos de materialidade do livro empregados na literatura científica nacional levantada, considerando dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais àqueles pressupostos;

3. Sistematizar os conceitos, a partir das dimensões identificadas, tendo como horizonte a multidimensionalidade da materialidade do livro.

Conforme será detalhado na seção 3, dedicada ao contexto e horizontes interpretativos e procedimentais, para alcance dos objetivos específicos 1, 2 e 3 será realizado um estudo de natureza descritiva, valendo-se de revisão narrativa de literatura e de revisão sistemática de literatura, considerando, ainda, a história dos conceitos como uma perspectiva orientadora para a delimitação do corpus e para a realização do estudo temático-comparativo proposto.

Quadro 1 – Estratégias de análise dos dados de acordo com os objetivos propostos

Objetivos	Estratégia de análise dos dados
1. Mapear autores, obras e temas que dialogam com a ciência da informação, e com campos afins, ao tratar da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento	Revisão narrativa/sistemática de literatura
2. Analisar – a partir de pressupostos presentes na obra de Bernd Frohmann – os conceitos de materialidade do livro empregados na literatura científica nacional levantada, considerando dimensões conceituais convergentes, divergentes e complementares/transversais àqueles pressupostos	Descrição História dos conceitos
3. Sistematizar os conceitos, a partir das dimensões identificadas, tendo como horizonte a multidimensionalidade da materialidade do livro	Descrição Análise de Conteúdo Estudo temático-comparativo

Fonte: Elaboração nossa.

1.4 Estrutura do trabalho e referencial teórico

Nos últimos anos, estudos têm reconhecido a importância da materialidade do objeto, fato que delinea possibilidades de investigações teóricas. Especificamente, essa proposta pretende se ocupar da questão da “materialidade” e, em particular, da “materialidade do livro”.

Nesse sentido, cabe frisar a importância das investigações sobre os objetos e a cultura material, onde se inserem os estudos de Rabello e Rodrigues (2014), Pearce (1992) e Pomian (1998). Este último aborda o conceito de semióforo para se referir a objetos investidos de significado, como os livros. Esse caráter reveste de materialidade a discussão, que será reforçada por autores como Buckland (1991), Frohmann (2007; 2008; 2009), Murguia (2009; 2010) e Rabello (2018; 2019a; 2019b), no âmbito da ciência da informação. Esses dois últimos autores, influenciados Buckland e Frohmann, concebem, explicitamente, a cultura material como fio condutor das abordagens a respeito dos objetos, e destacam aspectos referentes às intencionalidades dos sujeitos e ao processo de institucionalização dos documentos.

Cada um desses estudos contribui para uma visão do livro para além da informação, e desvelam a materialidade pronunciada do objeto inserida numa rede complexa e multifacetada, onde os conceitos ora se “fundem”, por meio da convergência; ora se “chocam”, por meio da diferenciação ou divergência relativa; e, às vezes, se “unem”, mediante a incorporação de aspectos conceituais, em complementaridade/transversalidade. Empreender uma categorização teórica da literatura científica, então, delineia *um* “estado da arte” sobre o tema materialidade do livro e oferece horizontes investigativos para o aprofundamento teórico na ciência da informação.

O trabalho é composto por 5 seções: 1. Introdução, 2. Revisão de literatura, 3. Livro e materialidade: contexto e horizontes interpretativos e procedimentais, 4. Materialidade do livro: apresentação, análise e interpretação dos resultados e 5. Considerações finais, conforme pode ser observado no quadro 2:

Quadro 2 – Estrutura do trabalho

1. INTRODUÇÃO	Problema	O livro para além da informação; Percurso teórico iniciado no ProIC/UnB 2020-2021.
	Justificativa	Contribuir com a investigação sobre o valor social do documento – especificamente, o livro – na ciência da informação; Demonstrar o caráter da multidimensionalidade da materialidade do livro.
	Objetivos e metodologia	Refletir sobre o livro na ciência da informação em termos de materialidade e institucionalidade do documento; Estudo de natureza descritiva, que se vale da revisão narrativa de literatura e da história dos conceitos.

2. REVISÃO DE LITERATURA	2.1 Documentação, documento e materialidade em Bernd Frohmann: dos caminhos de reflexão da análise do discurso às (in)definições de documento	Introdução à Bernd Frohmann; Divisão estrutural do capítulo.
	2.2 Análise do discurso na biblioteconomia e ciência da informação: um caminho de reflexão	Frohmann reflete sobre a análise do discurso de Foucault como recurso metodológico para a ciência da informação.
	2.3 Sob as lentes da teoria ator-rede: a construção conceitual de políticas de informação	Frohmann trata das políticas de informação, que se relacionam aos aspectos sociais, políticos e institucionais.
	2.4 O continuum conceitual: da filosofia da documentação para a filosofia da informação	Frohmann aponta para uma filosofia da informação, e o conceito de “informação como fenômeno”.
	2.5 Multiplicidade, materialidade e agência autônoma da documentação	Frohmann discute sobre a “nova documentação”.
	2.6 Sobre documento e documentação: os <i>assemblages</i>	Frohmann vale-se das obras de Deleuze, Latour e Foucault, para refletir sobre os <i>assemblages</i> e as práticas documentárias inseridas nos fenômenos sociais.
	2.7 O que é o documento: uma pergunta, diversas possibilidades	Frohmann analisa o clássico artigo de Michael Buckland <i>What is a “document”?</i> (1997).
	2.8 A dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann	Onde a materialidade situa-se e quais os percursos de amadurecimento epistemológico do conceito na obra do autor.
3. LIVRO E MATERIALIDADE: COTEXTO E HORIZONTES INTERPRETATIVOS E PROCEDIMENTAIS	3.1 Materialidade do objeto livro	O livro para além da informação, suas facetas e potencialidades.
	3.2 Horizonte interpretativo	Aporte teórico-metodológico, horizonte teórico-procedimental e estudo temático-comparativo (critérios de análise).
4. MATERIALIDADE DO LIVRO: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	4.1 Livro, materialidade e materialidade do livro como conceitos	Parte da história dos conceitos de Koselleck (1992) para pensar o livro, a materialidade e a materialidade do livro como conceitos
	4.2 Mapeamento dos temas “materialidade” e “materialidade do livro” em publicações nacionais	Resultados do mapeamento realizado por Amorim e Rabello (2021) e recorte metodológico.
	4.3 Estudo comparativo: convergência, divergência e/ou complementaridade/transversalidade sobre a materialidade do livro à luz da teoria de Bernd Frohmann	Estudo comparativo com base no mapeamento sobre o tema da materialidade e da materialidade do livro, agrupado pela afinidade ou não ao conceito de materialidade presente na obra de Bernd Frohmann.
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS		

Fonte: Elaborado pela autora.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção se subsidia na obra de Bernd Frohmann, onde o conceito de materialidade – objeto do estudo – encontra solo profícuo de expansão. Assim, foi realizada uma busca acerca das publicações do autor – principalmente por meio da bibliografia de textos que também utilizam o autor como referência – que resultou num corpus de 9 publicações, que são analisadas e discutidas a seguir. De modo a diferenciar os textos analisados (de autoria de Frohmann), dos textos citados por ele em suas obras, utiliza-se o seguinte critério, em conformidade com a norma Informação e documentação – Citações em documentos (ABNT, 2002):

- a) Para assinalar a leitura de Frohmann, utiliza-se o modelo autor-data: o nome do autor e o ano de publicação da obra em questão. Exemplo: Frohmann (1992).
- b) Para os autores citados por Frohmann, utiliza-se o nome da obra, nome do autor e ano de publicação, com a referência em nota: além disso, na ocasião de repetição, utiliza-se a abreviação em latim *Ibid.*, seguida do ano. Exemplo: Frohmann (1992) discute sobre a obra *Discipline and Punish*, de Michel Foucault, publicada em 1975 (primeira citação, referência em nota); Foucault (segunda citação, indicação de nota no texto, e a expressão “*Ibid.*, 1975.” em nota).

2.1 Documentação, documento e materialidade em Bernd Frohmann: dos caminhos de reflexão da análise do discurso às (in)definições de documento

Bernd Frohmann possui uma obra profícuo na área de ciência da informação, especificamente nas áreas de teoria da mídia alemã, arqueologia da mídia e informação e ética midiática. Fez parte do quadro executivo da *University of Western Ontario Faculty Association*, universidade na qual trabalhou até se aposentar em 2012, como professor emérito e adjunto associado na *Faculty of Information and Media Studies*. Entre 2001 e 2003 foi editor na publicação *Faculty Times* e, após completar seu doutorado em Filosofia, trabalhou no *Bertrand Russell Editorial Project* na *McMaster University* (LONDONRIVERBANK, c2021). No seu perfil do Google Acadêmico, suas publicações

situam-se entre 1992 e 2018, com 2570 citações, 24 de índice h^2 e 26 de índice $i10^3$ (SCHOLAR, c2021).

Foi influenciado pelas obras de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze – e seu coautor, Félix Guattari –, Bruno Latour, entre outros. Nos enunciados de Foucault, encontrou a *massa*, *inércia* e *resistência* que conferem materialidade aos enunciados; nos *assemblages* de Deleuze e Guattari, e no *reassembling the social* de Latour, embasamento para pensar as práticas documentárias inseridas no contexto político e social. Da análise do discurso às (in)definições de documento, Frohmann oferece diversas possibilidades de análise e reflexão.

Desse modo, objetiva-se, nesse capítulo, discorrer sobre algumas das obras de Frohmann publicadas entre 1992 e 2009⁴, com vistas a identificar os principais conceitos tratados pelo autor, bem como o percurso epistemológico dos mesmos ao longo de quase duas décadas de produção intelectual e científica. Em especial, nos interessa o conceito de *materialidade* proposto pelo autor, e seu viés de *institucionalidade*, referenciais para refletir a respeito da literatura levantada na seção de metodologia. De fato, a materialidade em Frohmann⁵ constitui *critério* heurístico para agrupar os demais autores por meio das dimensões conceituais *convergentes*, *diferenciadas* ou *relativamente divergentes* e *complementares/transversais*.

Assim, a presente seção divide-se nos seguintes tópicos:

- Análise do discurso na biblioteconomia e ciência da informação: um caminho de reflexão – Frohmann reflete sobre a análise do discurso de Foucault como recurso

² Índice h é uma métrica do Google Acadêmico que mede o maior número h , “[...] sendo que h publicações possuem, no mínimo, h citações.” (SCHOLAR, c2021). No caso de Frohmann, 24 de suas publicações possuem então, no mínimo, 24 citações em outros trabalhos.

³ Outra métrica do Google Acadêmico, o índice $i10$ “[...] é o número de publicações com no mínimo, 10 citações.” (SCHOLAR, c2021). No caso de Frohmann, 26 é o número de publicações com no mínimo, 10 citações.

⁴ Respectivamente as obras: *The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint* (1992), *Discourse analysis as a research method in library and information science* (1994), *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory* (1995), *Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research* (2000), *Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of Information* (2004), *O caráter social, material e público da informação* (2006), *Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation* (2007), *Documentary ethics, ontology, and politics* (2008) e *Revisiting “What is a ‘document’?”* (2009).

⁵ Em leitura de Frohmann, e especificamente com foco na materialidade, se destacam as abordagens de autores como Rabello (2018, 2019b), Rabello e Rodrigues (2016, 2017), Grigoletto e Murguia (2015), Saldanha (2013), Campos e Venâncio (2006) e Ferrando e Freitas (2017) – cujas obras serão abordadas com mais profundidade na seção 4.3.2 de *Concepções de materialidade por convergência*.

metodológico para a ciência da informação. Compreende os textos *The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint* (1992), *Discourse analysis as a research method in library and information science* (1994) e *Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research* (2000);

- Sob as lentes da teoria ator-rede: a construção conceitual de políticas de informação – Frohmann trata das políticas de informação (IP, sigla para o inglês *Information Policy*), que se relacionam aos aspectos sociais, políticos e institucionais;
- O *continuum* conceitual: da filosofia da documentação para a filosofia da informação – sob o bojo da filosofia da documentação, Frohmann aponta para uma filosofia da informação, e o conceito de “informação como *fenômeno*”, no artigo *Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of Information* (2004);
- Informação e seus aspectos sociais, materiais e públicos – Frohmann discute sobre “O caráter público, material e social da informação em nosso tempo”, tema do sétimo Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em palestra proferida no evento, que ocorreu em Marília, 2006;
- Multiplicidade, materialidade e agência autônoma da documentação – do inglês *Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation* (2007), Frohmann discute sobre a “nova documentação”, chamando atenção para as práticas documentárias relacionadas aos fenômenos sociais, políticos, científicos e culturais;
- Sobre documento e documentação: os *assemblages* – Frohmann vale-se das obras de Deleuze, Latour e Foucault, para refletir sobre os *assemblages* e as práticas documentárias inseridas nos fenômenos sociais, no seu texto *Documentary ethics, ontology, and politics* (2008);
- O que é o documento: uma pergunta, diversas possibilidades – Frohmann analisa o clássico artigo de Michael Buckland *What is a “document”?* (1997), em *Revisiting “What is a ‘document’?”* (2009), e pondera sobre as possibilidades da (in)definição do conceito de documento.

Ao caminhar pelos trajetos de Frohmann, será possível refletir sobre o conceito de materialidade, e embasar teoricamente a discussão a seguir sobre as dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais, sob as lentes de um dos teóricos mais relevantes das últimas décadas para a ciência da informação.

2.2 Análise do discurso na biblioteconomia e ciência da informação: um caminho de reflexão

Inicia-se a discussão pelo artigo *The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint*, onde Frohmann (1992) empreende uma análise do discurso da perspectiva cognitiva na área de biblioteconomia e ciência da informação (LIS – sigla para o termo em inglês *Library and Informational Science*), e identifica algumas estratégias discursivas que constituem, por um lado, a informação como *commoditie*; e por outro, os indivíduos como consumidores de informação potenciais.

O autor comenta que o contínuo debate na LIS pode ser visto como um confronto entre abordagens epistemológicas divergentes, cada qual objetivando estabelecer bases teóricas sólidas para o campo. Segundo o autor, é muito comum que essas abordagens, a sua maneira, tentem definir o complexo conceito de “informação”. Ele destaca o estudo *In search of a name: information science and its conceptual antecedents*, de Alvin Schrader⁶, publicado em 1984, que enxerga como um “caos conceitual” essas tentativas de definição conceitual. Para Frohmann (1992), a coexistência dessas narrativas teóricas reflete o fenômeno do discurso presente na LIS, foco de sua análise.

Ao enfatizar o fenômeno discursivo, Frohmann (1992) chama atenção para aspectos sociais inerentes à teoria. Isto é, a informação e as práticas documentárias não podem ser compreendidas desassociadas de suas implicações de ordem social, econômica, política e cultural. O autor destaca a obra *Powermatics: a discursive critique of new communications technology*, de Marike Finlay⁷, de 1987, para quem o campo da

⁶ SCHRADER, Alvin M. In search of a name: information science and its conceptual antecedents. **Library and Information Science Research**, [S.l.], n. 6, p. 227-271, jul.-set. 1984.

⁷ FINLAY, Marike. **Powermatics: a discursive critique of new communications technology**. London, New York: Routledge & Kegan Paul, 1987.

análise do discurso pode ser compreendido como o estudo do “modo” que falamos de objetos e ideias. Para Nancy Fraser⁸, em seu texto *Unruly practices: power, discourse, and gender in contemporary social theory*, de 1989, a análise do discurso na LIS permite caracterizar os aspectos contextuais nos seus constructos teóricos. A seu modo, Michel Foucault⁹, em *Power/knowledge: selected writings and other interviews 1972-1977*, texto de 1980, entende que o uso da análise do discurso é particularmente apropriado ao que considera disciplinas de “baixo perfil epistemológico” (“*low epistemological profile*”).

A perspectiva cognitiva na LIS, no recorte desse trabalho, restringe-se à teoria e baseia-se no trabalho de Nicholas Belkin, de 1990¹⁰, intitulado *The cognitive viewpoint in information Science*. Esse autor, por sua vez, cita o trabalho *The foundations of information Science*, de Bertram Brookes¹¹, publicado em 1980, a quem considera um dos pioneiros a usar a perspectiva cognitiva na LIS. No viés da ciência natural, Brookes¹² apresenta séries, ordens, hierarquias, arranjos, tecnologias...; enfim, vários aspectos que fazem parte do espectro dos processos informativos. Assim, o discurso natural-científico configurou o que era ou não aceitável em termos teóricos na área. Esse ponto de vista também é corroborado por Belkin e Robertson¹³, na obra de 1976 *Information science and the phenomenon of information*, na qual replicam a narrativa natural-científica da *informação biológica*, e também se baseiam em Brookes¹⁴.

Nesse discurso cognitivo, a “estrutura” e a “imagem” são elementos fundamentais, e atuam como notações ou métodos de descrição de cada um dos estágios das séries. Concebida por Belkin e Robertson¹⁵ inicialmente como categoria, mais tarde entende-se “estrutura” como uma “entidade específica” (“*specific entity*”). Nesse viés, “[...] a produção e o uso dos documentos serão regulados pela linguagem das imagens concebidas como

⁸ FRASER, Nancy. **Unruly practices**: power, discourse, and gender in contemporary social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

⁹ FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge**: selected writings and other interviews 1972-1977. New York: Pantheon, 1980.

¹⁰ BELKIN, Nicholas J. The cognitive viewpoint in information science. **Journal of Information Science**, [S.l.], n. 16, p. 11-15, 1990.

¹¹ BROOKES, Bertram C. The foundations of information science: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, [S.l.], n. 2, 1980.

¹² *Ibid.*, 1980.

¹³ BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], n. 26, p. 197-204, 1976.

¹⁴ *Ibid.*, 1980.

¹⁵ *Ibid.*, 1976.

entidades natural-científicas, dadas objetivamente e cientificamente representáveis.” (FROHMANN, 1992, p. 371, tradução nossa¹⁶).

Frohmann (1992) então salienta 7 estratégias discursivas da perspectiva cognitiva:

- 1) Imperialismo teórico (*Theoretical imperialism*) – a abordagem cognitiva visa apresentar-se como uma teoria total e única na LIS, impondo um discurso universal, pois seu objeto teórico são estruturas do conhecimento, ou “modelos de mundo” (“*models of the world*”);
- 2) Referencialidade e reificação (*Referentiality and reification*) – algumas expressões possuem função-chave nas investigações, tais como: “imagem” (*image*), “modelo” (*model*), “retrato” (*picture*), “estrutura de conhecimento” (*knowledge structure*) e “loja de conhecimento” (*knowledge store*). O mundo teórico consiste de imagens, que passam por procedimentos de investigação, análise, identificação, classificação etc.: “[...] o efeito discursivo de desenvolver técnicas especiais para investigar as características da imagem é impor uma retórica dos processos de informação como mudanças nos referentes dos termos teóricos.” (FROHMANN, 1992, p. 373, tradução nossa¹⁷);
- 3) Interiores: representações e processamento (*Interiors: representations and processing*) – a perspectiva cognitiva está repleta de imagens, representações, reflexões e aparências. Ou seja, as imagens não necessariamente representam os objetos diretamente, mas possuem “estruturas” que representam outras entidades – as *reflexões*, que por sua vez, podem ou não refletir estruturas do mundo real. Ainda assim, as representações são tidas como os meios de processamento da informação. A lógica dos “interiores” diz respeito à uma série de causas que influenciam as características das representações, reflexões e aparências internas. Nesse sentido, a abordagem cognitiva encontra bojo na construção da identidade individual como algo mais interno do que social;

¹⁶ “[...] document production and use will be regulated by the language of images conceived as natural-scientific entities, objectively and scientifically representable.” (FROHMANN, 1992, p. 371).

¹⁷ “[...] the discursive effect of developing special techniques to investigate image characteristics is to impose a rhetoric of information processes as changes in the referents of theoretical terms.” (FROHMANN, 1992, p. 373).

- 4) Individualismo radical: o apagado campo social reconstruído como imagem (*Radical individualism: the erased social field reconstructed as image*): a individualidade é um traço característico da abordagem cognitiva, e os aspectos sociais são analisados pela sua influência na individualidade dos sujeitos e das imagens;
- 5) Conhecimento (*Knowledge*): segundo o autor, há uma tensão entre a linguagem da representação e a linguagem do conhecimento na abordagem cognitiva:
- [...] o ponto de vista cognitivo precisa realizar pouco trabalho discursivo para estabelecer conexões gramaticais entre mundo, estrutura, conhecimento e ciência; sua conquista é inserir a fala sobre informação, imagem e representação em um espaço onde os discursos do mundo, da ciência, da estrutura e do conhecimento já são contíguos (FROHMANN, 1992, p. 378, tradução nossa¹⁸).
- 6) Intervenção de especialista (*Expert intervention*) – com base em Fraser¹⁹, o autor aponta que a abordagem cognitiva delinea atores como o cientista da informação, que possui conhecimento informativo; o usuário da informação e produtores de informação, como sites etc.;
- 7) Razão informativa (*Informational reason*) – as palavras-chave são: eficiência, padronização, previsibilidade, performance etc.

A análise da abordagem cognitiva e seus recursos permite compreender como o poder opera de forma discursiva nos modos de determinar como se falar ou abordar certos temas.²⁰ Além de operar exercendo poder, Foucault²¹ destaca que o poder também desabilita outros. De modo geral:

A conclusão da análise apresentada aqui é que a promessa 'centrada no usuário' do ponto de vista cognitivo é comprometida

¹⁸ “[...] the cognitive viewpoint need perform little discursive labour to stablish grammatical connections between world, structure, knowledge, and science; its achievement is to insert talk about information, image, and representation into a space where the discourses of world, science, structure, and knowledge are already contiguous.” (FROHMANN, 1992, p. 378).

¹⁹ *Ibid.*, 1989.

²⁰ Essa temática foi abordada e denunciada como a “colonização do conhecimento” em alguns estudos na área das ciências sociais e afins. O conhecimento tido como “colonizado”, segundo Lewis Gordon, é senão o conhecimento produzido por perspectivas dominantes na ciência, como é o caso de construções teóricas europeias, e essa reflexão levanta a questão de se o conhecimento foi “livre” alguma vez. Essa ideia é desenvolvida em: GORDON, Lewis R. Decadência disciplinar e a de(s)colonização do Conhecimento. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017, p. 110-126.

²¹ *Ibid.*, 1980.

pelas formas em que seus recursos discursivos são mobilizados para integrar firmemente os usuários dentro de um sistema de mercado de consumo de informação tão fora de seu controle quanto qualquer outro sistema altamente monopolizado de produção e troca de produtos de consumo (FROHMANN, 1992, p. 384, tradução nossa, destaque do autor²²).

Esse raciocínio tem continuidade em *Discourse analysis as a research method in library and information science*, onde Frohmann (1994) segue demonstrando como a análise do discurso de Foucault e seus discípulos constitui uma metodologia eficiente para os estudos em LIS. As vantagens de uma metodologia de pesquisa qualitativa são percorridas por Raya Fidel²³ em *Qualitative methods in information retrieval research*, de 1993; e Jane Bradley e Brett Sutton²⁴ em *Reframing the paradigm debate*, obra do mesmo ano. Sutton²⁵, em *The rationale for qualitative research: A review of principles and theoretical foundations*, também de 1993, a sua maneira, agrega as abordagens fenomenológica, interacionista simbólica, filosófica, etnográfica e antropológica à variedade de disciplinas e métodos também utilizados na LIS. Também um método multidisciplinar, a análise do discurso promove a vantagem da contextualização na pesquisa qualitativa, conforme preconizado por Sutton²⁶.

O objeto de estudo da análise do discurso é o próprio discurso, frisa o autor. O tipo de discurso denominado de “atos sérios da fala” (“*serious speech acts*”), termo de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow²⁷, cunhado na obra *Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics*, de 1983. Esses tipos de “fala” são ditos por sujeitos privilegiados em contextos institucionais. No âmbito da LIS, a análise do discurso: “[...] tem à sua disposição um rico e crescente corpo de dados que consiste em diálogos acadêmicos e profissionais que abordam, de forma oblíqua ou diretamente, a questão do que é a

²² “[...] The conclusion of the analysis presented here is that the 'user-centric' promise of the cognitive viewpoint is compromised by the ways in which its discursive resources are mobilised to integrate users firmly within a market system as information consumption as much outside their control as any other highly monopolised system of consumer product production and exchange.” (FROHMANN, 1992, p. 384).

²³ FIDEL, Raya. Qualitative methods in information retrieval research. **Library and Information Science Research**, [S.l.], n. 15, p. 219-247, 1993.

²⁴ BRADLEY, Jana; SUTTON, Brett. Reframing the paradigm debate. **Library Quarterly**, [S.l.], n. 63, p. 405-409, 1993.

²⁵ SUTTON, Brett. The rationale for qualitative research: A review of principles and theoretical foundations. **Library Quarterly**, [S.l.], n. 63, p. 411-430, 1993.

²⁶ *Ibid.*, 1993.

²⁷ DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

informação e do que suas relações próximas podem ser.” (FROHMANN, 1994, p. 120, tradução nossa²⁸).

Conforme aponta Ludwig Wittgenstein, mesmo os discursos cotidianos não podem ser considerados “apenas palavras” (“*just words*”), visto que se inserem em contextos de práticas sociais, que requerem mais ou menos regulação, com a função de estabilizar significantes e referenciais na consciência do sujeito e no mundo real. De forma similar, Finlay²⁹ corrobora o papel das instituições como estabilizadoras do discurso. De acordo com Frohmann (1994), de 1876 até o momento deste artigo, os discursos na LIS convivem com formas institucionais e tipos de poderes sobre a informação, seus usos e usuários. Além da literatura proeminente de diversos campos, organizações, instituições, associações etc. também contribuíram para a área ao tratar do tema da informação: “[...] As redes criadas por essas identidades, ou posições de sujeitos, e suas inter-relações configuram os recursos discursivos disponíveis para a articulação dos problemas do campo.” (FROHMANN, 1994, p. 121, tradução nossa³⁰).

Conforme destacado, as teorias na LIS se aproximam do que Foucault³¹ entende, em seus estudos psiquiátricos, por disciplinas de “baixo perfil epistemológico” (“*low epistemological profile*”). De forma coaduna, Graham Jones³² se refere como *This Incredible Stream of Garbage*, seu artigo de 1976 a respeito dos 100 anos da literatura na área de LIS. No entanto, Frohmann destaca: “[...] Até mesmo a interpretação mais benevolente do 'baixo perfil epistemológico' da teoria em LIS sugeriria uma interpretação bastante ecumênica do termo 'teoria', ao delimitar as fronteiras do campo discursivo aqui proposto.” (FROHMANN, 1994, p. 123, tradução nossa³³, destaques do autor).

Muitos são os teóricos em LIS; alguns se apoiam nas ciências tidas como “duras” e seus rigorosos métodos quantitativos de testar hipóteses. O rigor epistemológico no

²⁸ “[...] has at its disposal a rich and growing body of data consisting of academic and professional talk that addresses, either obliquely or directly, the question of what informational and its near relations might be.” (FROHMANN, 1994, p. 120).

²⁹ *Ibid.*, 1987.

³⁰ “[...] The networks created by the identities, or subject positions, and their interrelationships configure the discursive resources available for the articulation of the field's problems.” (FROHMANN, 1994, p. 121).

³¹ *Ibid.*, 1980.

³² JONES, Graham. This incredible stream of garbage: The library journals, 1876-1975. **The Indexer**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 9-14, 1976.

³³ “[...] Even the most charitable interpretation of LIS theory's 'low epistemological profile' would suggest a rather catholic interpretation of the term 'theory' in staking out the borders of my proposed discursive field.” (FROHMANN, 1994, p. 123).

qual se apoiam essas teorias não é, no entanto, uma condição para a análise do discurso, conforme salienta o autor. Além da abordagem cognitiva na LIS que, a seu modo, emprega alguns elementos discursivos na teoria, conforme elucida Edward Sampson³⁴ na obra *Cognitive psychology as ideology*, de 1994, e anteriormente abordado por Frohmann (1992); outra abordagem recorrente é a interpretação ecumênica na qual a teoria em LIS possui a missão de respeitar a moral, a intelectualidade, a cultura, a história, a civilização e a sociedade. Por outro lado, a análise do discurso “[...] transgride, em sua escolha de dados, algumas das familiares fronteiras entre as oposições tradicionais de acadêmico/não acadêmico, profissional/não profissional ou pesquisa/não pesquisa.” (FROHMANN, 1994, p. 124, tradução nossa³⁵).

As configurações teóricas na LIS são processos que envolvem trabalho intelectual e são construídas a partir do trabalho social. O trabalho *The conceptual practices of power: A feminist sociology of knowledge*, de Dorothy Smith³⁶, publicado em 1998, fornece uma análise acerca de como o poder opera em práticas discursivas teóricas, e como podemos identificar formas objetificadas de conhecimento como produtos do trabalho intelectual teórico, que são também elementos ou “propriedades da organização institucional” (“*properties of institutional organization*”), como a autora descreve. Sua contribuição para a LIS é a compreensão da teoria como produto de trabalho intelectual, e as propriedades das formas de organização institucional.

Como exemplo, Frohmann cita o discurso tecnoburocrático das obras *Book selections*, *The coming catalogue* e *The profession*, de Melvin Dewey³⁷, publicadas respectivamente em 1877, 1978a e 1978b. Em *Melvil Dewey and the corporate ideal*,

³⁴ SAMPSON, Edward E. Cognitive psychology as ideology. **American Psychologist**, [S.l.], v. 36, p. 730-743, 1981.

³⁵ “[...] transgresses in its choice of data some of familiar borders between traditional oppositions of scholarly/non-scholarly, professional/nonprofessional, or research/nonresearch.” (FROHMANN, 1994, p. 124).

³⁶ SMITH, Dorothy E. **The conceptual practices of power: A feminist sociology of knowledge**. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

³⁷ Respectivamente:

DEWEY, Melvil. Book selections. **American Library Journal**, [S.l.], v. 1, p. 391-393, 1877.

_____. The coming catalogue. In: VANN, S. K. (ed.). **Melvin Dewey: His enduring presence in librarianship: The Heritage of Librarianship Series**. Littleton: Libraries Unlimited, 1978a, p. 161-164.

_____. The profession. In: VANN, S. K. (ed.). **Melvin Dewey: His enduring presence in librarianship: The Heritage of Librarianship Series**. Littleton: Libraries Unlimited, 1978b, p. 70-71.

publicado em 1983, Francis Miksa³⁸ afirma que Dewey é o centro da história moderna das bibliotecas. Dialogicamente, Dee Garrison³⁹, em *Dewey the apostle*, de 1983, agrega que o trabalho de Dewey está inserido no contexto histórico, e promove a padronização, a uniformidade e a mecanização dos procedimentos realizados em biblioteca. As análises de Miksa e Garrison⁴⁰ compartilham uma compreensão da informação construída em Dewey nas suas formas de subjetividade, com ênfase no contexto histórico.

No seu discurso tecnoburocrático, Dewey⁴¹ trata da transformação dos livros e da leitura de monumentos culturais em capital intelectual: “[...] A construção discursiva da biblioteconomia como instituição, operação e manutenção de procedimentos racionalizados, mecanizados, padronizados e tecnoburocráticos constrói uma identidade - (...) - que contesta seu (...) tradicional papel de guardião da alta cultura.” (FROHMANN, 1994, p. 130, tradução nossa⁴²). O autor também exemplifica com Shiyali Ramamrita Ranganathan, que inaugura na década de 1930 novos métodos de tratamento da informação, nos quais operam tensões discursivas – estas inseridas em projetos teóricos – de formas objetificadas de conhecimento. Analisar as construções discursivas desses autores revela as origens históricas das construções discursivas contemporâneas⁴³.

O autor pondera que as questões oriundas dessas construções não são somente epistemológicas, mas também políticas. Nesse sentido, cabe realçar a interpretação de

³⁸ MIKSA, Francis. Melvil Dewey and the corporate ideal. In: STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE J. (eds.). **Melvil Dewey: i’he man and the classification**. Albany: Forest Press, 1983, p. 49-100.

³⁹ GARRISON, Dee. Dewey the apostle. In: STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE J. (eds.). **Melvil Dewey: i’he man and the classification**. Albany: Forest Press, 1983, p. 29-47.

⁴⁰ *Ibids.*, 1983.

⁴¹ *Ibid.*, 1978a.

⁴² “[...] The discursive construction of librarianship as the institution, operation, and maintenance of rationalized, mechanized, standardized, and technobureaucratic procedures constructs an identity - (...) - witch contests his (...) traditional role as guardian of high culture.” (FROHMANN, 1992, p. 130).

⁴³ Um exemplo é a própria Classificação Decimal de Dewey (CDD). De acordo com Linda Rudell-Betts, a CDD atribuiu à comunidade LGBTI o número de chamada 301.4157, uma classificação identificada como “relações sexuais anormais”. A origem histórica dessa construção em Dewey influencia a classificação contemporânea, pois somente em 2014, o comitê editorial da CDD discutiu a mudança para “Ciências Sociais 305-306”, com termos como “identidade de gênero”, “homossexualidade”, entre outros. Essa leitura, realizada por Doreen Sullivan, demonstra que a CDD caminha para a igualdade de classificação, mas ainda não chegou lá. Essa ideia é desenvolvida em: SULLIVAN, D. **Uma breve história da homofobia na Classificação Decimal de Dewey**. Moreno. 29 jul. 2015. Disponível em: <https://mo-re-no.medium.com/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-homofobia-na-classifica%C3%A7%C3%A3o-decimal-de-dewey-e763fb5f77bc>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Fraser⁴⁴ acerca da análise do discurso e, em especial, das necessidades políticas, que também contribui para as teorias em LIS com foco nos usuários. O autor frisa que:

[...] As teorias, particularmente aquelas que apresentam os usuários como peça central, são um importante conjunto de práticas discursivas nas quais as interpretações das necessidades são explicitamente definidas, e através das quais o conflito político é travado sobre a interpretação das necessidades de informação, e sobre as identidades dos usuários da informação (FROHMANN, 1994, p. 134, tradução nossa⁴⁵).

Em 2000, o autor retoma a importância da análise do discurso de Foucault⁴⁶, e especificamente, relaciona-o com as contribuições sociais e epistemológicas da obra de Paul Otlet⁴⁷, no artigo *Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research*.

Nesse ponto, destaca-se a **concepção material da informação**, que chama a atenção para os seguintes aspectos: “[...] existência de enunciados, ao invés de sua interpretação; o papel das práticas sociais institucionalizadas com documentos; e as maneiras pelas quais os enunciados ganham a estabilidade necessária para a ‘informação’ emergir como um efeito das práticas sociais.” (FROHMANN, 2000, p. 12, tradução nossa⁴⁸, destaque do autor).

Segundo Boyd Rayward⁴⁹, em *The Case of Paul Otlet, Pioneer of Information Science, Internationalist, Visionary: Reflections on Biography*, de 1991, Otlet situa a informação numa gama complexa de interações sociais, e seu *Tratado de Documentação*, obra célebre de 1934, configura-se como um estudo pioneiro da informação como um fenômeno social. Similarmente, em *Paul Otlet's Book and the*

⁴⁴ *Ibid.*, 1989.

⁴⁵ “[...] Theories, particularly those that feature users as their centerpiece, are an important set of discursive practices in which interpretations of needs are quite explicitly spelled out, and through which political conflict is waged over the interpretation of information needs and over identities of information users.” (FROHMANN, 1994, p. 134).

⁴⁶ *Ibid.*, 1980.

⁴⁷ Revisada através dos estudos de Boyd Rayward e Ron Day, discorridos a seguir.

⁴⁸ “[...] attention to the existence of statements, rather than their interpretation; the role of institutionalized social practices with documents; and the ways in which statements gain the stability required for ‘information’ to emerge as an effect of social practices.” (FROHMANN, 2000, p. 12, destaque do autor).

⁴⁹ RAYWARD, Boyd. The Case of Paul Otlet, Pioneer of Information Science, Internationalist, Visionary: Reflections on Biography. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 135-145, 1991.

Writing of Social Space, de 1997, Ron Day⁵⁰ reforça o pioneirismo de Otlet ao mapear a informação no contexto social. No pensamento de Otlet, o sistema social de informação possui diversas propriedades materiais, tais como: a permanência, a perícia especializada dos profissionais *documentalistas*, a prática social da escrita, as instituições especializadas, o governo mundial e até a mobília adequada para armazenar e classificar os documentos. Nesse contexto, “[...] A preocupação de Otlet com os **aspectos sociais e materiais da informação** convida a uma análise foucaultiana das **propriedades materiais e institucionais da informação como discurso.**” (FROHMANN, 2000, p. 13, tradução nossa⁵¹, destaques nossos).

Otlet também se volta para uma concepção abstrata e epistemológica da informação, que ao situar-se fora do espaço e do tempo, transcende qualquer ordem social. Uma possível solução para problemas epistemológicos foi a criação do *Universal Decimal Classification* (UDC) – adaptado do *Dewey Decimal Classification* (DDC) por Otlet e Henri La Fontaine – com o objetivo de gerar conhecimento científico e tornar-se um *livro universal* (*The Universal Book*) do conhecimento, em fichas classificadas e organizadas: “[...] O conteúdo do Livro Universal é registrado e classificado como ‘informação’. Esta informação não é material, mas sim o conteúdo epistêmico imaterial de milhões de registros materiais ou *documentos*.” (FROHMANN, 2000, p. 15, tradução nossa⁵², destaques do autor).

A concepção otletiana de documentação pode ser compreendida como uma tendência pós-moderna da heterogeneidade oriunda das conexões entre os elementos materiais e conceituais dos documentos, que se caracterizam pela universalidade, epistemologia e consciência. Esses elementos constituem o próprio fenômeno da documentação, ou, aproximando-se da teoria foucaultiana, a um possível *discurso* da documentação.

⁵⁰ DAY, Ron. Paul Otlet's Book and the Writing of Social Space. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 48, n. 4, 1997.

⁵¹ “[...] Otlet's concern for the social and material aspects of information invites a Foucaultian analysis of the material and institutional properties of information as discourse.” (FROHMANN, 2000, p. 13).

⁵² “[...] The content of the Universal Book is recorded and classified ‘information’. This information is not material, but rather the immaterial epistemic content of millions of material records, or *documents*.” (FROHMANN, 2000, p. 15, destaques do autor).

A análise do discurso foucaultiana também oferece os seguintes recursos de análise para compreender a informação como **enunciados**, ou seja, a **informação materializada como discurso**:

[...] (1) a mudança da ênfase teórica da *interpretação* para a *existência* de enunciados, conjuntos de enunciados, textos e documentos; (2) o estudo de *práticas* evidentes, públicas, disciplinadas e, em particular, *institucionalizadas* como enunciados, conjuntos de enunciados, textos e documentos; e (3) o estudo de quão específico enunciados e conjuntos de enunciados alcançam *estabilidade* suficiente para constituir conhecimento autorizado e legitimado de pessoas, objetos, processos e eventos (FROHMANN, 2000, p. 16, tradução nossa⁵³, destaques do autor).

Foucault⁵⁴ realça que os enunciados possuem *existência material*, e é essa existência material que aponta para as condições de sua existência, como as instituições que os regulam, os arranjos sociais que conferem estabilidade – a materialidade que se relaciona à possibilidade ontológica de propriedades abstratas, imateriais, proposições, conceitos, imagens mentais, significantes e conteúdos epistêmicos. Ademais, a materialidade também pode ser medida por sua “**massa, inércia ou resistência**” (“*mass, inertia, or resistance*”). A materialidade para Foucault permite a (re)inscrição dos enunciados, que são regulados por práticas sociais **institucionalizadas**, e, portanto, sua base são as instituições. Sua perspectiva na LIS evidencia um desafio:

[...] O desafio colocado pela análise do discurso para os estudos de informação é como incorporar a implicação das ideias de Foucault - que a informação só emerge no mundo como *efeito* de práticas materiais, legitimadas institucionalmente com inscrições ou enunciados, de modo que enunciados e conjuntos de enunciados ganham mais ou menos estabilidade e perduram ao longo do tempo, como recursos para uma ampla gama de práticas sociais (FROHMANN, 2000, p. 17, tradução nossa⁵⁵, destaque do autor).

⁵³ “[...] (1) the shift of theoretical attention from *interpretation* to the *existence* of statements, sets of statements, texts, and documents; (2) the study of overt, public, disciplined, and, in particular, *institutionalized practices* with statements, sets of statements, texts, and documents; and (3) the study of how specific statements, and sets of statements, achieve sufficient *stability* to constitute authoritative and legitimate knowledge of persons, objects, processes, and events.” (FROHMANN, 2000, p. 16, destaques do autor).

⁵⁴ *Ibid.*, 1980.

⁵⁵ “[...] The challenge posed by discourse analysis for information studies is how to incorporate the implication of Foucault's ideas - that information only emerges in the world as an *effect* of institutionally legitimated material practices with occasioned inscriptions or utterances, such that specific statements and sets of statements gain more or less stability, and endure over time as resources for a wide range of social practices.” (FROHMANN, 2000, p. 17, destaque do autor).

O autor também detalha os *tipos de práticas* oriundas dessa análise:

[...] (1) provocar a existência de enunciados e conjuntos de enunciados; (2) inscrever enunciados em formas documentais específicas; e (3) estabelecer e legitimar plataformas de enunciação, por meio das quais certos enunciados e certos documentos se estabilizam e ganham autoridade. A análise do discurso também chama a atenção para (4) as interseções e relações dessas práticas e seus cenários institucionais, com outras práticas não documentais e cenários institucionais; e (5) as instituições políticas, econômicas e culturais que configuram práticas com documentos (FROHMANN, 2000, p. 18, tradução nossa⁵⁶).

Em sua obra célebre *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, de 1979, Foucault⁵⁷ chama a atenção para a escrita como um recurso do mecanismo da disciplina, pelo qual os indivíduos são construídos como objetos do conhecimento. Ele argumenta que o “homem” (“*Man*”) foi inventado e fixado numa massa de documentos.

Frohmann (2000) também destaca o trabalho de Ian Hacking⁵⁸ de 1983, a respeito de elementos da prática científica, intitulado *Representing and Intervening: Introductory Topics in the Philosophy of Natural Science*; e o trabalho de Andrew Pickering⁵⁹ de 1995, sobre a heterogeneidade da cultura científica, intitulado *The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science* – como exemplos de estudos sobre práticas científicas que se beneficiam da corrente foucaultiana da análise do discurso. O autor frisa que: “[...] A análise do discurso apresenta a oportunidade pedagógica para ensinar aos alunos, e a oportunidade de pesquisa para investigar as muitas conexões entre a miríade de fenômenos subordinados sob a rubrica de ‘informação’, e as estruturas formativas da vida social.” (FROHMANN, 2000, p. 22-23, tradução nossa⁶⁰).

⁵⁶ “[...]: (1) bring about the existence of statements and sets of statements; (2) inscribe statements in specific document forms; and (3) establish and legitimate platforms of enunciation, whereby certain statements and certain documents become stabilized and gain authority. Discourse analysis also draws our attention to (4) the intersections and relationships of these practices and their institutional settings, with other, non-documentary practices and institutional settings; and (5) the political, economic, and cultural institutions that configure practices with documents.” (FROHMANN, 2000, p. 18).

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison**. New York: Random House, Vintage, 1979. 189 p.

⁵⁸ HACKING, Ian. **Representing and Intervening: Introductory Topics in the Philosophy of Natural Science**. Cambridge: Cambridge Univ. Pr., 1983.

⁵⁹ PICKERING, Andrew. **The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science**. Chicago: Univ. of Chicago Pr., 1995.

⁶⁰ “[...] Discourse analysis presents the pedagogical opportunity to teach students about, and the research opportunity to investigate, the many connections between the myriad of phenomena subsumed under the

Notadamente, estes trabalhos chamam a atenção para as complexidades dos cenários institucionais e o contexto político e social no qual se situa a informação, preocupação latente na obra de Frohmann.

2.3 Sob as lentes da teoria ator-rede: a construção conceitual de políticas de informação

Um dos elementos que apontam para os cenários institucionais, políticos e sociais outrora citados, são as chamadas políticas de informação (IP, sigla para o inglês *Information Policy*). Sob o prisma da teoria ator-rede (ANT, sigla para o inglês *Actor Network Theory*), Frohmann (1995) embasa sua análise do tema em questão no artigo *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory*.

Em primeiro lugar, o autor destaca que grande parte da literatura em LIS entende as políticas de informação como tipos de políticas governamentais aplicadas aos documentos. Alguns autores ainda restringem esses estudos a esferas federais, como é o caso daqueles que tratam da produção estadunidense acerca da organização e disseminação de informação técnica e científica. Em cenários institucionais e disciplinares, o foco dos estudos relaciona-se àqueles que são afetados por políticas de informação de agentes do governo.

Novamente a questão das *commodities* torna-se relevante para pensar a informação. Não a toa, Andrew Aines e Melvin Day⁶¹, em *National planning of information services*, texto de 1975, chamam a atenção para o fato de a informação ser tratada como um investimento, ou seja, *commoditie*. Nesse sentido, a racionalização, o planejamento e a gestão das *commodities* não necessariamente fica sob responsabilidade do governo, mas sim de certos mercados regulados pelo setor privado. Além disso, os estudos sobre IP revelam um estreito foco epistemológico, e também se fixam em questões instrumentais, relacionadas a tecnologias, transferência de informação etc. Esses estudos também não reconhecem, em sua maioria, a importância das relações entre poder e informação e:

rubric of 'information' and the formative structures of social life." (FROHMANN, 2000, p. 22-23, destaque do autor).

⁶¹ AINES, Andrew A.; DAY, Melvin S. National planning of information services. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S.l.], v. 10, n. 3, 1975.

[...] como o poder é exercido nas e por meio das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de domínio, especialmente aquelas de raça, classe, sexo e gênero estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMANN, 1995, n. p., tradução nossa⁶²).

O trabalho de Aines e Day⁶³ sugere como o poder e o controle pode ser exercido – mesmo sem a interferência governamental – sobre os sistemas de informação que definem/são definidos por redes. Essas redes nas quais a informação circula possuem canais, estruturas e super estruturas organizacionais, produtores e consumidores, ou seja, são *regimes de informação*⁶⁴:

[...] Um objetivo legítimo e premente da pesquisa em política de informação é a representação clara dos regimes de informação: como eles se originam e se estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas neles e por meio deles. A descrição de uma política de informação torna-se, portanto, a descrição da genealogia de um regime de informação (FROHMANN, 1995, n. p., tradução nossa⁶⁵).

A teoria ator-rede de Bruno Latour⁶⁶, presente nas obras *The Pasteurization of France*, de 1988; *Where are the missing masses? The sociology of a few mundane*

⁶² “[...] how power is exercised in and through the social relations mediated by information, how dominance over information is achieved and maintained by specific groups, and how specific forms of dominance specially those of race, class, sex and gender are implicated in the exercise of power over information.” (FROHMANN, 1995, n. p.).

⁶³ *Ibid.*, 1975.

⁶⁴ Em consonância com Frohmann, González de Gómez (2012) empreende uma análise e definição do conceito de *regime de informação* que vale a pena frisar. Em trabalhos prévios (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, entre outros), a autora considerou regime de informação como um modo informacional que domina formações sociais, as quais estabelecem sujeitos, organizações, regras, autoridades informacionais, meios, recursos informativos, padrões, modelos de organização, distribuição etc. Todos esses elementos situam-se em um tempo, lugar e sob circunstâncias específicas, demonstrando as relações, possibilidades culturais, políticas e econômicas que constituem e sob as quais os regimes de informação estão expostos. Tal conceito permite analisar esses atores, práticas e recursos à luz de uma transversalidade específica e também pressupõe relações de informação-poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

⁶⁵ “[...] A legitimate and pressing objective of information policy research is the perspicuous representation of régimes of information: how they originate and stabilize; how they determine social relations, and how specific forms of power are exercised in and through them. The description of an information policy therefore becomes the description of the genealogy of a régime of information.” (FROHMANN, 1995, n. p.).

⁶⁶ Respectivamente as obras:

LATOUR, Bruno. **The Pasteurization of France**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

_____. *Where are the missing masses? The sociology of a few mundane artifacts*. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. **Shaping technology/building society**: Studies in sociotechnical change. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **We have never been modern**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

artifacts, de 1992; e *We have never been modern*, de 1993; e também tratada por Michel Callon⁶⁷ em sua obra *Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay*, de 1986, desenvolvida como análise dos artefatos tecnológicos e científicos, é útil a essa reflexão, pois reconhece a importância de cada um dos elementos naturais, sociais, discursivos, etc. para fornecer explicações sobre o mundo:

A natureza complexa e dependente da rede dos artefatos é apreendida pela concepção da teoria ator-rede como híbridos ou *quase-objetos*. Eles são híbridos porque são simultaneamente reais, discursivos e sociais. O ponto de Latour é que as propriedades atribuídas a elementos sociais e naturais (...) são produtos de práticas de construção e manutenção de uma rede (FROHMANN, 1995, n. p., tradução nossa⁶⁸, destaque nosso).

Pickering⁶⁹, em *Science as practice and culture*, de 1992, agrega que a natureza e a sociedade também estão associadas às práticas de construção dessa rede. Como exemplo, Frohmann (1995) cita o rádio e o *infobahn*, ou “*information superhighway*”, tipos de *quase-objetos* que são discursivos, reais, sociais e fazem parte de regimes de informação. Mesmo os elementos não humanos exercem influências nas redes. A teoria ator-rede e: “[...] Sua rica análise dos fatores reais, sociais e discursivos que estão implicados na construção de qualquer rede científica ou tecnológica apoia a interpretação da política de informação como o conjunto de práticas que estabilizam e mantêm um regime de informação.” (FROHMANN, 1995, n. p., tradução nossa⁷⁰).

Para Frohmann (1995), estudar as políticas de informação torna inteligente e socialmente responsável as intervenções que se façam necessárias no exercício do poder e controle sobre a informação.

⁶⁷ CALLON, Michel. *Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay*. **Sociological Review Monograph**, London, n. 32, p. 196-233, 1986.

⁶⁸ “[...] The complex, network-dependent nature of artifacts is captured by ANT's conception of them as hybrids, or quasi-objects. They are hybrids because they are simultaneously real, discursive, and social. Latour's point is that the properties attributed to social and natural elements (...) are the products of practices of construction and maintenance of a network.” (FROHMANN, 1995, n. p.).

⁶⁹ PICKERING, Andrew. **Science as practice and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

⁷⁰ “[...] Its rich analysis of the real, social, and discursive factors that are implicated in the construction of any scientific or technological network supports the interpretation of IP as the set of practices that stabilize and maintain a regime of information.” (FROHMANN, 1995, n. p.).

2.4 O *continuum* conceitual: da filosofia da documentação para a filosofia da informação

Em *Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of Information*, o cenário argumentativo aponta para uma possível filosofia da informação, cujo bojo encontra-se na filosofia da documentação. Para embasar a discussão, Frohmann (2004) parte do trabalho de Geoffrey Nunberg⁷¹, intitulado *Farewell to the information age*, de 1996, que discorre sobre a fenomenologia da informação, e lança luz sobre como a informação se apresenta em momentos históricos específicos, compreendendo que a força e a autoridade da “informação como *fenômeno*” advêm de suas ambiguidades e contradições.

A informação, nesse contexto, também pode ser mensurável, se manifestando numa *quantidade* de informação que pode ser tratada, e promove experiências tais como a “ansiedade pela informação” (“*information anxiety*”), no nível do sujeito, conforme aponta Richard Wurman⁷² em *Information anxiety*, de 1989; e no nível social, o fenômeno sócio-histórico da “sociedade da informação” (“*information society*”), “era da informação” (“*information age*”) ou mesmo “infoesfera” (“*infosphere*”), de acordo com Luciano Floridi⁷³, conceitos que aborda na obra *Philosophy and computing: An introduction*, publicada em 1999.

O trabalho de Nunberg⁷⁴ estabelece propriedades-chave para a *informação-come-substância* (“*information-as-substance*”). Trata-se de propriedades de quantificabilidade, uniformidade, de limitação, objetividade e interpretação (“*quantifiability*”, “*uniformity*”, “*of boundedness*”, “*objectivity*” e “*interpretation*”); elementos que auxiliam a leitura das contingências históricas nas formas documentais. A documentalidade e a institucionalidade também estão presentes nas rotas dos documentos como substância, e conduzem: “[...] apesar de suas contradições e ambiguidades, a ideias de informação

⁷¹ NUNBERG, Geoffrey. *Farewell to the information age*. In: _____. **The future of the book**. Berkeley: University of California Press, 1996.

⁷² WURMAN, Richard S. **Information anxiety**. New York: Doubleday, 1989.

⁷³ FLORIDI, Luciano. **Philosophy and computing: An introduction**. London: Routledge, 1999.

⁷⁴ *Ibid.*, 1996.

como um tipo teórico coerente. Eles emprestam uma aura teórica à pergunta ‘O que é informação?’” (FROHMANN, 2004, p. 389, destaque do autor, tradução nossa⁷⁵).

Nesse viés, o fenômeno da informação pode ser caracterizado como uma espécie de substância *intencional*: “[...] A referência à intencionalidade marca uma conexão entre a substância informativa e a mental.” (FROHMANN, 2004, p. 389, tradução nossa⁷⁶). Ou seja, o documento constitui um canal para a transmissão da substância – que possui intencionalidade – da mente do emissor para a mente do receptor⁷⁷; a informação é modelada filosoficamente e segundo Frohmann (2001), é imaterial e abstrata ao representar conceitos, proposições, imagens etc. Desse modo, observa-se como a fenomenologia da informação pode ser complexa e também campo de disputas, pois “[...] cruza conceitos de significado, o conteúdo dos documentos, o que seus autores pretendem ao escrevê-los, o que uma mente apreende ao compreendê-los e suas interações.” (FROHMANN, 2004, p. 390, tradução nossa⁷⁸).

O autor também retoma as contribuições da obra de Wittgenstein⁷⁹, especificamente os textos *Philosophical investigations*, de 1958, e *Preliminary studies for the “Philosophical Investigations,” generally known as the blue and brown books*, de 1969; a partir de uma de suas questões centrais: “O que é o significado?” (“*What is meaning?*”). Essa questão está conectada à questão que o motiva – “O que é informação?”. Ao estudar o significado, Wittgenstein⁸⁰ o faz sob a lente da filosofia da linguagem, assumindo que as palavras se referem aos objetos: “[...] a ideia enraizada aqui é que o

⁷⁵ “[...] in spite of their contradictions and ambiguities, to ideas of information as a coherent theoretical kind. They lend a theoretical aura to the question ‘What is information?’” (FROHMANN, 2004, p. 389, destaque do autor).

⁷⁶ “[...] The reference to intentionality marks a connection between informational and mental substance.” (FROHMANN, 2004, p. 389).

⁷⁷ Sob as lentes da teoria comunicativa, o filósofo canadense Marshall McLuhan destaca que “[...] o meio é a mensagem”, corroborando a importância comunicacional do canal não somente como mero veículo transmissor da mensagem. Essa ideia é desenvolvida em sua obra: MCLUHAN, Marshall. *O meio é a Mensagem*. In: _____. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: Cultrix, 1969. p. 21-37.

⁷⁸ “[...] crisscrosses concepts of meaning, the content of documents, what their authors intend in writing them, what a mind grasps in understanding them, and their interactions.” (FROHMANN, 2004, p. 390).

⁷⁹ Respectivamente:

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. New York: Macmillan, 1958.

_____. **Preliminary studies for the “Philosophical Investigations,” generally known as the blue and brown books**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

⁸⁰ *Ibid.*, 1958; *Ibid.*, 1969.

significado da palavra é o objeto que a palavra representa.” (FROHMANN, 2004, p. 391, tradução nossa⁸¹, destaque do autor).

No âmbito dos documentos, para transformá-los em informação é preciso *pensar*:

[...] Uma coisa maravilhosa sobre a mente, ao que parece, é que ela pode correlacionar símbolos arbitrários com *significados*. Os significados são como símbolos, mas diferentes em um aspecto crucial: eles não são arbitrários – eles parecem atingir o mundo diretamente pelo *pensamento*, uma espécie de projeção mental ou signo (FROHMANN, 2004, p. 394, tradução nossa⁸², destaques do autor).

Com sua obra, segundo Frohmann, Wittgenstein⁸³ aponta para uma teoria do significado, onde a palavra “significado” abre diversas portas para interpretação. As operações com palavras são denominadas “jogos de linguagem” (“*language games*”). Assim, suas ideias estão situadas no campo da *prática*:

[...] para Wittgenstein, a atenção às práticas reais com a linguagem afasta as ideias filosóficas do significado, expondo-as como fantasias ocultas e mágicas de conexões essenciais que sustentam o uso da linguagem. É uma vez que a informatividade decorre da significância, a atenção à prática também esvazia as ideias de informação como a substância igualmente oculta, nobre e intencional em virtude da qual um documento é informativo (FROHMANN, 2004, p. 396, tradução nossa⁸⁴).

Frohmann (2004) salienta que até mesmo os exemplos utilizados por esse autor envolvem *práticas* com *documentos*, e que sua teoria sinaliza uma mudança de foco das *teorias de informação* para o campo das *descrições de práticas documentárias*. A respeito das propriedades dessas práticas, Frohmann discorre:

[...] A primeira [propriedade] é a *materialidade*: uma vez que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles. [...]. Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quanto estão profundamente enraizadas

⁸¹ “[...] and the idea rooted in it is that the word’s *meaning* is the object for which the word stands.” (FROHMANN, 2004, p. 391, destaque do autor).

⁸² “[...] The wonderful thing about a mind, it seems, is that it can correlate arbitrary symbols with *meanings*. Meanings are something like symbols, but different in a crucial respect: they are not arbitrary – they seem to reach right out to the world by *thought*, a kind of mental projection or pointing.” (FROHMANN, 2004, p. 394, destaques do autor).

⁸³ *Ibid.*, 1958; *Ibid.*, 1969.

⁸⁴ “[...] for Wittgenstein, attention to the actual practices with language deflates philosophical ideas of meaning by exposing them as occult and magical fantasies of essential connections undergirding language use. And since informativeness follows from meaningfulness, attention to practice also deflates ideas of information as the equally occult, noble, and intentional substance by virtue of which a document is informing.” (FROHMANN, 2004, p. 396).

nas instituições [*institucionalidade*]. Grande parte da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção, ponto levantado por [Michel] Foucault em sua discussão sobre a importância das instituições para a formação das modalidades enunciativas (...). Uma terceira propriedade é a *disciplina social*: as práticas documentais, como muitas outras, requerem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares; o ponto é reforçado pelo papel do treinamento em muitos dos jogos de linguagem de [Ludwig] Wittgenstein e enfatizado pela ligação de Foucault entre o aparato disciplinar e o campo da documentação (...). Uma quarta propriedade [de análise] é a *historicidade*: as práticas surgem, se desenvolvem, declinam e desaparecem - tudo sob circunstâncias históricas específicas (FROHMANN, 2004, p. 396-397, tradução nossa⁸⁵, destaques nossos).

Essas quatro propriedades elucidadas pelo autor – **materialidade**, **institucionalidade**, disciplina social e historicidade – lançam um solo profícuo para o desenvolvimento de uma filosofia da informação cujo ponto de partida são precisamente as práticas documentárias.

[...] a informatividade dos documentos, quando reconhecida como dependente de práticas, também depende de como é moldada e configurada. As direções promissoras a serem seguidas para buscar os fatores de sua configuração são a materialidade dos documentos estudados, suas histórias, as instituições nas quais estão inseridos e a disciplina social que molda as suas práticas (FROHMANN, 2004, p. 405, tradução nossa⁸⁶).

Observa-se que Frohmann (2004) caminha em direção a uma fenomenologia da informação, que envolve práticas documentárias e relaciona-se com uma filosofia da documentação. As direções promissoras listadas pelo autor são desenvolvidas adiante,

⁸⁵ “[...] The first [propertie] is *materiality*: since documents exist in some material form, their materiality configures practices with them. A second property of documentary practices is how deeply embedded they are in institutions [*institutionality*]. Much of the authority of the informativeness of documents depends on the institutional sites of their production, a point made by [Michel] Foucault in his discussion of the importance of institutions to the formation of enunciative modalities (...). A third property is *social discipline*: documentary practices, like most others, require training, teaching, correction, and other disciplinary measures; the point is reinforced by the role of training in many of [Ludwig] Wittgenstein’s language-games and emphasized by Foucault’s link between disciplinary apparatus and the field of documentation (...). A fourth property is *historicity*: practices arise, develop, decline, and vanish—all under specific historical circumstances.” (FROHMANN, 2004, p. 396-397, destaques nossos).

⁸⁶ “[...] the informativeness of documents, when recognized as dependent on practices, is also dependent on what shapes and configures them. The promising directions to take to look for the configuring factors are the materiality of the documents studied, their histories, the institutions in which they are embedded, and the social discipline shaping practices with them.” (FROHMANN, 2004, p. 405).

donde aproxima-se de um ponto de especial interesse: **a materialidade dos documentos**.

2.4.1 Informação e seus aspectos sociais, materiais e públicos

Em palestra proferida na abertura do sétimo ENANCIB, realizado em Marília, em 2006, Frohmann discorre sobre “O caráter público, material e social da informação em nosso tempo”, tema do encontro. O autor aponta a relevância da temática para conciliar os estudos sobre o fenômeno da informação com os estudos das práticas sociais, públicas, políticas, econômicas e culturais em nosso tempo, inseridas em regimes de informação específicos.

O elemento de junção entre o conceito de informação e as práticas sociais e públicas, é o conceito de materialidade. Nesse ponto, o autor vale-se da crítica empreendida à abordagem mentalista de informação, abordada em *Rules of indexing: A critique of mentalism in Information retrieval theory*, texto de 1990. Para o autor, esse conceito desvela um tipo de informação abstrata caracterizada pela imaterialidade. Sem a materialidade da informação, no entanto, as considerações de natureza social, cultural, política e ética se perdem.

Ao considerar que o “[...] **‘documento’ nomeia a materialidade da informação**”, o autor chama a atenção para a importância dos estudos de documentação, visto que “[...] A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação.” (FROHMANN, 2006, n. p.).

Sua abordagem a respeito da materialidade, conforme discorrido, referencia-se na concepção de materialidade dos enunciados de Foucault⁸⁷, especificamente na obra *The archaeology of Knowledge & the discourse on language*, onde discute o enunciado a partir de sua *existência material*. Com tal aporte, Frohmann diferencia *fisicalidade* de *materialidade*, assumindo que, neste último caso, o enunciado, além de ser fonte de “massa” e “inércia”, é fonte de “energia, força e poder”. Assim, “[...] Os enunciados

⁸⁷ A tradução da palestra de Frohmann utiliza como referência equivalente a essa obra a publicação a seguir: FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 116 p.

apresentam graus de estabilidade, de acomodação e de resistência à transformação, deterioração ou desestabilização. Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos.” (FROHMANN, 2006, n. p.).

Ao analisar a materialidade do enunciado pelo seu grau de imersão institucional, Foucault⁸⁸ trata de uma materialidade “*da ordem da instituição*” – isto é, “[...] **os documentos que circulam através e entre as instituições têm uma materialidade pronunciada.**” (FROHMANN, 2006, n. p., destaques nossos).

Em *As palavras e as coisas*, Foucault⁸⁹ estuda os discursos que circulam (as formações discursivas) nas instituições científicas em períodos específicos. Esse tema também é abordado na obra de Ludwik Fleck⁹⁰ e Bruno Latour⁹¹, que demonstram a contribuição das práticas científicas aos estudos de materialização documentária da informação. Em sua obra, Fleck⁹² trata de fatores que contribuem para o estabelecimento de um enunciado científico produzido de forma coletiva e documentado na literatura científica, que acabe por expressar um fato científico, demonstrando, assim, a função da documentação na estabilização da informação científica. Já Latour⁹³ trata das práticas de escrita como estabilizadoras dos enunciados científicos, argumentando que a literatura de artigos de periódicos científicos é um campo de conflito para a estabilização de enunciados concorrentes, uma vez que, para contestar um enunciado, deve-se trabalhar dentro e além da literatura científica.

Outro trabalho citado por Frohmann é o de Hacking⁹⁴, e seus estudos sobre “invenção de pessoas”, no qual esse autor argumenta que as categorias surgem ao mesmo tempo em que as pessoas; em outras palavras, o corpo de enunciados, ao ganhar vida documentária e institucional, inserido numa rede de instituições concatenadas, ganha *massa e peso* para algumas pessoas “existirem” em identidades específicas, como, por exemplo, as categorias “homossexual”⁹⁵ e “suicida”. Um outro exemplo é o

⁸⁸ *Ibid.*, 2005.

⁸⁹ *Ibid.*, 2005.

⁹⁰ FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

⁹¹ *Ibid.*, 1988; *Ibid.*, 1992; *Ibid.*, 1993.

⁹² *Ibid.*, 2010.

⁹³ *Ibid.*, 1988; *Ibid.*, 1992; *Ibid.*, 1993.

⁹⁴ Trata-se da obra equivalente: HACKING, Ian. **Ontologia histórica**. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2009.

⁹⁵ Conforme pontuado na nota de número 43, a CDD tratava a categoria homossexualidade como associada a “relações sexuais anormais”, e somente em 2014 desassociou essa categoria do termo

discorrido por Louis Charland, em relação à remoção de algumas categorias do Manual Diagnóstico dos Transtornos Mentais (DSM), que provocou a contestação das pessoas que se identificavam nessas categorias, e reivindicavam a (re)materialização do enunciado no grau institucional aferido por esse documento.

É salutar afirmar que, em análise do pensamento foucaultiano, Frohmann encontra

[...] um caminho direto a partir da análise do discurso de Foucault (a análise dos enunciados) para o estudo da materialidade da informação. O conceito de ligação é a documentação. Práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social (FROHMANN, 2006, n. p.).

Frohmann também reflete sobre os enunciados digitais, que possuem uma “levíssima fisicalidade eletrônica, quase sem peso, [que] empresta-lhes grande velocidade, força e energia”.

Com essas características, pode-se compreender que

[...] Documentos digitais, comparados a documentos tradicionais, são processáveis em grau e escala únicos na história. Muitos enunciados digitais, tais como os que digitamos em nossos teclados ou escrevemos dentro dos *softwares*, são *comandos*, com efeitos complexos. (FROHMANN, 2006, n. p., grifos do autor).

A tecnologia ainda permite o monitoramento de dados, em processos de informação que se assemelham ao modelo clássico de Claude Shannon e Warren Weaver⁹⁶, onde o efeito da informação sobrepõe-se à representação ou o conteúdo semântico da mensagem. Um exemplo são os processos documentários que envolvem a política, no qual ocorre a difusão de “*performances* que são explosões emocionais”, com o objetivo de gerar uma reação emocional no público e assim manipulá-lo, através das tecnologias digitais. Portanto:

[...] Esse monte de enunciados digitais – documentos digitais – por sua leve fisicalidade, exerce força e poder através de sua

homofóbico, permitindo a essas pessoas “existirem” na sua identidade de gênero. Na Classificação Decimal Universal (CDU), consoante com Daniel Rocha, a classificação de 2007 subordina a homossexualidade a termos como “higiene sexual”, “prostituição”, “promiscuidade”, “distúrbio”, “psicopatologia”, entre outros. A necessidade de revisão da classificação é latente. Essa reflexão é desenvolvida em: ROCHA, Daniel de Godoy. **As implicações das formas de representação do tema homossexualidade na CDU**. 2020. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

⁹⁶ SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren Weaver. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1949.

materialidade de quase pura energia. As investigações de como informação digital é materializada por meio de sua imersão em tecnologias de processamento de informação eletrônica levam diretamente às características públicas, sociais, políticas, econômicas e culturais da informação – [...] (FROHMANN, 2006, n. p.).

Com base nessas reflexões, nota-se que o conceito de materialidade envolve diversos fenômenos, como os de ordem política, social, institucional, entre outros. Tais reflexões também apontam para os caminhos da multiplicidade e agência autônoma da documentação, partindo da “nova” ou “neo-documentação”, questão tratada a seguir.

2.5 Multiplicidade, materialidade e agência autônoma da documentação

No original *Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation*, entra em cena o popular interesse acadêmico na “nova” documentação ou “neo-documentação”, cujos referenciais são autores como Boyd Rayward, Michael Buckland e Niels Windfeld Lund – que por sua vez, basearam-se no trabalho pioneiro de Paul Otlet e Suzanne Briet. Segundo Frohmann (2007), esse “corpo” de trabalhos enfatiza as relações entre as práticas documentárias e os fenômenos sociais, políticos, científicos e culturais.

Nesse sentido, o documento é tido não como mero veículo de comunicação da informação – como na abordagem mentalista, abstrata e imaterial –, mas, sim, caracterizado pela:

- Multiplicidade (*Multiplicity*) – em oposição à uniformidade, propriedade imprescindível ao conceito de “fenomenologia da informação”, de Nunberg⁹⁷, onde a informação prevalece sobre o meio ou o próprio conteúdo. Os documentos existem em múltiplas formas, e possuem diversas propriedades culturais e institucionais, de modo que a “[...] Documentação contraria uniformidade da informação com a multiplicidade do documento.” (FROHMANN, 2007, p. 2, tradução nossa⁹⁸);

⁹⁷ *Ibid.*, 1996.

⁹⁸ “[...] Documentation counters information's uniformity with the document's multiplicity.” (FROHMANN, 2007, p. 2).

- **Materialidade** (*Materiality*) – em oposição à imaterialidade de Nunberg⁹⁹, que concebe a informação como algo abstrato, mentalístico ou “substância intencional”. Em *The Social Life of Information*, obra de 2000, John Seely Brown e Paul Duguid¹⁰⁰ argumentam que existe uma importante relação entre aspectos sociais e as propriedades físicas dos documentos. Frohmann reitera que não somente as propriedades físicas, mas os tipos de *massa* e *inércia* exercidos pelos documentos, desvelam algo para além da mera *fisicalidade*: “[...] Os documentos ganham massa ou inércia pelos seus papéis institucionais, que manifestam tanto as forças como as resistências. A documentação contrapõe a imaterialidade da informação com a variedade das materialidades dos documentos e seus efeitos.” (FROHMANN, 2007, p. 2, tradução nossa¹⁰¹);
- Agência documentária autônoma (*Autonomous Documentary Agency*) – a ideia de consciência individual que leva à “agência humana” (*human agency*), encontra bojo no reconhecimento de uma documentação autônoma e sem autoria, alinhada ao pensamento de Foucault sobre o discurso autônomo¹⁰².

Em análise da obra de Juliet Fleming¹⁰³, intitulada *Graffiti and Writing Arts of Early Modern England*, de 2001, Frohmann (2007) observa uma estreita relação entre as formas de escrita abordadas pela autora e sua materialidade e multiplicidade. No início da era moderna inglesa, as inscrições são observadas não como substância material, mas como um “evento”, ou seja, uma “manifestação de inteligência na matéria”. Essa autora, com base em Gilles Deleuze, busca compreender os documentos e as inscrições pelo que eles “fazem” (no inglês, “do”). Em leitura de George Puttenham, e seu *The Arte of English Poesie*, de 1589, a autora demonstra as relações afetivas entre a mente e as matérias documentárias, que operam como uma “máquina”. As propriedades materiais

⁹⁹ *Ibid.*, 1996.

¹⁰⁰ BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. **The social life of information**. Boston: Harvard Business School Press, 2000.

¹⁰¹ “[...] Documents gain mass or inertia by their institutional roles, wich manifest both affordances and resistances. Documentation counters information's immateriality with the variety of the materialities of documents and their effects.” (FROHMANN, 2007, p. 2).

¹⁰² A não autoria está presente nos estudos genealógicos e arqueológicos de Foucault.

¹⁰³ FLEMING, Juliet. **Graffiti and the writing arts of early modern England**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

da escrita também encontram referência em Jacques Derrida. Também são ressaltados o papel simbólico de emblemas, dispositivos e vasos de inscrição. De modo geral, a obra de Fleming¹⁰⁴ desvela um modo de documentação no qual a inteligência e a agência propiciam interações e apreensões da materialidade dos documentos.

A ideia de agência documentária pode ser motivada, de acordo com o autor, por três aspectos:

- 1) Atribuição da agência aos documentos;
- 2) A performance de certos instrumentos legais para a existência de individualidades;
- 3) A atribuição de agência a elementos não humanos – como exemplo, cita-se a ideia de “*dance of agency*” de Pickering¹⁰⁵ (relação entre humanos e as coisas de laboratório) e Latour¹⁰⁶ (papel social de atores não humanos). Ambos os autores podem ser associados à ideia de “*agencements*” de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Esses três aspectos sugerem a extensão do conceito de agência para: 1. Impacto dos documentos na vida das pessoas; 2. Poder conferido aos documentos pelas práticas institucionais e 3. As novas áreas de estudo no horizonte da documentação (FROHMANN, 2007, p. 7).

A obra foucaultiana e a obra de Fleming¹⁰⁷, em particular, ilustram recursos teóricos para expandir esses estudos na “nova documentação”; e estudos em direção a aspectos de natureza institucional, social e histórica são ponto de partida para as abordagens contemporâneas (FROHMANN, 2004).

2.6 Sobre documento e documentação: os *assemblages*

Para compreender as práticas documentárias inseridas em fenômenos sociais, em *Documentary ethics, ontology, and politics*, o autor vale-se das obras de Deleuze e Guattari¹⁰⁸, Latour e Foucault, onde os sistemas de agenciamento fornecem solo profícuo

¹⁰⁴ *Ibid.*, 2001.

¹⁰⁵ *Ibid.*, 1995.

¹⁰⁶ *Ibid.*, 1992.

¹⁰⁷ *Ibid.*, 2001.

¹⁰⁸ DELEUZE, G; GUATTARI, F. **A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

para pensar o papel dos documentos. No seu conceito de agenciamento (“*assemblage*”), Deleuze e Guattari¹⁰⁹ chamam a atenção para as intensidades, capacidades e poderes dos corpos em arranjos (ou agenciamentos) com outros corpos. Já Latour¹¹⁰, em seu conceito de “reagregando o social” (“*reassembling the social*”), refere-se a sistemas associativos entre elementos diversos e heterogêneos que incluem os documentos, e constroem maneiras de se viver.

Stephen Collier e Andrew Lakoff¹¹¹, em *Global Assemblages*, de 2005, tratam sobre os *regimes de vida* (*régimens of living*), ou seja, “formas antropológicas” (“*anthropological forms*”) das maneiras de se viver, no qual questões éticas emergem em condutas éticas estabelecidas como corretas, que configuram a vida coletiva. Nesse sentido, podemos recorrer à noção de biopoder (*biopower*) que Foucault¹¹² utiliza em *The history of sexuality, vol 2.: The use of pleasure*, de 1990, ou seja, uma série de mecanismos que regem a vida humana e social. Também a hermenêutica de Foucault, cuja leitura é realizada pelo biógrafo Arnold Davidson¹¹³, influencia o conceito de regimes de vida, bem como sua concepção ética de “tecnologias de si mesmo” (“*technologies of the self*”), ou seja, os modos e técnicas de formação dos sujeitos. Além disso,

[...] As investigações dos regimes de vida prestam atenção especial a uma ampla gama de *formas globais*, que reúnem uma ampla variedade de pessoas, instituições, tecnologias, coisas, discursos, valores, rotinas disciplinadas, padrões, documentos e muitos outros tipos díspares de elementos (...) (FROHMANN, 2008, n. p., tradução nossa¹¹⁴, destaque do autor).

Ao analisar casos sobre a forma global da cidadania terapêutica (“*therapeutic citizenship*”), especificamente os projetos realizados na África para pessoas portadoras

¹⁰⁹ *Ibid.*, 1987.

¹¹⁰ LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. New York: Oxford University Press, 2005.

¹¹¹ COLLIER, Stephen. J.; LAKOFF, Andrew. On regimes of living. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (eds.). **Global assemblages**: Technology, politics, and ethics as anthropological problems. Malden: Blackwell, 2005.

¹¹² FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality, vol. 2**: The use of pleasure. New York: Vintage Books, 1990.

¹¹³ DAVIDSON, Arndt. Introduction. In: FOUCAULT, Michel. **The hermeneutics of the subject**: Lectures at the Collège de France 1981-1982. New York: Macmillan, 2005.

¹¹⁴ “[...] Investigations of regimes of living pay special attention to a broad range of *global forms*, which assemble a wide variety of people, institutions, technologies, things, discourses, values, disciplined routines, standards, documents, and many more disparate sorts of elements (...)” (FROHMANN, 2008, n. p., destaque do autor).

do vírus HIV – um em Ouagadougou, Burkina Faso; e os demais em Abidjan, Côte-d'Ivoire – relatados na obra de 2005 *Antiretroviral globalism, biopolitics, and therapeutic citizenship*, de Vinh-Kim Nguyen¹¹⁵; o autor ressalta a perspectiva latouriana na qual as agências dos objetos apontam para as formas documentais, escritas, dispositivas, tecnológicas etc., pois os projetos exemplificados lidavam com tais aparatos.

Também lidavam com agenciamentos, remetendo à teoria de Deleuze e Guattari¹¹⁶. De modo geral, os casos relatados demonstram a biopolítica ética de questões governamentais associadas aos diversos tipos de aparatos documentais. O conceito de cidadania terapêutica de Nguyen¹¹⁷ relaciona-se ao conceito de cidadania biológica (“*biological citizenship*”) trabalhado por Nikolas Rose e Carlos Novas¹¹⁸, também em *Global Assemblages*, de 2005, que por sua vez, é uma forma global que depende de documentação biomédica específica. Esses últimos autores ainda cunham o termo “pioneiros éticos” (“*ethical pioneers*”), para referir-se a um pioneirismo de si mesmo (“*self*”), com base na teoria foucaultiana.

A questão da ontologia documentária encontra respaldo na obra de Michel Callon¹¹⁹, especificamente em *Complexities: Social studies of knowledge practices*, de 2002, onde o autor analisa casos do setor de serviço usando “dispositivos de escrita e reescrita” (“*writing and rewriting devices*”). Essa obra aponta para o conceito de *agência documentária*, donde destacam-se elementos de *descrição*:

[...] A materialidade perdeu seu significado; ‘descrição’ agora se refere a uma *forma* de expressão com uma *função* específica, em contraste com outras formas e outras funções, como especular, avaliar, denunciar, ridicularizar, criticar ou apreciar. Mesmo que uma descrição possa ser pensada para sempre assumir alguma forma material, sua materialidade não é o que a distingue de especulações, avaliações e assim por diante. Assim, a frase de Callon, ao usar ‘descrever’ em vez de ‘documentar’ levanta a

¹¹⁵ NGUYEN, Vinh-Kim. Antiretroviral globalism, biopolitics, and the therapeutic citizenship. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (eds.). **Global assemblages**: Technology, politics, and ethics as anthropological problems. Malden: Blackwell, 2005.

¹¹⁶ *Ibid.*, 1987.

¹¹⁷ *Ibid.*, 2005.

¹¹⁸ ROSE, Nikolas; NOVAS, Carlos. Biological citizenship. **Global assemblages**: Technology, politics, and ethics as anthropological problems. Malden: Blackwell, 2005.

¹¹⁹ CALLON, M. Writing and (re)writing devices as tools for managing complexity. In: LAW, J.; MOL, A. (eds.). **Complexities**: social studies of knowledge practices. Durham: Duke University Press, 2002.

questão de *quem* faz a descrição [...] (FROHMANN, 2008, n. p., tradução nossa¹²⁰, destaques do autor).

Nesse ponto, insere-se a semiótica, em referência aos textos; e a documentação, em referência aos dispositivos de escrita:

[...] Callon sugere que o produto da *escrita* - isto é, da *documentação* - é *mais* do que uma mera descrição. Ele vincula a ontologia - [...] - à autoridade sobre as práticas de escrita que investem nas descrições a capacidade de definir, por meio do poder de prescrever conformidade com elas. *Porque* um documento é mais do que um produto semiológico - é mais do que uma 'mera declaração', como Callon o coloca - ele se torna ontologicamente generativo: ele traz o modelo [que permite a] estabilização pela implantação [de *dispositivos de escrita*] (FROHMANN, 2008, n. p., tradução nossa¹²¹, destaques do autor).

Desse modo, o trabalho de Callon¹²² denota uma ontologia semiótica e uma ontologia documentária que envolve a materialidade, a tecnologia, os arranjos institucionais e o poder, de modo que "Os estudos de documentação operam em dois eixos: o documento - a coisa - e a documentação - o processo." (FROHMANN, 2008, n. p., tradução nossa¹²³).

Por fim, a ideia de agenciamento, especialmente em Latour¹²⁴,

[...] nos ajuda a situar os documentos e a documentação em associações complexas de entidades amplamente heterogêneas. Também nos redireciona para a ética e a política dos estudos de documentação que são sensíveis aos poderes de associação ou reunião, que são tão importantes para a análise de Latour. Ele nos mostra como a documentação pode ser uma importante questão

¹²⁰ "[...] Materiality has dropped out of its meaning; 'description' now refers to a *form* of expression with a specific *function*, contrasted to other forms with other functions, such as to speculate, evaluate, denounce, ridicule, criticize, or appreciate. Even though a description may be thought to always take some material form, its materiality isn't what distinguishes it from speculations, evaluations, and so on. So Callon's sentence, by using 'describing' rather than 'documenting' raises the question of *who* does the describing [...]." (FROHMANN, 2008, n. p., destaques do autor).

¹²¹ "[...] Callon suggests that the product of *writing*—that is, of *documentation*—is *more* than a mere description. He links ontology—[...]—to authority over practices of writing that invest descriptions with the capacity of defining through the power to prescribe compliance with them. *Because* a document is more than a semiological product—it is more than a 'mere statement', as Callon puts it—it becomes ontologically generative: it brings the model [that enable the] stabilization by the [implantation of *writing devices*]." (FROHMANN, 2008, n. p., destaques do autor).

¹²² *Ibid.*, 2002.

¹²³ "[...] Documentation studies operate along two axes: the document—the thing—and documentation—the process." (FROHMANN, 2008, n. p.).

¹²⁴ *Ibid.*, 2005.

ética e política de preocupação para a concepção de formas de vida coletiva (FROHMANN, 2008, n. p., tradução nossa¹²⁵).

2.7 O que é o documento: uma pergunta, diversas possibilidades

Uma ontologia da documentação certamente auxilia a construção de bases teóricas para o campo da documentação, mas ainda permanecem várias questões em aberto, como a clássica indagação de Michael Buckland¹²⁶ sobre o que é o documento, que trabalha no artigo de mesmo título: O que é o “documento”? (*What is a “document”?*), de 1997. Em *Revisiting “What is a ‘document’?”*, Frohmann (2009), como o próprio título sugere, revisita essa questão, argumentando que tanto nesse artigo, quanto em *Information as thing*, de 1991, Buckland¹²⁷ demonstra a complexidade de definir o documento. Desse modo, não é o intuito de Frohmann sugerir uma resposta para a questão de Buckland, mas pensar nas (in)definições do seu objeto de estudo e as possibilidades investigativas que daí decorrem.

A necessidade por buscar definições é justificada, segundo o autor, por três motivações filosóficas. Em primeiro lugar, o caráter instrumental de buscar informações para investigações com propósitos específicos. Em segundo, a motivação filosófica e realista de buscar definir a natureza das coisas. E, por fim, a motivação advinda da filosofia da linguagem, em relacionar a palavra – e sua significância – ao seu uso comunicativo.

Esse último ponto pode ser observado na obra dos “ortodoxos” wittgensteinianos, que interpretam o critério como um elemento essencial para justificar como aplicamos as palavras para explicar o mundo ao nosso redor. Em contrapartida, Frohmann (2009) destaca que essa perspectiva deixa implícito que não é possível fazer julgamentos sem basear-se em critérios e regras, quando, na verdade, esses julgamentos nem sempre

¹²⁵ “[...] helps us situate documents and documentation in complex associations of widely heterogeneous entities. It also redirects us to the ethics and politics of documentation studies that are sensitive to the powers of association or gathering, which are so important to Latour’s analysis. He shows us how documentation can be an important ethical and political matter of concern for designing ways of collective living.” (FROHMANN, 2008, n. p.).

¹²⁶ BUCKLAND, M. K. “What is a “document”?”. *Journal of the American Society for Information Science*, [S.l.], v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

¹²⁷ BUCKLAND, M. “Information as thing”. *Journal of the American Society of Information Science*, [S.l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

requerem critérios que façam sentido indagar quais são as justificativas para o uso de determinadas palavras.

Em *A System of Logic*, de 1868, John Stuart Mill¹²⁸ trata dessa questão de definição das palavras, argumentando que a proposição de definições requer um engajamento na análise e classificação das palavras, cabendo ao filósofo da linguagem descobrir o significado de um termo, de modo a trazer ordem ao pensamento e à comunicação, contribuindo assim para o sistema de classificação das coisas.

Por outro lado, Hilary Putnam¹²⁹, em *The Legacy of Wittgenstein: Pragmatism or Deconstruction*, obra de 2001; e outros acadêmicos wittgensteinianos, criticam a forma “ortodoxa” wittgensteiniana, argumentando que a questão da justificativa nem sempre faz sentido, e surge em conexão a confusões filosóficas específicas ou empíricas. No que se refere aos documentos, Frohmann salienta que “[...] certamente tipos específicos de investigação requerem tipos específicos de definições, mas seria um erro brandir uma definição pré-concebida para um contexto e propósito específicos, bem como estabelecer o que é um documento em cada situação.” (FROHMANN, 2009, p. 294, tradução nossa¹³⁰).

De forma similar, Linda Zirelli¹³¹, na mesma obra em leitura de Wittgenstein, realça que os conceitos podem carecer de firmeza, mas ainda assim podemos nos comunicar sobre os documentos ou qualquer outra matéria; isso porque as regras de linguagem são múltiplas, de acordo com a autora, e por isso não usamos uma mesma palavra da mesma forma.

Com base nisso, e em especial na leitura de Putnam¹³², o autor afirma que:

[...] se quisermos estender a documentação a novas situações - se quisermos multiplicar o conceito do documento - podemos (...) contar uma história e como aplicá-la, e conectar nossos conceitos a teorias, argumentos e recursos intelectuais relevantes para tentar

¹²⁸ MILL, J. S. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of The Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation.** 7. ed. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer, 1868.

¹²⁹ PUTNAM, H. Rules, attunement, and “applying words to the world”. In: NAGL, L.; MOUFFE, C. (eds). **The legacy of Wittgenstein: Pragmatism or Deconstruction.** Frankfurt: Peter Lang, 2001.

¹³⁰ “[...] it is certainly the case that very specific sorts of investigations require very specific sorts of definitions, but it would be a mistake to brandish a definition devised for a specific context and purpose is as settling what counts as a document in every situation.” (FROHMANN, 2009, p. 294).

¹³¹ ZIRELLI, L. M. G. “Wittgenstein: between pragmatism and deconstruction”. In: NAGL, L.; MOUFFE, C. (eds). **The legacy of Wittgenstein: Pragmatism or Deconstruction.** Frankfurt: Peter Lang, 2001.

¹³² *Ibid.*, 2005.

ampliar a compreensão do que os documentos e a documentação podem ser (FROHMANN, 2009, p. 296, tradução nossa¹³³).

Nesse sentido, não podemos supor que haja uma teoria unificada acerca dos documentos e da documentação, conforme pontua o autor. Como meio de exemplificação, ele ainda empreende uma análise dos objetos de gabinetes de curiosidades (*cabinets of curiosities*) ingleses e europeus do século XVI. Segundo o autor, graças à Buckland¹³⁴ e Rayward¹³⁵, foi possível resgatar os conceitos de documentação de Otlet e Briet. Esses últimos autores clássicos trazem as coisas para o campo da documentação, bem como Buckland, ao categorizar, entre outros, a informação como “coisa”. Os gabinetes de curiosidades foram formados por objetos escolhidos para delimitar um universo específico: esses objetos revelam coisas sobre seus colecionadores, conforme destaca Swann¹³⁶ em *Curiosities and Texts: The Culture of Collecting in Early Modern England*, de 2001, homens curiosos, de boa posição social, a quem era conferido certo status social. De modo coaduno, Latour¹³⁷ trata do mundo dos artefatos, estes entendidos como agências não-humanas, com funções sociotécnicas.

2.8 A dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann

Passando por obras de Frohmann ao longo de quase duas décadas, obtém-se, segundo a perspectiva do autor, um amplo panorama do que é (e pode vir a ser) a documentação, o documento e suas implicações de natureza diversas para a ciência da informação. Sua obra está situada na teoria – ao tratar sobre a ontologia da documentação, as (in)definições de documento, o conceito de materialidade que possui *massa, inércia e resistência* –; e na prática – culminando em *regimes de informação* que

¹³³ “[...] if we want to extend documentation to new situations - if we want to multiply the concept of the document - we can (...) tell a story and how to apply it, and connect our extensions to theories, arguments and relevant intellectual resources to try to bring about an enlarged understanding of what documents and documentation can be.” (FROHMANN, 2006, p. 296).

¹³⁴ *Ibid.*, 1991.

¹³⁵ RAYWARD, W.B. **European Modernism and the Information Society**: Informing the Present, Understanding the Past. Ashgate: Aldershot, 2007.

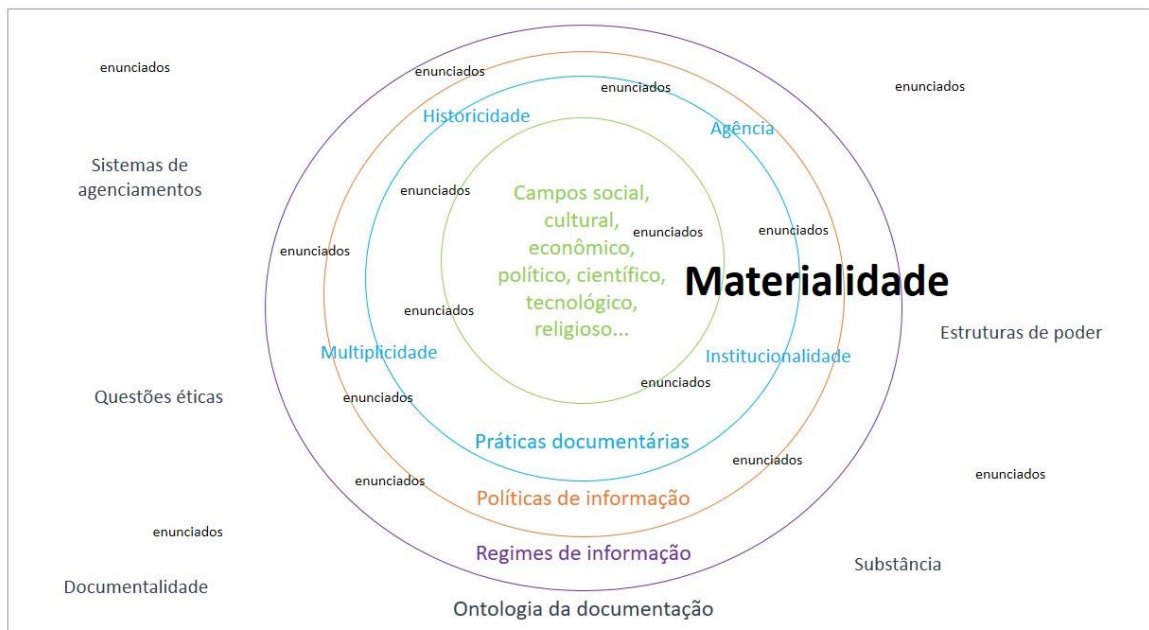
¹³⁶ SWANN, M. **Curiosities and Texts**: The Culture of Collecting in Early Modern England. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

¹³⁷ *Ibid.*, 1992.

demonstram o caráter da *institucionalidade* presente na *materialidade* da informação. Por fim, ao tratar sobre enunciados digitais, o autor situa a materialidade imbrincada nas redes digitais, e a questão ética que permeia usos, usuários e profissionais da informação.

Pensar a dimensão relacional da materialidade em Frohmann é identificar onde a materialidade situa-se e quais os percursos de amadurecimento epistemológico do conceito na obra do autor. O Quadro 1, no Apêndice 1, descreve, de forma sintetizada, as contribuições relacionais de cada seção para a concepção de materialidade em Frohmann. O conteúdo do Quadro 1 pode ser representado, de modo esquemático, na Figura 1. Nessa figura busca-se demonstrar como a materialidade surge, através da possibilidade da análise do discurso, associada a diversos elementos; atrelada às práticas documentárias que configuram políticas inseridas em regimes de informação específicos; e, por fim, expandindo as possibilidades teóricas em direção a uma ontologia documentária: onde a teoria se funde a prática.

Figura 1 – Dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann



Fonte: Elaboração nossa.

Observa-se que as *práticas documentárias* estão inseridas nos contextos social, cultural, econômico, político, científico, entre outros; por onde circulam enunciados com *massa, resistência, estabilidade*, enfim, **materialidade**. Como características e elementos que influenciam/são influenciados por essas práticas documentárias, situam-se aspectos como a institucionalidade, a multiplicidade, a agência e a historicidade.

As práticas documentárias apontam para *políticas de informação*, que, por sua vez, constituem a genealogia dos *regimes de informação*. Nessas instâncias, os enunciados continuam circulando com uma materialidade orientada pelo seu grau de imersão institucional. *A fenomenologia da informação* envolve o estudo dos regimes de informação, e pressupõe uma *ontologia documentária* com sistemas de agenciamento entre corpos, atores humanos e não humanos, relações de poder, questões políticas, entre outros. Em todas essas instâncias, a materialidade é o elemento de junção: seja na **materialidade do enunciado**, seja na **materialidade da informação** ou mesmo na **materialidade de “quase pura energia”**.

É considerando a materialidade dos enunciados que circulam, e que possuem todas essas características supracitadas – *massa, inércia, resistência* – e estão inseridos em rotinas sociais e *institucionais*, que se aponta para a seção procedimental: onde o embasamento teórico aqui discutido “materializa-se” como *critério* de análise da literatura científica sobre o tema da materialidade do livro. Frohmann, assim, constitui horizonte investigativo da teoria, para a prática.

3 LIVRO E MATERIALIDADE: CONTEXTO E HORIZONTES INTERPRETATIVOS E PROCEDIMENTAIS

A seção aborda, primeiramente, o horizonte teórico-contextual segundo o qual o livro pode ser concebido para além da informação, considerando suas facetas e potencialidades, com vistas a conceituar o livro sob o aspecto da materialidade. Em seguida, apresenta o aporte teórico utilizado como ferramenta de análise do mapeamento sobre o tema materialidade do livro, partindo da revisão sistemática de literatura e da história dos conceitos, algo preambular para a apresentação dos horizontes procedimentais para a realização do estudo temático-comparativo proposto.

3.1 Materialidade do objeto livro

Um documento que “[...] não é somente um suporte de informações, mas também um portador de significados externos, e configura-se como objeto visível, investido de significados” (MURGUIA, 2009, p. 101), é um *semióforo*. O termo semióforo foi cunhado por Krzysztof Pomian, autor que entende que objetos dessa natureza podem ser investigados no âmbito da cultura material como um “conjunto de sistemas de signos” (POMIAN, 1998, p. 89). Nessa perspectiva, os objetos operam como símbolos, e é sua habilidade de ser simultaneamente signo e símbolo, de constituir-se como possibilidade simbólica de reinterpretação e representação, que os tornam tão poderosos (PEARCE, 1992, p. 26-28).

Convém destacar que: “qualquer objeto se transforma em semióforo em consequência da descontextualização e da exposição. E é-o durante tanto tempo quanto estiver exposto” (POMIAN, 1998).

Os objetos “semióforos” possuem uma materialidade pronunciada. A materialidade é compreendida aqui, conforme observa Rabello (2019b), como:

[...] a procedência e o percurso da informação até o momento da inscrição do signo, ou seja, os aspectos valorativos provenientes de práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas, ou, ainda, intencionalidades atribuídas ao objeto antes mesmo de ele ser valorado institucionalmente como documento, tais como memória, afetividade,

identidade, instrumentalidade, biografia do objeto, dentre outros (RABELLO, 2019b, p. 6-7).

O autor ainda diferencia o conceito de materialidade do conceito de fisicalidade: enquanto a materialidade está para além dos aspectos físicos do suporte, a fisicalidade apoia-se nessas propriedades físicas – é dizer, manifesta-se na concretude do suporte (RABELLO, 2019b). No caso do livro, sua fisicalidade apoia-se na sua materialidade, pois ele é suporte da obra literária. Esse conjunto torna o objeto um semióforo, conforme destacado, pois a ele é atribuído significado¹³⁸:

Ser semióforo é uma *função* que o livro só conserva quando se adopta face a ele uma das atitudes programadas pela sua própria *forma* [...]. Trata-o também como semióforo aquele que o preserva por ver nele um livro, sem no entanto estar disposto a lê-lo, ou que só vê nele um objecto estranho ou precioso que, por essa razão, resolve guardar. E aquele que o manda queimar, convencido de que pode exercer uma influência nociva sobre os leitores ou por querer destruir as produções escritas de um grupo, com o fim de destruir esse mesmo grupo (POMIAN, 1998, p. 77, grifo do autor).

Ao introduzir o conceito de semióforo, Pomian (1998) forneceu subsídio teórico para refletir sobre as relações que resultam dos sinais e seus suportes, possibilitando uma abordagem unilateral do tema, apoiada na materialidade.

3.1.1 Materialidade do livro em contextos institucionais

Essa discussão lança luz sobre um assunto até então negligenciado pela ciência da informação, consoante com Murguia (2009): a importância do suporte e da materialidade, que carrega todo um arsenal simbólico, justificando, por exemplo, o ato de colecionar. Nessa direção, Rabello (2018) realça que desde seu surgimento, a ciência da informação privilegiou os estudos dos documentos como suporte informacional. Este autor chama a atenção para a visão holística do documento, que, além de considerar aspectos de fisicalidade, deve considerar a materialidade e a institucionalidade aí envolvidas.

A “virada” neodocumentalista foi fundamental para a sistematização desse paradigma, não somente focado na abordagem física do documento. O texto “*Information*

¹³⁸ Se ao objeto não é atribuído significado, e seu valor reside em sua utilidade prática, não constitui um semióforo, e sim uma *coisa*, ressalta Pomian (1998).

as *thing*”, de Buckland (1991), contribuiu para o entendimento acerca do documento institucionalizado como “coisa”,¹³⁹ e, assim, com valor social (RABELLO, 2019b).

De modo geral, a informação como coisa é a informação materializada nos suportes, que possui valor em um determinado contexto institucional (BUCKLAND, 1991), no qual serve, dentre outros atributos, de prova documental e, assim, permite a sua validação naquele contexto. Dialogicamente, Murguia (2010) realça a característica de a informação sustentar discursos, materializar-se em objetos e agir institucionalmente (MURGUIA, 2010, p. 127). A informação como coisa poderia ser compreendida como esse “agir institucionalmente”.

Nessa perspectiva, o aspecto da materialidade se destaca por oferecer “[...] um elemento que sirva como uma base epistemológica às instituições ‘coletoras de cultura’ (bibliotecas e museus)” (MURGUIA, 2009, p. 98), que utilizam suas coleções para expressar sua cultura institucional, bem como suas representações sociais, conforme discorre o autor.

Com efeito, a coleção, ao ser institucionalizada, reflete a conjuntura política, econômica e cultural de uma determinada sociedade (MURGUIA, 2009), e, nesse sentido, as instituições das quais fazem parte – bibliotecas e museus – possuem funções informativas e simbólicas.

Os objetos da coleção são “[...] pedaços do mundo material” (PEARCE, 1992, p. 15, tradução nossa)¹⁴⁰. Sua fisicalidade permite que ocupem seu próprio espaço. Sua vida social, aliada à sua intrínseca relação com fatos passados, lhes dão o *status* de “coisas reais” e, por tal, sua posse e valoração são aprofundadas (PEARCE, 1992, p. 15-17).

¹³⁹ Vale realçar a reflexão de Rabello (2019b) sobre a distinção de *coisa* para Buckland (1991) e Pomian (1998). Nos estudos de Pomian (1982), para quem o semióforo constitui um “objeto com significado”, a “coisa” é o oposto do semióforo, ou seja, o “objeto com utilidade”. Na documentação, a memória, por exemplo, é um dos inúmeros aspectos que podem atribuir ao objeto o significado que o transformará em semióforo. Igualmente, esse objeto pode ser “coisa” e “semióforo”, e nesse ponto o autor exemplifica com o caso do livro que é lido na biblioteca: possui valor informacional, prático, mas carrega significação, e portanto também é semióforo. Já Michael Buckland, em suas publicações “*Information as a thing*” (1991) e “*What is a document?*” (1997), compreende a informação pelo seu viés tangível: a “informação como coisa”, nessa perspectiva, é o objeto validado como documento – inserido numa institucionalidade, e, por isso, com valor informativo e social (RABELLO, 2019b).

¹⁴⁰ “*lumps of the material world*” (PEARCE, 1992, p. 15).

Especificamente tocante ao colecionismo, Benjamin (2009) afirma que cada objeto tem lugar próprio dentro de uma coleção – uma organização – que só faz sentido para o colecionador, de modo que a coleção, de alguma forma, reflete os interesses, experiências e história do colecionador. O colecionador só existe quando cede ao seu impulso de colecionar.

Para compreender o fenômeno do colecionismo na biblioteconomia, surgiram os estudos de bibliofilia. Uma referência no campo é Gabriel Peignot¹⁴¹ (1767-1849), bibliógrafo francês que publicou em 1802 o *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie*, um dicionário historicamente relevante da ciência bibliológica. O discurso bibliográfico presente na obra de Peignot – especialmente a respeito do sujeito e do autor na Modernidade bibliológica – é tratado por Saldanha e Mata (2019), que refletem as experiências do *Dictionnaire* peignotiano sob o prisma epistemológico-histórico, que desvela o papel da biobibliografia na Modernidade. A seu modo, Murguia (2009) destaca como referência no campo a obra de Rubens Borba de Moraes, que narra a experiência pessoal de um colecionador de livros, suas preferências, emoções, truques etc., e, ao mesmo tempo, serve como guia para futuros colecionadores.

O colecionismo reforça o caráter da materialidade do suporte, pois está inserido num contexto simbólico mediante o qual os limites físicos dos objetos são extrapolados. Aí reside a importância do estudo da cultura material, pois não é possível interpretar os sujeitos sem os objetos, e nem os objetos destituídos de seus contextos. Assim sujeito-objeto “[...] co-determinam o seu lugar na hierarquia social, os seus papéis e as suas identidades.” (POMIAN, 1998, p. 95).

Propor um estudo conceitual sobre o tema da materialidade, então, dá prosseguimento à discussão iniciada por Amorim e Rabello (2021) no ProIC/UnB, com o plano de trabalho intitulado “Mapeamento do tema ‘materialidade do livro’ como subsídio para investigações sobre informação materializada e institucionalizada como documento”, contribuindo à reflexão sobre o valor social do documento e, especificamente, do livro na ciência da informação, apontando caminhos teóricos para investigações futuras sobre a materialidade do livro. A seguir, vê-se os aspectos metodológicos que embasam a análise subsequente.

¹⁴¹ PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**. Paris: Chez Villier, 1802.

3.2 Horizonte interpretativo

3.2.1 Aporte teórico-metodológico: história dos conceitos

Conforme descrito na introdução, esse estudo é de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa caracteriza-se como “[...] um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Complementarmente, Silveira e Córdova (2009, p. 31) assinalam que a abordagem qualitativa “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Será utilizada abordagem teórica, por meio da revisão narrativa e sistemática de literatura, considerando, ainda, a perspectiva da história dos conceitos para a sistematização e análise dos dados. Rother (2007), em consonância com Bernardo *et al.* (2004), realça que os textos de revisão narrativa “[...] Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.” (ROTHER, 2007, n. p.). Também destaca que essa perspectiva permite a educação continuada ao atualizar o leitor no conhecimento de uma temática específica. Na revisão narrativa, a questão de pesquisa é ampla, a fonte e a seleção não necessariamente são explicitadas, a avaliação é variável e a síntese é qualitativa (COOK *et al.*, 1997 *apud* ROTHER, 2007, n. p.).

Em continuidade ao pensamento de Rother (2007), Elias *et al.* (2012, p. 50, destaque dos autores), frisam que: “[...] a construção de artigos nos quais os autores possam realizar análises e interpretações críticas mais amplas, possibilitando compreender o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual [...]” é viabilizada pela revisão narrativa da literatura. De modo similar, mas sob o referencial teórico de Atallah e Castro (2005), Sallum *et al.* (2012, p. 151, destaque dos autores), corroboram ao afirmar: “[...] Revisões narrativas são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual.”.

Conforme dito, o *corpus* de investigação para a revisão narrativa de literatura, na presente pesquisa, são os artigos científicos e os textos publicados em anais de eventos

sobre o tema “materialidade” e “materialidade do livro” levantados no mapeamento realizado por Amorim e Rabello (2021).

A descrição do “estado da arte” – mediante um estudo temático-comparativo – se orientará pelo ponto de vista teórico e contextual dos estudos de Bernd Frohmann,¹⁴² onde a materialidade confere *massa*, *inércia*, *resistência* e *força* aos enunciados que circulam no mundo social; e nas rotinas institucionais, materializam informação nos documentos.

Desse modo, o estudo temático-comparativo se orientará segundo o cotejo das investigações que se alinharem ao pensamento sobredito, sendo, no caso, definidos como convergentes à teoria de Frohmann. Em contraposição, aqueles que desconsiderarem, ou colocarem em menor medida a importância da materialidade que transcende a fisicalidade dos suportes, serão considerados diferenciados ou relativamente divergentes da teoria de Frohmann. E por fim, aqueles estudos que oscilarem entre a materialidade e a fisicalidade, mas que de algum modo, apontarem na direção de Frohmann, serão considerados complementares/transversais à sua teoria.

Para selecionar, analisar e sistematizar os conceitos presentes nessas publicações será utilizada, como pressuposto heurístico, a abordagem da história dos conceitos, de Reinhart Koselleck. A contribuição teórico-metodológica da história dos conceitos para a reflexão epistemológica dos conceitos da área de ciência da informação é debatida por Rabello (2008). O autor argumenta que a ciência da informação, como todo e qualquer campo científico, está em processo de formação e amadurecimento científico-disciplinar. Ainda assim, observa que ela – a ciência da informação – foi pensada inicialmente como disciplina, e depois surgiu a preocupação em justificá-la do ponto de vista histórico e epistemológico.

À luz das possibilidades levantadas, pode-se pensar a área em ao menos dois enfoques interpretativos: o enfoque prático-disciplinar (onde as teorias instrumentalizam o conhecimento para lidar com questões prático-informacionais), e o enfoque epistemológico (onde se interrelacionam o campo científico e o filosófico, acomodando o

¹⁴² Na seção anterior – revisão de literatura –, viu-se o percurso teórico da obra de Frohmann e a dimensão relacional do conceito de materialidade. Agora, a materialidade em Frohmann constitui critério *heurístico* para a análise da literatura científica levantada no mapeamento sobre o tema.

enfoque prático-disciplinar numa perspectiva teórico-metodológica explicativa) (RABELLO, 2008).

Pode-se compreender o *conceito*, do ponto de vista científico, como uma delimitação linguística para representar os fenômenos simbolicamente, valendo-se da cientificidade da exatidão, sensibilidade e intersubjetividade: “[...] O *conceito científico* também é apreendido como um *construto*, por possuir um significado construído intencionalmente à luz de um marco teórico.” (RABELLO, 2008, p. 25-26, destaques do autor).

Nesse sentido, Koselleck (2006 *apud* RABELLO, 2008), influenciado por Emmanuel Kant e Carl Schmitt (CASTELO BRANCO, 2006 *apud* RABELLO, 2008), e na hermenêutica de Martin Heidegger e Hans-George Gadamer (PEREIRA, 2004 *apud* RABELLO, 2008), construiu um quadro teórico-conceitual unindo a abordagem filosófico-hermenêutica à historiografia, desenvolvendo o campo da história dos conceitos, que considera as experiências históricas e as ações humanas que estão representadas nos conceitos.

Com isso, a história dos conceitos se constitui como um método de crítica das fontes, atentando-se para o contexto político e social no qual os documentos foram produzidos. O escopo de Koselleck é a semântica política dos conceitos, o que aproxima a história dos conceitos com a história social; assim: “[...] Ela [a história dos conceitos] se situa notadamente num [...] momento que busca a identificação da permanência dos significados dos conceitos estruturais na realidade social, contribuindo, por sua vez, para a elaboração e para a crítica dos conceitos científicos atuais utilizados e estudados pela disciplina histórica.” (RABELLO, 2008, p. 31).

Koselleck (1992) frisa cinco pontos relevantes para a história dos conceitos, são eles: “[...] 1) o conceito teorizável; 2) a utilização e o emprego de conceitos; 3) relação entre conceito e contexto no processo de apreensão; 4) unicidade conceitual; 5) como mensurar a força diacrônica do conceito.” (*apud* RABELLO, 2008, p. 32).

Com relação ao primeiro ponto, o *conceito teorizável*, é aquele através do qual podemos conceber uma determinada história. Nesse ponto, frisa-se a importância de distinguir-se *conceito* de *palavra*. Koselleck (1992, p. 135) afirma que “cada palavra nos remete a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo.”.

Apesar disso, nem todos os sentidos podem ser relevantes à escrita de uma história dos conceitos; como exemplo, o autor cita que na produção do *Dicionário de conceitos*, as palavras que representavam os conceitos foram cuidadosamente escolhidas, o que exigiu um nível profundo de reflexão e *teorização*, ou seja, requereu um “*Begriffsverwendung*”, segundo ponto frisado pelo autor, ou seja, a análise sobre a *utilização e o emprego de conceitos*:

[...] A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes.” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Koselleck (1992) ainda associa o conceito a um Fato (“*Faktor*”) e um Indicador (“*Indikator*”). Em outras palavras, além de fenômeno linguístico, o conceito indica algo além da língua.

O terceiro ponto – *relação entre conceito e contexto no processo de apreensão* –, relaciona-se aos critérios de seleção utilizados para a escrita de uma história dos conceitos, assumindo que “[...] Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Já a *unicidade conceitual*, o quarto ponto, pode ser compreendida pela situação única na qual se insere o conceito – ele só pode ser falado e formulado teoricamente uma única vez, ou seja, surge num contexto e momento específicos. Quando esse contexto e momento se altera, a palavra permanece a mesma (o que o autor designa de *tradução do conceito*), mas seu conteúdo se altera, o que “[...] significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (einmalig) articulado ao momento de sua utilização.” (KOSELLECK, 1992, p. 138).

Nesse sentido, o autor exemplifica com o uso semântico e pragmático da língua, afirmando que o uso pragmático da mesma é algo único e decisivo, mas só é inteligível se a semântica for compartilhada pelos interlocutores, pois é preciso conhecer previamente o significado das palavras de uma mensagem para que ela faça sentido: “[...] a semântica é assim imprescindível para a comunicação linguística (Sprachhandlung) e para o uso pragmático da língua.” (KOSELLECK, 1992, p. 141).

Inserir-se, nesse contexto, a questão da sincronia e da diacronia – a sincronia contém a diacronia, que por sua vez, está presente na semântica. Para o autor, essa situação embasa a defesa de uma história dos conceitos, “[...] posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica.” (KOSELLECK, 1992, p. 141).

Por fim, o quinto ponto elucidado pelo autor refere-se a *como mensurar a força diacrônica do conceito* empiricamente, e a maneira de se fazer isso é através das fontes documentais. Para exemplificar, Koselleck (1992) cita três dessas fontes:

- 1) “as fontes próprias da linguagem do cotidiano”: informam um ato único, e intencionam alcançar um ouvinte. São exemplos os manifestos, petições, requerimentos, entre outros. Compõem uma grande massa documental e podem ser definidas como fontes primárias;
- 2) “O gênero *Zeit*”: estabelecem uma relação entre repetição e unicidade, ou singularidade. São exemplos os dicionários, onde podemos traduzir o significado de cada uma das palavras nele presentes. Requerem uma leitura minuciosa, a partir das estruturas semânticas;
- 3) “textos que permanecem inalterados no decorrer de suas sucessivas edições”: são exemplos a obra de Kant, a Bíblia e outros textos clássicos. Nesses casos, a semântica não se repete da mesma maneira, pois o tipo de texto assim a impede, conservando a mensagem original.

Sobre esse último aspecto apontado por Koselleck (1992), Rabello (2008, p. 36-37) comenta que:

[...] as fontes de interesse para uma pesquisa histórico-conceitual, sob uma perspectiva epistemológica, [são] os conjuntos de textos que trazem as sistematizações teóricas alicerçadas em conceitos científicos. Desse modo, tais textos podem se constituir na qualidade de objeto de análise para a uma possível investigação crítica por meio da história dos conceitos.

Sob esse prisma, será possível refletir sobre os conceitos de materialidade agrupando-os por convergência, diferenciação ou divergência relativa ou complementaridade/transversalidade conceitual com base em Frohmann, de modo a construir um quadro teórico-conceitual que expresse o “estado da arte” da materialidade

do livro. Para tal, apresenta-se, a seguir, os critérios e procedimentos delimitados para a realização do mapeamento da literatura de artigos científicos e de textos publicados em anais de eventos nacionais sobre o tema, cujo resultado da delimitação corresponde ao *corpus* desta investigação.

3.2.2 Horizonte procedimental: mapeamento e estudo temático-comparativo

3.2.2.1 Mapeamento de textos nacionais sobre “materialidade” e “materialidade do livro”: artigos publicados em periódicos e publicações em anais de eventos

A premissa de que o documento ou, mais especificamente, o livro, se constitui enquanto tal considerando aspectos de materialidade que estão para além da informação, conforme preconizado por Murguia (2009), foi o ponto de partida do trajeto desta pesquisa, iniciada, como já mencionado, no âmbito do projeto ProIC/UnB 2020/2021 (RABELLO, 2020).

O título da pesquisa “Mapeamento do tema ‘materialidade do livro’ como subsídio para investigações sobre informação materializada e institucionalizada como documento”, já apontava para a construção de um instrumento de pesquisa para subsidiar a investigação sobre o valor social do documento na ciência da informação, sobretudo no que tange o tema da materialidade do objeto livro. Além disso, o mapeamento do “estado da arte” na temática teve como objetivo geral “[...] mapear autores, obras e temas que dialogam com a ciência da informação ao tratar da materialidade do livro.” (AMORIM; RABELLO, 2021, p. 1).

A partir de aspectos da revisão sistemática de literatura abordada naquele estudo, determinou-se então critérios de pesquisa e seleção das fontes de informação, de modo que a literatura levantada carregasse força de evidência científica, conforme preconizado por Bernardo *et al.* (2004). Especificamente, a revisão sistemática de literatura consiste na utilização de metodologias mais rigorosas para o estabelecimento dos critérios de pesquisa e seleção de fontes informativas, conforme destacado por Bernardo *et al.* (2004), e são utilizadas com mais frequência em áreas de ciências consideradas exatas e da saúde. Rother (2007), a seu modo, corrobora, em consonância com Bernardo *et al.*

(2004), o caráter do rigor metodológico empregado nas revisões sistemáticas de literatura. Em outras palavras, a revisão sistemática de literatura compromete-se com a origem das informações utilizadas a fim de evitar vieses na seleção das fontes de informação – ou seja, selecionar textos que apontam para somente uma abordagem de uma dada temática – viabilizando uma análise menos parcial da temática, evitando situações como essa:

[...] Quando diversos textos de natureza opinativa são articulados por um conjunto de autores, habitualmente pertencentes a uma mesma especialidade, ou sociedades afins, compõem-se um documento conhecido como consenso, que costuma atender às composições de natureza corporativa (BERNARDO et al., 2004, p. 404).

Sendo assim, no Plano de Trabalho ProIC/UnB 2020-2021 (AMORIM, 2020), foi estabelecida a consulta à bases de dados nacionais e internacionais na área de ciência da informação e afins:

Espera-se que – depois de consultar as bases de dados nacionais e internacionais – seja possível mapear a cobertura do tema em resultados obtidos a partir das perguntas: quais as variações do tema no âmbito terminológico? Quais os periódicos brasileiros de maior cobertura do tema? Quais as bases internacionais de maior cobertura do tema? Quais os periódicos internacionais de maior cobertura do tema? Qual a relação entre periódicos que cobriram o tema e nível Qualis/CAPES destas revistas? Quando os periódicos iniciaram a cobertura do tema? Qual o período de maior concentração de publicações sobre o tema? (AMORIM, 2020, p. 7).

Com efeito, as respostas a esses questionamentos constituíam os próprios objetivos específicos do trabalho de ProIC/UnB, respectivamente:

1. Identificar as variações do tema no âmbito terminológico;
2. Identificar os periódicos brasileiros de maior cobertura do tema;
3. Identificar as bases internacionais de maior cobertura do tema;
4. Identificar os periódicos internacionais de maior cobertura do tema;
5. Demonstrar a relação entre periódicos que cobriram o tema e nível Qualis/CAPES destas revistas;
6. Identificar teses e dissertações nacionais sobre o tema; e
7. Situar temporalmente a cobertura do tema (AMORIM; RABELLO, 2021, p. 2).

Assim, a seleção das fontes de informação, a princípio, considerou o levantamento nas seguintes bases nacionais¹⁴³ (no que se refere aos artigos científicos – recorte deste trabalho), com cobertura na área de ciência da informação e afins:

- a) *BRAPCI* – base desenvolvida pela UFPR, com ampla cobertura na área de ciência da informação e destaque no cenário nacional;
- b) *E-Lis* – repositório temático em ciência da informação;
- c) *Google Acadêmico* – possibilitou expandir o levantamento e alcançar outras bases e/ou periódicos que não haviam sido abarcados anteriormente.

Faz-se relevante ressaltar que, diante da cobertura dessas fontes de informação, foram considerados, para além dos artigos publicados em periódicos nacionais, textos publicados em anais de eventos brasileiros em ciência da informação, especificamente os publicados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), que se constitui como o principal evento científico da área no Brasil. Ainda assim, a cobertura das fontes *E-lis* e *Google Acadêmico* permitiu recuperar textos publicados no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB), e 1 capítulo de livro.

Com relação aos critérios de pesquisa para a seleção dos textos, foram determinadas as seguintes etapas de análise para a revisão sistemática de literatura (AMORIM; RABELLO, 2021, p. 6):

- 1) Busca simples e avançada com termos significativos e uso dos operadores disponíveis em cada base. Foram considerados termos significativos para as buscas, utilizados de forma simples ou combinada através do operador AND: “materialidade”, “livro”, “materialidade do livro”, “institucionalidade”, “informação”, “institucionalidade da informação” e “ciência da informação”. Os principais campos utilizados para as buscas foram: título, palavra-chave, assunto e resumo;

¹⁴³ Isso porque o levantamento também foi realizado em bases internacionais: *Library and Information Science Abstracts* (LISA); *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA); *Web of Science* (WoS) e *Scopus*. Além disso, a BDTD (*Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações*) também fez parte do levantamento, mas igualmente não se insere no escopo deste trabalho, pois indexa outros tipos de documentos – teses e dissertações. A *ABCDM* – base desenvolvida pela FCI/UnB – apesar de constar no plano de trabalho, não serviu de fonte, pois a consulta a essa base só podia ser realizada presencialmente na FCI, o que não foi possível em virtude na pandemia da covid-19. No entanto, considerou-se que o levantamento não foi prejudicado, pois a base BRAPCI possui ampla cobertura da literatura nacional.

- 2) Análise qualitativa do título, palavras-chave e resumo. Nessa etapa, foi importante avaliar se esses elementos se encaixavam no escopo pretendido, e se havia a ocorrência dos termos significativos na página, um indicador de que o texto era relevante;
- 3) Leitura técnica através da análise da introdução, metodologia, tabelas/gráficos, conclusão e referências do documento. Essa etapa requereu uma avaliação mais aprofundada da relevância do texto, com atenção para os objetivos gerais e específicos, referencial teórico, resultados de pesquisa, considerações finais e bibliografia utilizada;
- 4) Extração de metadados e conceitos sobre o tema. Etapa de tomada de decisão e inclusão do texto na planilha de Excel. Os seguintes metadados foram utilizados: código (número de registro na planilha), título, autor(es), base/repositório, periódico, local de publicação, data, nível Qualis/CAPES, citações no Google Acadêmico, palavras-chave, resumo, objetivos, citações (sobre materialidade do livro) e referência bibliográfica (AMORIM; RABELLO, 2021, p. 6).

O Quadro 2, Apêndice 1, demonstra os campos de busca, os termos de busca e as etapas de análise para a revisão sistemática de artigos científicos e textos publicados em anais de eventos nacionais sobre a materialidade e a materialidade do livro. Por exemplo, na *BRAPCI*, os campos utilizados para busca foram título, palavra-chave e resumo, e foram realizadas buscas com os termos “materialidade do livro”, “materialidade da informação”, “institucionalidade da informação”, “Materialidade” AND “Livro”, “Materialidade” AND “Informação” e “Institucionalidade” AND “Informação”. Na *E-Lis*, foram utilizados os campos de busca básica e avançada, e os termos “*books materiality*”, “materialidade do livro”, “*book*” AND “*materiality*”, “*materiality*” AND “*Information*” e “*materiality book Information*”. Já no *Google Acadêmico*, foi utilizado o recurso da busca avançada através da combinação dos termos “materialidade do livro” e “Ciência da informação”, e também “*book’s materiality*” (AMORIM, 2021). Assim, a partir do levantamento e da revisão sistemática de literatura, foi possível realizar o estudo comparativo das concepções convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes

e complementares/transversais a respeito da materialidade e da materialidade do livro, cujos critérios serão apresentados a seguir.

3.2.3 Estudo temático-comparativo: concepções de materialidade por convergência, diferenciação ou divergência relativa e/ou complementaridade/transversalidade

Partiu-se – para o estudo temático-comparativo proposto – de aspectos conceituais tocantes a dimensões de materialidade, em cuja aproximação ou sistematização foi organizada em virtude da convergência, da diferenciação ou divergência relativa e da complementaridade/transversalidade dos textos mapeados em relação aos pressupostos identificados na obra de Frohmann:¹⁴⁴

Quadro 3 – Definições de convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade conceitual em relação à obra de Bernd Frohmann

Convergência	Complementaridade/transversalidade	Diferenciação ou divergência relativa
Materialidade que transcende a fisicalidade do suporte: de intencionalidade, significação e passível de compor distintas institucionalidades.	Materialidade relacionada simultaneamente à fisicalidade e à significação.	Materialidade atrelada, como valor central, à fisicalidade do suporte.

Fonte: Elaboração nossa.

Partiu-se do pressuposto de que, com base nessas relações, poder-se-ia alcançar o objetivo geral e compreender o tema da materialidade de modo ter no horizonte uma perspectiva holística, considerando a multidimensionalidade e pluralidade de sentidos que o conceito evoca na ciência da informação, estando para além da informação. Para tanto, as subseções a seguir detalham de maneira pormenorizada cada uma dessas dimensões conceituais como critério para análise da literatura mapeada.

¹⁴⁴ Conforme observado na seção 2, a revisão de literatura sobre a obra de Frohmann foi organizada em conformidade com a norma *Informação e documentação – Citações em documentos* (ABNT, 2002). Além de constituir critério metodológico para aquela seção, a seção 4 foi orientada com o mesmo critério. Assim, recorda-se que para assinalar a leitura do teórico em questão, utilizou-se o modelo *autor-data*: o nome do autor citado e o ano de publicação da obra em questão. Exemplo: *Frohmann (1992)*. Para os autores citados pelo teórico em sua publicação, utilizou-se o nome da obra, nome do autor e ano de publicação, com a referência em *nota*: ademais, em caso de repetição, utilizou-se a abreviação em latim *ibid.*, seguida do ano. Exemplo: *Frohmann (1992) discute sobre a obra Discipline and Punish, de Michel Foucault, publicada em 1975* (primeira citação, referência em nota); *Foucault* (segunda citação, indicação de nota no texto, e a expressão “*ibid.*, 1975.” em nota).

3.2.3.1 Critérios de análise

- a) **Convergência:** autores que citaram Frohmann dialogando com sua perspectiva de materialidade.
- b) **Diferenciação ou divergência relativa:** autores com enfoque na dimensão física, e assim, divergem relativamente de Frohmann.
- c) **Complementaridade/transversalidade:** autores com enfoque tanto na dimensão física quanto na dimensão simbólica, para os quais faz-se necessário delimitar um percurso teórico comum com Frohmann, ou seja, mesmo sem citá-lo, dialogar com sua perspectiva; ou então citar outros autores que dialogam com sua perspectiva. Para tanto, analisar a pertinência desses autores, é dizer, a ocorrência de citações dos mesmos nos textos, torna-se fundamental para validar teoricamente a inserção da literatura mapeada na dimensão complementar – que é transversal à materialidade em Frohmann. Cabe analisar:
 - Autores-base para Frohmann que não são da área, mas que contribuem para a área;
 - Autores que não são da área, mas que contribuem para a área;
 - Autores nacionais que são da área e que seguem a linha de Frohmann.

Com base nesses critérios foi possível agrupar essas publicações por concepções materiais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais em relação à obra de Frohmann. A interpretação dos resultados de pesquisa é discorrida a seguir, na seção de apresentação, análise e interpretação dos resultados.

4 MATERIALIDADE DO LIVRO: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Essa seção trata do “livro”, da “materialidade”, e da “materialidade do livro” como conceitos, para então apresentá-los sob as lentes da história dos conceitos, e embasar teoricamente a interpretação dos resultados de pesquisa.

4.1 “Livro”, “materialidade” e “materialidade do livro” como conceitos

Partindo da história dos conceitos de Koselleck (1992), e da abordagem de Rabello (2008) voltada para pensar as questões epistemológicas da CI – mediante o qual se estabelece uma ponte entre aquele enfoque histórico com a dimensão teórico-conceitual –, é que se reflete sobre o “livro”, a “materialidade”, e a “materialidade do livro” como conceitos.

O livro, da argila aos *devices* digitais, sempre suscitou questões *sobre e para além* de sua forma. Um marco clássico no estudo de bibliotecas – a Biblioteca de Alexandria –, corporifica no imaginário de estudiosos o potencial simbólico de livros e instituições coletoras de cultura. Esse potencial simbólico pode ser visualizado na figura de uma elite intelectual erudita criada no centro da cultura helênica, conforme aponta Jacob (2000). Como um produto dos ideais criados no Liceu aristotélico, a Biblioteca de Alexandria tinha como objetivo fornecer os recursos que essa elite de estudiosos necessitava, justificada pela importância do **livro como instrumento de guarda do capital intelectual humano, insumo ao debate intelectual e ao avanço do conhecimento.**

Segundo Jacob (2000), a elite de eruditos exalava cultura “sem par” no centro político-cultural do mundo antigo. De fato, Alexandria era polo intelectual e científico daquele tempo, reunindo intelectuais de todo o mundo, conforme apontam cartas de Arquimedes de Siracusa. Sua criação influenciou o surgimento de outras bibliotecas, algumas com o notório objetivo de superá-la em grandiosidade, como a Biblioteca de Pérgamo. A competição que daí se originou teve como consequência o aquecimento do comércio livreiro, com uma “corrida de aquisição” para inflar os acervos (JACOB, 2000).

Essa corrida de livros criou uma política imperialista: a determinação do reino de Alexandria, de acordo com Jacob (2000), era de que todos os livros fossem confiscados a bordo nos portos – um escriba copiava o exemplar, devolvendo a cópia e levando para a

Biblioteca o original. Os helênicos, ao confiscar o título original, evitavam erros de cópia e afirmavam seu poder simbólico.

Ora, esse fato por si só – confiscar livros com o fim de exercer um poder sobre os demais – evidencia o quanto o livro, seguindo a premissa de Murguia (2009), se situa como um objeto *de e para além da informação*. Isso porque o conhecimento que ele viabiliza pode impactar projetos os mais diversos: individuais, coletivos, políticos.

No caso de projetos políticos, pode-se ilustrar com um fato ainda recente: a grande queima de livros de Berlim, em 1933. Com a chegada de Adolf Hitler ao poder, os padrões ideológicos nazistas buscavam se impor contra atividades intelectuais consideradas “prejudiciais” ao regime. Em 10 de maio, na praça *Opernplatz* – atual *Bebelplatz* –, estudantes ligados ao regime nazista queimaram cerca de 20 mil livros, como uma demonstração de “limpeza” da literatura (BUENO, 2019). Esse ato de violência – atear fogo a livros – ratifica a importância desses objetos no memorial coletivo e individual. Reitera-se um trecho da citação de Pomian, para quem os livros são objetos *semióforo*, pois assim o trata aquele “[...] que *o manda queimar*, convencido de que pode exercer uma influência nociva sobre os leitores ou por querer destruir as produções escritas de um grupo, com o fim de destruir esse mesmo grupo.” (POMIAN, 1998, p. 77, destaques nossos).

Também é um *semióforo* o memorial que existe hoje na *Bebelplatz*, criado pelo israelense Micha Ullman. Trata-se de uma sala subterrânea, visível através de um vidro no chão da praça, com prateleiras brancas e vazias, local onde caberiam os cerca de 20 mil livros queimados à época do nazismo. Duas placas de ferro recordam o acontecimento com a frase do poeta Heinrich Heine “*Das war ein Vorspiel nur, dort wo man Bücher Verbrennt, verbrennt man auch am Ende Menschen*”, que quer dizer que a queima de livros foi um prelúdio para o que viria a seguir, a queima de pessoas (HEINE, 1820 *apud* PACELLI, 2018; BUENO, 2019).

Figura 2 – Memorial *Bebelplatz* (Micha Ullman)



Fonte: Arquivo pessoal.

Em Alexandria, vê-se que o ambicioso projeto de possuir todo o conhecimento humano em um só lugar se configurou como um catalisador da produção científica naquele tempo. As “coleções” alexandrinas irrigaram toda a cultura greco-romana, e espalharam sua influência mesmo séculos depois de seu desaparecimento, tamanho é o poder que a biblioteca evoca como “[...] espaço de saber coletivo e evolutivo” (JACOB, 2000, p. 71). Por isso mesmo, constata-se que livros também são alvo de projetos imperialistas, ideológicos e sangrentos – como pode-se observar na grande fogueira de livros de Berlim – o que corrobora a premissa de que sua *forma* desperta toda uma dimensão simbólica: o livro como *semióforo*, objeto imbuído de significado, de *intencionalidade* e passível de compor distintas *institucionalidades*, de criar espaços *evocativos* e *recordatórios*, de estabelecer *práticas*, *modos* de leitura e leitores, enfim, o *livro para além da informação* – é o conceito pelo qual compreende-se o livro, sob o bojo teórico sobretudo de autores como Pomian (1998) e Murguía (2009).

Por situar-se num espaço simbólico para além da informação, o livro possui *materialidade*. O conceito de materialidade que norteia o trabalho, conforme exposto, considera a perspectiva de Rabello (2019b), que ressalta “[...] os aspectos valorativos provenientes de práticas sociais e discursivas, sejam elas pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas, ou, ainda,

intencionalidades atribuídas ao objeto [...]” (RABELLO, 2019b, p. 6-7). A materialidade transcende a fisicalidade, ainda segundo Rabello (2019b). Ao transcender a fisicalidade, a materialidade liga o conceito de informação com práticas sociais e públicas, passando a considerar a natureza social, cultural, política e ética do documento (FROHMANN, 2008). Além disso, a concepção foucaultiana agrega os *enunciados com materialidade pronunciada*, que considera, em termos frohmannianos, a “[...] institucionalidade que confere massa, energia, resistência e permanência aos enunciados.” (RABELLO; RODRIGUES, 2016, p. 283). Portanto, a materialidade como conceito com bojo teórico em Frohmann (2008), Rabello (2019b) e Rabello e Rodrigues (2016), valida o caráter simbólico daquilo que está para além do suporte.

Assim, pode-se pensar a materialidade do livro como conceito. No âmbito da história cultural, é possível entender o livro como um objeto de memória ou algo que promove entendimentos individuais e coletivos (MENDES *et al.*, 2017). Assim, ele materializa os conhecimentos que estão destinados a perpetuarem no tempo – são, portanto, registros daquilo que se considera relevante para a sociedade (SALARELLI, 2017). Por sua materialidade, o livro possibilita ao leitor uma pluralidade de sentidos, que permitem criar um universo de interações (GOULART, 2016b).

A materialidade do livro abrange os estudos sobre os documentos, e representa uma ruptura epistemológica na medida em que o foco sai do suporte para sua materialidade – permitindo investigar o aspecto valorativo e simbólico do documento e, em especial, do livro, na ciência da informação. Ao buscar os significados dos conceitos na realidade, de modo a elaborar uma crítica dos conceitos científicos, a história dos conceitos oferece um caminho profícuo para essa investigação: estudar os conceitos de “livro”, “materialidade” e “materialidade do livro” sob a dimensão histórico-disciplinar e temático-comparativa.

4.1.1 Conceitos teorizáveis

Koselleck (1992) destaca, conforme ressaltado na seção procedimental, que cada palavra remete a um sentido, e cada sentido, a um conteúdo. Mas para conceber conceitos, é necessário teorizar e refletir sobre as palavras que vão remeter aos sentidos dos

conceitos.

A palavra “livro”, como visto, remete a diversos sentidos e conteúdos relacionados à sua forma, às sensações táteis que despertam, aos sentimentos que evocam, às construções identitárias de povos como recurso de memória coletiva, dentre outros. Essas associações, para Koselleck (1992), pressupõe uma convenção de que a palavra – no caso deste estudo, a palavra “livro” – é importante e significativa, constituindo um *minimal Bedeutungsgehalt* (sentido comum).

O mesmo acontece com a palavra “materialidade”, que remete a diversos sentidos e conteúdo: transcendente à fisicalidade (ao menos a partir de contribuições frohmannianas), corporifica-se em enunciados e se situa e torna presente no mundo social etc. Ao unir as palavras “materialidade” e “livro”, os sentidos se justapõem criando o conceito de “materialidade do livro”. O trabalho de mapear a literatura da área reflete a preocupação de pesquisadores em teorizar sobre o tema, fazendo com que o conceito passe pelo processo de *Begriffsgeschichte*.

Por meio da revisão das fontes consultadas foi possível observar que a perspectiva fisicalista teve destaque na ciência da informação até meados da década de 1990, aproximadamente. A partir de trabalhos como os de Michael Buckland (“*Information as thing*” e “*What is a document*”) ou os de Bernd Frohmann (“*The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint*”) foi possível expandir a noção de documento para considerar a materialidade. A partir daí, a corrente da “nova” documentação passou a refletir sobre os documentos, e sobre o livro, sob o viés da materialidade, ampliando os horizontes epistemológicos e embasando teoricamente o conceito.

4.1.2 Utilização e o emprego de conceitos

O *Begriffsverwendung* diz respeito à utilização e o emprego de conceitos, sendo que Koselleck (1992) associa o Fato (“*Faktor*”) e o Indicador (“*Indikator*”) como elementos do conceito. Ou seja, “livro”, “materialidade” e “materialidade do livro” são signos efetivos, pois, como palavras, constituem fenômenos linguísticos – e para além do signo linguístico, indicam sentidos para além da língua. O conceito de “materialidade do livro” relaciona-se com o que se compreende por “materialidade” e “livro”. Por meio daquele conceito, o

fenômeno da informação torna-se cada vez mais inteligível na relação entre a materialidade, os suportes documentais e os contextos ou institucionalidades, relação essa que permite com que o livro possa ser estudado como um objeto de significação.

4.1.3 Relação entre conceito e contexto no processo de apreensão

O conceito de “materialidade do livro”, ao ser situado no campo do fenômeno da informação, desvela outros contextos nos quais atua, tornando-os compreensíveis, conforme sugere Koselleck (1992). Como exemplo, observa-se em Bernd Frohmann como as práticas documentárias estão inseridas em contextos diversos: social, cultural, econômico, político, científico, tecnológico etc. Os enunciados, ao circularem nesses contextos, conferem materialidade às práticas documentárias que direcionam políticas em regimes de informação. O conceito de “materialidade” articula um contexto sobre os demais, atuando como elo de ligação entre as instâncias de significação. Os signos “livro” e “materialidade” facilitam a inteligibilidade dessa realidade. Ao utilizá-los, são construídos sentidos que, em conjunto, torna possível articular “livro” e “materialidade” para compreender o conceito de “materialidade do livro”.

4.1.4 Unicidade conceitual

A formulação teórica e abstrata do conceito “materialidade do livro”, então, está relacionada a essa situação única: quando o livro e a materialidade foram pensados conjuntamente e, assim, expressados na literatura. Esse caráter único (“*einmalig*”) se expressa na articulação dessas ideias num momento histórico que culminou nessa abertura epistemológica, com a “nova” documentação. Mesmo pensando a “materialidade do livro” como a união de conceitos pré-existentes – “livro” e “materialidade” –, um novo conceito foi forjado a partir dessa situação histórica. É por isso que Koselleck (1992) relaciona a unicidade conceitual com o uso pragmático da língua, no qual a semântica desempenha papel fundamental: para compreender a “materialidade do livro”, o sujeito precisa saber o significado dos conceitos pré-existentes – precisa reconhecer os sentidos dos conceitos de “livro” e “materialidade”.

4.1.5 Mensurabilidade da força diacrônica do conceito

Nesse ponto, situa-se a sincronia que contém a diacronia, e está presente no aspecto semântico; em outras palavras, essas temporalidades que determinam a utilização específica (“*situative Verwendung*”) de “materialidade do livro” não podem ser alteradas, pois essa situação, segundo Koselleck (1992), contém forças diacrônicas sobre as quais não temos controle, e que se expressam na semântica de “livro”, “materialidade” e “materialidade do livro”. A mensurabilidade da força diacrônica do conceito de “materialidade do livro” será abordada no item 4.3, seção onde se discutirá o conceito nas dimensões convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais.

4.2 Mapeamento dos temas “materialidade” e “materialidade do livro” em publicações nacionais

Entre os 107 textos identificados, 93 são artigos científicos, 8 são teses e/ou dissertações, 5 são textos publicados em anais de eventos, e 1 é capítulo de livro. A pesquisa em questão trouxe indicadores relativos à cobertura temporal do tema, as variações em âmbito terminológico, os periódicos e os níveis Qualis/CAPES destas revistas, as bases de dados de maior cobertura e informações sobre a autoria dos textos (AMORIM; RABELLO, 2021). Além disso, a pesquisa trouxe curiosidade e subsídio para traçar um percurso teórico de continuidade da reflexão sobre a materialidade do livro: a análise dos conceitos de artigos e textos nacionais sobre o tema, relacionando-os por meio de dimensões convergentes, complementares/transversais e diferenciadas ou relativamente divergentes, investigação da qual o estudo aqui se ocupa.

A produção nacional corresponde a 53 textos do mapeamento, entre artigos de periódicos, textos publicados em anais de eventos, capítulo de livro e teses e/ou dissertações. O objeto de estudo são 42 destes textos,¹⁴⁵ ou seja, a literatura de 36

¹⁴⁵ No Quadro 4 – Apêndice 1, encontram-se as publicações identificadas por autoria, título e fonte (periódico, capítulo de livro ou anais de evento).

artigos científicos (de periódicos), 1 **capítulo de livro** e 5 **textos publicados em anais (de eventos) nacionais** sobre a materialidade e a materialidade do livro.

Esses documentos correspondem ao período entre 2006 e 2020, sendo que o período de maior concentração se situa em 2018 (com 8 publicações), 2017 (com 7 publicações) e 2016 (com 6 publicações). Com relação aos periódicos de maior cobertura, destacam-se: *Encontros Bibli* (7 publicações), *Informação & Sociedade e Perspectivas em Ciência da Informação* (ambos com 3 publicações), *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação* e *Em Questão* (ambos com 2 publicações).

No que toca as bases de dados, a *BRAPCI* é a de maior cobertura, com 31 publicações indexadas. Em seguida, temos o *Google Acadêmico* com 16 publicações, e o repositório temático em ciência da informação *E-Lis*, com 2 publicações.¹⁴⁶ Já em relação à autoria dos textos, os autores que mais publicaram sobre o tema são: Rodrigo Rabello (com 6 publicações); Ilsa do Carmo Vieira Goulart e Georgete Medleg Rodrigues (ambas as autoras com 4 publicações); e Eduardo Ismael Murguia e Gustavo Silva Saldanha (ambos os autores com 3 publicações). Ressalta-se que mesmo em relação ao mapeamento total (publicações nacionais e internacionais), esses autores ainda se destacam entre os que mais publicam sobre o tema, o que demonstra a importância da pesquisa brasileira sobre a materialidade e a materialidade do livro no cenário nacional e internacional. Na seção a seguir são estabelecidos os critérios para a análise dessas publicações nas dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais.

4.3 Estudo temático-comparativo à luz da teoria de Bernd Frohmann

O estudo comparativo com base no mapeamento sobre o tema da “materialidade” e da “materialidade do livro”, conforme o exposto, foi realizado levando em consideração a afinidade ou não ao conceito de materialidade presente na obra de Bernd Frohmann.

Esta seção trata, em um primeiro momento, da fundamentação dos critérios

¹⁴⁶ Apesar de não serem bases nacionais, aparecem no mapeamento: *Web of Science*, com 3 publicações; e *Scopus*, com 1 publicação. No total, os artigos, o capítulo de livro e textos de anais (de evento) nacionais apareceram 53 vezes nessas bases, o que demonstra que muitos estão indexados em mais de uma delas.

procedimentais que nortearão o estudo comparativo, através da análise da ocorrência de citações e da determinação do percurso teórico relevante para compreender a materialidade *em e relativo* à Frohmann, especificamente no que toca à complementaridade/transversalidade.

Em um segundo momento, apresenta-se, sob o viés dessa fundamentação, a interpretação dos resultados de pesquisa nas dimensões propostas: convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade. Ao fim de cada uma dessas dimensões, se reflete sobre o caráter relacional da materialidade presente nessas publicações, à luz da teoria frohmanniana.

Sob esse prisma, será possível alcançar os objetivos desse trabalho e particularmente, o objetivo específico de número 3: Sistematizar os conceitos, a partir das dimensões identificadas, tendo como horizonte a multidimensionalidade da materialidade do livro.

4.3.1 Ocorrência de citações e preâmbulo do estudo comparativo

Para comparar os textos por convergência, diferenciação ou divergência relativa e/ou complementaridade/transversalidade à teoria do conceito de materialidade na obra de Bernd Frohmann, fez-se pertinente estabelecer alguns critérios para categorização dos textos do mapeamento. Nesse sentido, as definições empreendidas anteriormente constituíram o critério inicial, conforme o estabelecido, para delimitar os limites conceituais de cada uma das categorias. Assim:

- a) **Convergem com Frohmann** os textos nos quais a materialidade foi compreendida pelo seu viés de transcendência da fisicalidade do suporte: uma materialidade de intencionalidade, significação e passível de compor distintas institucionalidades – nesse sentido, foram considerados convergentes os textos com citação explícita de Bernd Frohmann;
- b) **Diferenciam-se ou divergem relativamente de Frohmann** os textos nos quais a materialidade foi compreendida como sinônimo de fisicalidade, ou seja, o suporte foi tido como o componente mais relevante para determinar a materialidade do documento;

- c) **Complementam em associação a Frohmann, e pelo viés da transversalidade**, os textos nos quais a materialidade foi abordada simultaneamente atrelada tanto às características físicas dos objetos, quanto ao aspecto simbólico que eles suscitam.

Para embasar teoricamente essa categorização, especificamente no âmbito do item c (textos complementares/transversais à materialidade em Frohmann), fez-se relevante identificar, na teoria de Frohmann, os teóricos que influenciaram sua concepção de materialidade – o que constituiu um importante indicador dos percursos teóricos comuns entre os autores das obras analisadas e o próprio Frohmann.

Na seção 3, onde se discutiu o “livro”, a “materialidade” e a “materialidade do livro” sob o ponto de vista contextual, interpretativo e procedimental, observou-se como critérios de análise precisamente a relação entre autores que, mesmo sem citar Frohmann, dialogam de algum modo com sua perspectiva; ou que citam autores de outras áreas, mas que contribuem para a reflexão proposta; ou ainda que citam autores citados por Frohmann, e assim compartilham o percurso teórico percorrido pelo autor.

À luz de tais aspectos abordados na seção 3, a presente seção se ocupa por nomear esses autores que são da área ou de outras, mas que contribuíram para pensar a materialidade em complementaridade/transversalidade conceitual à luz da teoria de Bernd Frohmann. Por fim, o critério para nomear esses autores foi a sua *ocorrência* de citações na literatura levantada, aspecto que será tratado a seguir.

4.3.1.1 Ocorrência de citações

A ocorrência de citações foi um critério utilizado por permitir mensurar, por um lado, a pertinência dos autores que são base para Frohmann; e por outro; identificar outros autores nacionais e internacionais que não são da área, mas que contribuem para pensar o tema da materialidade e da materialidade do livro. Esses aspectos foram essenciais para pensar a dimensão complementar/transversal.

Com base na análise das citações dos textos, observou-se que o autor mais citado é Roger Chartier (35 citações), seguido de Michel Foucault (22 citações), Rodrigo Rabello (12 citações), Jacques Le Goff e Eduardo Murguía (ambos com 11 citações, cada um),

Krzysztof Pomian (9 citações), Bruno Latour (6 citações) e, por fim, Gilles Deleuze & Félix Guattari e Lídia Silva de Freitas (com 4 citações, cada um):

Com base nesse quantitativo foi possível agrupar essas publicações na concepção complementar/transversal em relação à obra de Frohmann, que merece uma atenção justamente por oscilar entre os aspectos físicos e simbólicos. Para dar início à interpretação dos resultados de pesquisa, vale recordar os critérios estabelecidos na seção procedimental, fundamentando-os com base nessas ocorrências de citações.

4.3.1.2 Fundamentação dos resultados prévios segundo os critérios

Estabelece-se no caso da **convergência**:

- Autores que citaram Frohmann dialogando com sua concepção de materialidade;

No caso da **diferenciação ou divergência relativa**:

- Autores que enfatizam a fisicalidade do suporte, diferenciando-se ou divergindo relativamente assim da concepção de materialidade em Frohmann;

Por fim, no caso da **complementaridade/transversalidade**:

- Autores que consideram tanto a fisicalidade do suporte quanto a dimensão simbólica, e que citam:
 - Autores internacionais que são base teórica para Frohmann que não são da área, mas que, por conseguinte, contribuem para a área: *Michel Foucault, Bruno Latour, Gilles Deleuze e Félix Guattari*;
 - Autores internacionais que não são da área, mas que contribuem para a área: *Jacques Le Goff, Roger Chartier e Krzysztof Pomian*;
 - Autores nacionais que são da área e que seguem a linha de Frohmann: *Eduardo Murguía, Lídia Silva de Freitas, Rodrigo Rabello*.

Com base nesses resultados prévios, justifica-se teoricamente a categorização dos textos por convergência, diferenciação ou divergência relativa e/ou complementaridade/transversalidade em relação à Frohmann.

4.3.2 Concepções de materialidade por convergência

A materialidade em convergência com Bernd Frohmann, conforme exposto, transcende a fisicalidade do suporte: relaciona-se à intencionalidade, à significação e à institucionalidade. Circula no meio social como enunciado, possui *massa, inércia, energia, resistência, força* e provoca *efeitos*.

Nos textos mapeados, a materialidade por convergência foi tratada tendo no horizonte uma perspectiva holística, compreendida pelos seus aspectos valorativos e para além do suporte (RABELLO, 2018; 2019b); no mesmo caminho – transcendendo a fisicalidade –, aparece se forjando e se constituindo em distintas institucionalidades e intencionalidades (RABELLO; RODRIGUES, 2016; 2017). De fato, a materialidade do documento aparece em alguns trabalhos como oriunda de sua própria institucionalização (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015); e, portanto, parte dos cotidianos institucionais, onde materializa informação (CAMPOS; VENÂNCIO, 2006).

Também se apresenta como o suporte do *enunciado* (ANDRETTA; PERROTTI, 2018), possibilitando a existência do mesmo (ODDONE, 2007). Esses enunciados com *materialidade pronunciada* são senão os documentos (FERRANDO; FREITAS, 2017). Similarmente, a materialidade pode ser compreendida como uma “acobertada” camada de elementos simbólicos que se apresentam como *pretensa fisicalidade* (SALDANHA, 2013).

Efetivamente, os autores e suas publicações com conceitos convergentes à materialidade em Frohmann, que serão discutidos a seguir¹⁴⁷, são:

- a) A construção de uma teoria social da informação: caminhos para a materialidade – com Luiz Fernando de Barros Campos e Ludmila Salomão Venâncio (com a publicação *O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo*, de 2006); Nanci Oddone (com a publicação *Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual*, de 2007); e Gustavo Silva Saldanha (com a publicação *O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”*, de 2013);

¹⁴⁷ Serão utilizados os mesmos parâmetros do capítulo de revisão de literatura: modelo *autor-data* para o autor em questão, e *título da obra, autor e ano* e a expressão latina *ibid.* em caso de repetição, para os autores citados na publicação.

- b) Materialidade e institucionalidade dos documentos – com Maira Cristina Grigoletto em co-autoria com Eduardo Ismael Murguia (com a publicação *As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado*, de 2015); Rodrigo Rabello em co-autoria com Georgete Medleg Rodrigues (com as publicações *Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade*, de 2016, e *Documento, arquivo e formas de representação da realidade*, de 2017); e Rodrigo Rabello (com as publicações *Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política*, de 2018, e *Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais*, de 2019b) e;
- c) Dispositivos: documentos com materialidade – com Thays Lacerda Ferrando em co-autoria com Lidia Silva de Freitas (com a publicação *Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault*, de 2017); e Edmir Perrotti em co-autoria com Pedro Ivo Silveira Andretta (com a publicação *A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões*, de 2018);
- d) Relações entre documento, informação e memória – com Vitor Manoel Marques da Fonseca, Elisabete Gonçalves de Souza e Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho (com a publicação *A performance na sociedade de História: relações com o documento, com a informação e com a memória*, de 2019).

4.3.2.1 A construção de uma teoria social da informação: caminhos para a materialidade

Inicia-se pelo texto *O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo*, onde Campos e Venâncio (2006) intencionam demonstrar a emergência da abordagem holística na ciência da informação, com a integração do material e o social e suas múltiplas dimensões: sociológica, situacional, político-filosófica, linguística, emocional, cultural, histórica e epistemológica. A materialidade encontra respaldo na obra de Frohmann (2006), que a entende atrelada a aspectos públicos e sociais. De certo modo, essa publicação busca desenvolver tal perspectiva de Frohmann – convergindo assim com sua obra.

Para tanto, os autores discorrem sobre surgimento da CI, disciplina inicialmente associada com a predominância dos aspectos sistemáticos e fisicalistas da informação.

Apontam que a obra de Frohmann (1992), ao questionar a abordagem cognitivista na ciência da informação, representa uma ruptura epistemológica no campo. Rafael Capurro¹⁴⁸, em *Epistemologia e Ciência da Informação*, de 2003, também aponta a emergência de um “paradigma social” na área.

A integração entre o material e o social encontra solo profícuo na obra de Foucault¹⁴⁹, e seu conceito de “formação discursiva”: “[...] essa formação está intrinsecamente relacionada às práticas sociais na medida em que resulta delas, e também as origina.” (CAMPOS; VENANCIO, 2006, n. p.). Foucault também traz a ideia de enunciado, como algo que possui materialidade e “massa, inércia, resistência”, ao engajar-se institucionalmente. Nesse processo, Frohmann (2006) aponta para a materialização da informação através dos documentos. De modo geral, as reflexões de Campos e Venâncio (2006) apontam o quanto a área de ciência da informação pode se privilegiar de construções teóricas holísticas e interdisciplinares.

Outro trabalho que discute sobre construções teóricas mais amplas, como a epistemologia social, é *Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual*, de Oddone (2007). A autora retoma o conceito de “epistemologia social” que Margaret Egan e Jesse Shera¹⁵⁰ discutem em *Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação*, obra de 1961. A autora relaciona o conceito com as teorias de Michel Foucault, Pierre Lévy e Bruno Latour, de modo a estudar as relações entre os sujeitos e seus contextos socioculturais e tecnológicos, de um ponto de vista cognitivo, constituindo uma “ecologia sociotécnica do trabalho intelectual”, carregada de materialidade.

O conceito de “epistemologia social” foi concebido por Egan e Shera¹⁵¹ como uma espécie de “disciplina-mãe”, é dizer, um tipo de “fundamento científico” para a própria biblioteconomia. No entanto, a teoria não foi bem aceita na época por seus pares. Com os estudos contemporâneos, a epistemologia social passou a compartilhar uma matriz epistêmica semelhante e um quadro teórico mais amplo e complexo, o que, segundo a

¹⁴⁸ CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

¹⁴⁹ *Ibid.*, 2005.

¹⁵⁰ EGAN, Margaret E.; SHERA, Jesse H. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 15-61.

¹⁵¹ *Ibid.*, 1961.

autora, revela um “[...] espaço circunscrito de fenômenos, sua perspectiva abrange ao mesmo tempo toda economia do mercado material e simbólico de bens culturais e toda a ecologia do sistema social de produção intelectual [...]” (ODDONE, 2007, p. 112-113).

A autora destaca a importância do conceito de redes, assinalando que na concepção latouriana, as redes são trabalhadas no sentido de superar a distância entre natureza e cultura. Para Foucault¹⁵², a rede é o *locus* donde ocorrem os jogos de relação e ruptura das formações discursivas. Na perspectiva foucaultiana também entra em foco a contribuição das “formações discursivas”, fundamentais para entender como os enunciados, elementos de natureza discursiva, articulam-se em relações e acontecimentos de diversas naturezas, configurando uma dada episteme em um dado momento histórico e social.

Nesse ponto, a autora salienta a proximidade teórica entre as concepções foucaultiana e latouriana; nessa última, a condição material é imprescindível ao registro e o trabalho científico. Notadamente, a arqueologia do saber de Foucault, a teoria ator-rede de Latour, e a epistemologia social de Egan e Shera possuem muitas afinidades, conforme corrobora Thomas Kuhn¹⁵³ na obra *A estrutura das revoluções científicas*, de 1975; e Frohmann (1995), na já analisada obra *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory*. Dentre essas afinidades, destaca-se o aspecto da materialidade:

[...] Associada às idéias e teorias aqui revistas a epistemologia social poderia ser interpretada como uma verdadeira ecologia sociotécnica do trabalho intelectual, ou seja, um exame das redes que sustentam, organizam e disciplinam a produção, a circulação e o uso do conhecimento, caracterizadas em sua materialidade e em suas relações com o meio ambiente social, cultural e tecnológico (ODDONE, 2007, p. 121).

A contribuição de Oddone (2007) sugere, assim, uma compreensão das redes nas quais circulam os enunciados, e suas relações com o ambiente, dada a sua materialidade. Também reforça a importância da epistemologia social, dialogando com a importância de haver construções teóricas mais amplas, relacionais e holísticas, conforme apregoado anteriormente por Campos e Venâncio (2006).

¹⁵² *Ibid.*, 2005

¹⁵³ KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 264 p.

Na mesma direção, pensando *O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação"*, Saldanha (2013) reflete sobre a condição "simbólica" do documento no campo da Organização dos Saberes (OS), assinalando a materialidade como um elemento culturalista, e não somente determinado pela razão fisicalista. Essa abordagem é centrada na compreensão "neodocumental" ou "neodocumentalista", que têm como referencial os estudos de Bernd Frohmann, Michael Buckland e Ron Day. No âmbito epistemológico, o autor ressalta dois momentos: uma epistemologia pré-diacrônica (ou seja, anterior às tecnologias, com paradigmas superados), e uma epistemologia ultrassônica (contemporânea), que possibilitaram a emergência de uma abordagem crítica ao conceito de documento e à própria concepção epistemológica do campo de OS.

Para compreender a discussão neodocumental cabe assinalar que, atualmente, o documento é influenciado por diversos elementos – de caráter pragmatista, antropológico, pós-estruturalista e linguístico. O neodocumentalismo surge como uma crítica ao "informacionalismo" que caracteriza a epistemologia da ciência da informação, e é atravessado por questões oriundas do "determinismo digital". De acordo com Saldanha (2013), ele "refunda" nossa concepção de materialidade, ao questionar os pressupostos fisicalistas e cognitivistas. Como uma "redescoberta" do pensamento otletiano, situa-se como discurso da epistemologia da CI, ao lado das filosofias da informação: "[...] Em outras palavras, o discurso 'neodocumentalista' seria um aporte epistemológico contemporâneo, uma corrente interna de um discurso maior, tratado como 'ciência da informação'." (SALDANHA, 2013, p. 74, grifos do autor).

Com esse novo aporte, surgem teorias com enfoque na materialidade do documento e na construção de uma teoria social do documento. O papel da materialidade, por exemplo, forma pano de fundo nos estudos de Buckland¹⁵⁴, especialmente na sua compreensão de informação como "coisa", e assim com valor social, conforme realça Rabello¹⁵⁵.

Em *Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of Information* (2004) e *Reference, representation, and the materiality of documents*, de 2011, Frohmann atribui ainda mais importância ao aspecto da materialidade. O conceito de

¹⁵⁴ *Ibid.*, 1991.

¹⁵⁵ RABELLO, R. O Documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009, p. 277-303.

“documentalidade” do autor reflete o poder do documento inserido em redes – ou “*assemblages*” – para gerar significados. Assim, de forma convergente, se destaca que:

[...] O que se dá, pois, como ‘materialidade’, nada mais é do que uma grossa e rude e, ao mesmo tempo, viscosa e escorregadiça, camada de elementos simbólicos que nos leva a tomar algo como livro, como documento, como informação. Não tocamos, pois, a ‘coisa’, mas primeiro a compomos como ‘matéria simbólica’. Sua própria ‘materialidade’ é uma pretensa ‘fiscalidade’ que ‘funciona’, ‘atua’ no mundo, por ser uma potência simbólica em atualização constante e inestancável (SALDANHA, 2013, p. 84, grifos do autor).

Portanto, em Saldanha (2013), a “via simbólica” permite reconstruir o significado do documento otletiano. A partir da discursividade da Arqueologia do Saber de Foucault¹⁵⁶, ele entende o discurso como elemento que carrega um valor simbólico e performático da linguagem, e essa “formação discursiva” pressupõe “enunciados” que corporificam a noção de materialidade, tal como compreendida em Frohmann.

4.3.2.2 Materialidade e institucionalidade dos documentos

Em *As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado*, Grigoletto e Murguia (2015) abordam a materialidade do documento, entendido como um dispositivo que circula socialmente em agenciamentos e constitui-se em patrimônio institucionalizado. Os autores elucidam que esse tipo de enfoque pressupõe um tipo de validação e reconhecimento institucional que “[...] garante a compreensão de que o documento é o próprio patrimônio.” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 3).

De acordo com Rabello¹⁵⁷, na sua tese de doutorado *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*, de 2009, a interpretação de Suzanne Briet coloca em pauta a interação do sujeito que influencia e é influenciado pelos elementos documentais. De modo geral, pode-se constatar que “[...] A partir de dinâmicas e relações entre o homem e o objeto estruturam-se campos de análises e transformações científicas: a materialidade da informação por meio de caminhos técnicos e tecnológicos para garantir a existência do documento e sua estabilidade.” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 5).

¹⁵⁶ *Ibid.*, 2005.

¹⁵⁷ RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

Para Murguia¹⁵⁸, em *A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugar de reflexão para as Ciências Humanas*, de 2008; e *Documento e instituição: produção, diversidade e verdade*, de 2010; o documento é resultante de agenciamentos sobre o objeto, de modo que sua materialidade e as dinâmicas sociais que culminam na institucionalização dos mesmos são igualmente atribuições de valores em várias ambiências (bibliotecas, museus e arquivos): “[...] A partir destes, o documento passa a agenciar transformações simbólicas e valorativas nos ambientes institucionais em que atua e circula.” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 6).

Para refletir sobre o documento, Grigoletto e Murguia (2015) elucidam três aspectos relevantes que servem para validá-los: *as epistemes jurídica (ou administrativa), histórica e científica*. Essas epistemes operacionalizam dispositivos para enunciar verdades em distintos documentos (jurídico, histórico, arquivístico, bibliográfico etc.). Ao longo do tempo, destacam que o ato de documentar gerou ações e estabilidades dos documentos enquanto patrimônios institucionalizados na esfera governamental/estatal. Assim, de acordo com Murguia¹⁵⁹, o conceito de documento se expandiu, pois pode-se pensar sua materialidade em termos de institucionalização.

Com base no conceito de materialidade de Frohmann¹⁶⁰, Grigoletto e Murguia (2015) argumentam que é possível pensar como as práticas documentárias institucionais influenciam a transformação dos objetos em patrimônios. Essas práticas, com efeito, dão corpo a uma cultura que valida os documentos: “[...] o *fazer* documental permite que diversos discursos, testemunhos, enunciações possam ser tomados como verdadeiros.” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 8, grifo dos autores).

As relações que resultam entre os enunciados fazem emergir o patrimônio institucionalizado, é dizer, “[...] bens enunciados como patrimônio institucionalizado” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 13). O patrimônio circunscreve-se em materialidades e o documento constitui-se em dispositivo articulador de forças, e “[...] mesmo quando estabilizados e validados não cessam de ser transformados e (re) significados, gerando,

¹⁵⁸ MURGUIA, Eduardo Ismael. *A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugar de reflexão para as Ciências Humanas*. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Chloe. (orgs.). *Olhar: ciência, tecnologia e sociedade*. São Carlos: Centro de CECH-UFSCar, 2008. p. 225-235.

¹⁵⁹ *Ibid.*, 2010.

¹⁶⁰ *Ibid.*, 2006.

eles próprios, uma série de possibilidades de valorização e transformação simbólica.” (GRIGOLETO; MURGUIA, 2015, p. 17).

Novamente, a materialidade está articulada com os movimentos dos enunciados, e materializa informação no documento como dispositivo, que se transforma em patrimônio. Em Grigoletto e Murguia (2015), tal como em Saldanha (2013), o caráter simbólico desses movimentos se destaca, situando a materialidade num terreno de profundas transformações sociais-simbólicas.

No mesmo movimento – de pensar a materialidade sob o viés da institucionalidade dos documentos – e assim, partindo da premissa de que o documento apresenta valor probatório e referencial para representar a realidade social, Rabello e Rodrigues (2016), em *Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade*, conduzem uma discussão a respeito das diversas concepções de forma e materialidade do documento, estabelecendo um diálogo de caráter interdisciplinar entre a diplomática, a arquivologia, a história e a ciência da informação, e respaldados nas origens científicas do estudo do documento e na historiografia francesa do século XX, sob a lente da teoria foucaultiana, para expandir a noção de forma documental mediante o caráter da “Legitimação de discursos”.

Em 2014, Rabello e Rodrigues¹⁶¹ exploraram as abordagens probatórias do documento identificando, ademais da noção de “Legitimação de discursos”, outras duas variáveis: “Aprisionamento da palavra/registro” num suporte, para fins de “Representação da realidade”. Desse modo, a “Legitimação de discursos” serve de subsídio à interpretação sobre as intencionalidades materializadas nos documentos, que originam os monumentos, em dialogicidade com a teoria foucaultiana. Os autores argumentam que o valor probatório do documento “[...] é constituído, além de forma e fisicalidade, por materialidade. A perspectiva da ‘legitimação de discursos’ – referenciada por essa materialidade – contribui para a compreensão de intencionalidades presentes em demandas de representação da realidade.” (RABELLO; RODRIGUES, 2016, n. p., destaque dos autores).

O fato de haver um tipo de verdade nos documentos fomenta a crença de que se pode representar a realidade social através dos mesmos, segundo os autores. Outra

¹⁶¹ Essa publicação de 2014 será discutida com mais detalhes na dimensão complementar/transversal.

compreensão é a de documentos como monumentos, remetendo à de Foucault¹⁶² e sua obra *A arqueologia do saber*, essa ideia também é abordada no texto *Documento/Monumento* de Le Goff¹⁶³ – no qual os documentos transformam-se em monumentos na medida em que os atores com poder determinam que verdade histórica será “aprisionada” neles.

Essa monumentalidade não prescinde de materialidade – e transcende a fisicalidade do suporte, se forja na institucionalidade, e pode ser pensada em termos simbólicos – conforme aponta Bourdieu¹⁶⁴ em *Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*, de 1996 – e de enunciados que circulam socialmente – conforme aponta Frohmann¹⁶⁵ com base na teoria foucaultiana (RABELLO; RODRIGUES, 2016).

Toda a discussão caminha para refletir a materialidade da informação no âmbito da representação da realidade, com todas as implicações simbólicas que daí decorrem:

A força dos enunciados expressos ou atribuídos aos documentos dependerá da resistência e da permanência da materialidade constituída e do poder dos sujeitos capazes de reunir e de dar voz às expressões físicas ou documentais que falarão como monumentos. A trama da rede social pressuposta na institucionalidade na qual o documento se integra lhe confere vicissitude e vida ou, numa expressão husserliana de potência, lhe atribui *intencionalidade* (RABELLO; RODRIGUES, 2016, não paginado, grifo dos autores).

No ano seguinte, em *Documento, arquivo e formas de representação da realidade*, Rabello e Rodrigues (2017), ainda abordando as três dimensões do documento como valor probatório, enfocam na última abordagem (“Legitimação de discursos”), de modo a subsidiar a investigação sobre a materialidade do documento arquivístico em um prelúdio de programa científico que considere a dimensão simbólica, a materialidade dos enunciados e a relação saber-poder do contexto institucional. Com base nas leituras já percorridas, os autores delineiam um programa de investigação para estudar a materialidade do documento com as seguintes abordagens:

- a) O Estado burocrático moderno, através de sua estrutura, exerce um “capital

¹⁶² *Ibid.*, 2005.

¹⁶³ LE GOFF, J. Documento/monumento. In:_____. **História e memória**. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

¹⁶⁴ BOURDIEU, P. Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In:_____. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 4. ed. Campinas: Papius, 1996. p. 91-135.

¹⁶⁵ *Ibid.*, 2006.

simbólico” que se traduz em “capital de informação”, validando institucionalmente os documentos – abordagem com bojo em Bourdieu¹⁶⁶;

- b) A materialidade é o documento e possui, ademais de informação, carácter social e público – abordagem que converge com Frohmann¹⁶⁷;
- c) A fase documental traz três eixos para refletir a materialidade: 1. Fase do “testemunho”; 2. Fase do “arquivo” e 3. Fase da “prova documental” – abordagem com bojo em Paul Ricoeur¹⁶⁸;
- d) A instituição que media a relação entre realidade e representação é o arquivo, que influencia os estudos sobre memória e poder – abordagem com referência em Shwartz e Cook¹⁶⁹;

Com base nesses caminhos, os autores assinalam que as abordagens postas em destaque direcionam os estudos sobre a forma e a materialidade e “[...] apresentam as instituições como espaços de conflitos, de disputas e de ‘legitimação de discursos’ para a ‘representação da realidade’.” (RABELLO; RODRIGUES, 2017).

Em *Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política*, Rabello (2018) chama a atenção para a visão holística do documento, que além de considerar aspectos de fisicalidade, deve considerar a materialidade e as institucionalidades aí envolvidas. Abranger as interpretações acerca do documento revela o carácter epistemológico presente na CI, sobretudo no que tange a dimensão política presente nos fluxos de informação. É objetivo do autor, então, compreender o documento enquanto possuidor de valor informativo e validador de institucionalidades e políticas. Para tanto, subsidia-se nas obras de Michel Foucault e Maria Nélide González de Gómez como principal referencial teórico.

González de Gómez¹⁷⁰, em *Cuestiones epistemológicas de la Ciencia de la Información y de la Bibliotecología*, de 2000, entende que a epistemologia possibilita a

¹⁶⁶ *Ibid.*, 1996.

¹⁶⁷ *Ibid.*, 2006.

¹⁶⁸ RICOEUR, P. Fase documental: a memória arquivada. In: _____. **A memória, a história, o Esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

¹⁶⁹ *Ibid.*, 2004.

¹⁷⁰ GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia de la Información y de la Bibliotecología. In: RENDÓN ROJAS, M. Á. **Problemas sobre teoría y epistemología de la ciencia bibliotecológica y de la información**: discusión y análisis. Ciudad de Mexico: UNAM, 2000. p. 1-15.

compreensão da ciência em constante evolução, e utiliza o termo “*poliepistemológicas*” para referir-se à premissa de que existem outras dimensões a se considerar quando tratamos de informação. Concorde com essa concepção, Rabello (2018) pretende justamente chamar a atenção da ciência da informação para essas outras dimensões de “dupla-hermenêutica” – de cunho epistemológico e político.

Essa dupla-hermenêutica é também considerada por Foucault¹⁷¹ e aprofundada por Le Goff¹⁷², para os quais, como é sabido, a dimensão política e social é corporificada no conceito de “monumento”. Em relação à materialidade, Rabello (2008) propõe uma visão holística destacando os seguintes aspectos: *institucionalidade, cultura material, regimes de informação, ações de informação, práticas informacionais, validação da informação, estudo da forma documental, historiografia, burocracia, desenvolvimento de coleções, organização do conhecimento*¹⁷³ e *materialidade* – onde converge com Frohmann.

Essa visão holística proposta permite observar que o documento é algo atribuído de valor, institucionalizado por alguém que possui alguma autoridade. É, portanto, expressão de um poder simbólico, capaz de legitimar discursos sobre a realidade, fato que estende sua influência em outras institucionalidades. Todo documento, por sua vez, não prescinde de um objeto. A informação contida nesses objetos é tida como evidência, e o documento como

[...] a materialização dos enunciados sociais quando apropriados e validados em contextos institucionais. [...] A materialidade se sintetiza no conceito de documento como algum objeto físico com valor simbólico validado para determinada finalidade. O resultado do empreendimento permite delinear aquilo que se denomina de função documental (RABELLO, 2018, p. 149).

Ademais, através de uma abordagem holística, pode-se refletir sobre a *Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais* – como, em seguida, o faz Rabello (2019b). O autor se propõe a “(a) fundamentar caminhos para a investigação da informação materializada e institucionalizada como documento. [...] (b) apresentar uma síntese dos caminhos delineados para especificamente, (c) edificar um quadro de articulações conceituais [...]” sobre o tema. Esse trabalho reitera – numa proposta

¹⁷¹ *Ibid.*, 2005.

¹⁷² *Ibid.*, 1994.

¹⁷³ O autor encontra bojo teórico para compreender essas dimensões em autores como Maria Nélide González de Gómez, Marc Bloch, Peter Burke, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Pierre Bourdieu, Max Weber, entre outros (RABELLO, 2018).

de programa de investigação científica – que o objeto informacional, imbuído de valor institucional e material, é constituidor do documento. Desse modo, vale-se de elementos teóricos e metodológicos propostos por Imre Lakatos,¹⁷⁴ e da contribuição de autores já trabalhados, como Max Weber, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu e Michel Foucault para considerar aspectos de ordem política, sociocultural, simbólico-burocrática e epistemológica.

Essa trajetória de pesquisa encontra em Murguia (2009) um referencial, sobretudo em virtude das contribuições ao se refletir sobre o objeto para além de seu sentido prático para a área, ao se reconhecer aspectos tocantes a sua significação e, por conseguinte, a sua dimensão simbólica. O objeto é pensado, em termos de Pomian (1982), como um “semióforo”. Os objetos podem ser “coisa” e “semióforo” ao mesmo tempo. Sobre esse aspecto, Rabello (2019b) exemplifica com o caso do livro que é lido na biblioteca: nessa situação, o livro possui valor informacional, prático, mas carrega significação, e, portanto, também é semióforo.

A significação do objeto pode ser pensada a partir da sua materialidade. Para Rabello (2019b), a materialidade da informação, convergindo com Frohmann (2008), é distinta da fisicalidade do objeto, e está relacionada com aspectos como *procedência* e *percurso* da informação, ademais de outros aspectos valorativos, oriundos de práticas sociais e discursivas. Essa materialidade, segundo Frohmann (2008), torna-se mais estável quando institucionalizada e inserida em sistemas sociais.

A institucionalidade da informação, nesse sentido, opera de modo formal ou menos formal, com normas e regras positivadas e/ou na esfera de redes de significação, onde se situa o colecionismo ou as redes sociais (manifestas analógica ou digitalmente, off-line ou online, neste caso, por exemplo, na *web*), mas com um ponto em comum: as

¹⁷⁴ A concepção do programa proposto foi baseada na obra do epistemólogo húngaro Imre Lakatos, sistematizada no livro *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*, de 1999. Nela, o autor abordou sobre a atuação científica mediante o uso dos dispositivos “núcleo duro”, “cinturão protetor” e “cinturão externo (heurístico)”. O primeiro diz respeito às leis, conceitos e pressupostos/fundamentos. O segundo refere-se ao relacionamento entre teorias, através de hipóteses, terminologias e teorias. Por fim, o terceiro, é o responsável pela fundamentação metodológica, pois envolve os dois anteriores e por conseguinte, todos os elementos que os compõem. Sob essa concepção, Rabello (2019b) entende como “núcleo” a “informação materializada e institucionalizada como documento”, aferida a possibilidade de incluir o documento no programa de investigação da ciência da informação, conforme projetado por Rendón Rojas na obra *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*, de 2005. Essa ideia de materialidade converge também com os estudos de González de Gómez, que considerou as dimensões políticas e epistemológicas imbricadas no documento (RABELLO, 2019b).

intencionalidades *do* e atribuídas *ao* objeto, bem como os *modos de representação*. Além disso, o mencionado estudo enfocou seu interesse em questões informacionais, materiais, institucionais e de ações/práticas de sujeitos. Assim, Rabello (2019b) observa que os caminhos por ele apontados, apesar de distintos, possuem um ponto em comum: o documento.

4.3.2.3 Dispositivos: documentos com materialidade

Agora enfatiza-se a noção de dispositivos, com o texto *Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault*, no qual Ferrando e Freitas (2017) relacionam as noções de agência documental e práticas documentárias – bem como seus elementos: *institucionalidade, historicidade, disciplina social e materialidade* – pensadas por Bernd Frohmann; com o conceito de *dispositivo* e as relações e jogos de poder de Michel Foucault.

Com relação ao pensamento foucaultiano, as autoras salientam que a questão central de sua obra é o *sujeito*, mas, como o próprio Foucault¹⁷⁵ saluta, entender o sujeito envolve estudar o poder que alguns exercem sobre os outros, num jogo de relações com ação sobre ações. Nesse sentido, Foucault¹⁷⁶ afirma que o poder se encontra numa estrutura de relações mais ou menos organizada de práticas sociais, com lugar no tempo e no espaço. As práticas e relações entre os poderes constituem o denominado por Foucault de *microfísica do poder*. Para analisar essas relações, o autor cunhou o conceito de “dispositivo”, conforme afirmam Valéria Wilke e José Jardim¹⁷⁷ em *Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade*, de 2006.

Ao conceituar dispositivo, Foucault¹⁷⁸ o entende formado por elementos de uma rede que mantêm relações entre si e são de naturezas diversas, extrapolando a *épistémè*, ou seja, extrapolando os discursos – produzindo efeitos sociais que tornam o dispositivo um

¹⁷⁵ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

¹⁷⁷ WILKE, Valéria; JARDIM, José Maria. Dispositivo de informação contemporâneo: considerações preliminares para uma arqueogenealogia do horizonte informacional em nossa contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

¹⁷⁸ *Ibid.*, 2014.

recurso de natureza estratégica.

Ao convergir com Frohmann, Ferrando e Freitas (2017) recordam sua crítica à abordagem mentalista, onde é possível pensar o documento como suporte de uma *potência informativa*, que depende do processo mental do leitor para determinar a *informatividade* desse documento, conforme discorrido por Frohmann¹⁷⁹. Afastando-se das *teorias de informação para descrições de práticas documentárias*, tornam-se nítidas as relações entre os documentos e a sociedade, como efeito de informação gerada por uma *agência do documento* – é dizer, o documento é visto sob uma ótica relacional, associado às práticas documentárias que determinam *disciplina social, institucionalidade, historicidade e materialidade*.

Como é sabido, Frohmann entende a materialidade da informação a partir da materialidade dos enunciados de Foucault. Assim, os documentos são “conjuntos de enunciados” que se inscrevem em redes de relações, institucionalizadas em práticas documentárias. Desse modo,

[...] podemos compreender as noções de práticas documentárias e de agência documental inserindo-as no dispositivo e analisando a posição destas na rede de elementos heterogêneos e nos jogos de poder, considerando as variações dos efeitos de informação dos documentos de acordo com a posição em que estes se encontram na rede (FERRANDO; FREITAS, 2017, n. p.).

Em outras palavras, pode-se depreender deste texto de Ferrando e Freitas (2017) que o documento tem vida institucional e sua materialidade produz efeitos informativos também inscritos num dispositivo – rede de saberes/poderes – e mobilizando práticas sociais.

Sob a ótica da mediação editorial, Andretta e Perrotti (2018), em *A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões*, analisam as articulações imbrincadas na mediação editorial, chamando a atenção para aspectos como os regimes de informação, dispositivos e enunciados culturais que condicionam práticas e tipos de leitores e leituras.

Os produtos do mercado editorial são objetos culturais, uma vez que possuem

¹⁷⁹ FROHMANN, B. Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) Filosofia da Informação. **Morpheus**: Revista eletrônica em ciências humanas, [S.l.], n. 14, 2012.

elementos “transtextuais”, como “paratextos”. Nesse contexto, Regina Marteleto¹⁸⁰, em *O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos*, de 2007, compreende a informação como um tipo de artefato material-simbólico com o qual adquirimos conhecimento e cultura, corroborando a ideia de produção de sentidos. Esse artefato, de acordo com Chartier¹⁸¹, revela o caráter da materialidade. Com base em *Estética da criação verbal*, de 1997, de autoria de Mikhail Bakhtin¹⁸², os autores afirmam que o texto remete a outros textos e a “práticas discursivas”; para citar um conceito foucaultiano, poder-se-ia assumir que a mediação editorial atua como “dispositivo”. Agamben¹⁸³ retoma essa ideia de “dispositivo” foucaultiana em três aspectos: como “conjunto heterogêneo”, que se inscreve em uma “relação de poder” e faz parte de uma “rede” (ANDRETTA; PERROTTI, 2018).

Também contribui para essa análise o conceito de “regime de informação”, sistema no qual transitam os fluxos informacionais em seu contexto político sociocultural, conforme destaca Frohmann (1995), e cujo pensamento alinha-se com a Teoria Ator-Rede (de Bruno Latour e Michel Callon), e a obra foucaultiana. A análise do discurso de Foucault subsidia teoricamente a análise, pois os estudos na temática ocupam-se tanto da circulação dos textos quanto da produção de sentido, conforme realça Sírio Possenti¹⁸⁴ em *Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso?*, de 2001. A arqueologia foucaultiana busca definir os próprios discursos, na qualidade de “monumentos”. E a unidade menor do discurso é o enunciado, uma sequência ou conjunto de signos que se relaciona a outros elementos linguísticos no chamado “campo enunciativo”, e que surge em sua materialidade. Um enunciado pode aparecer em diversas materialidades, desde que conserve seu conteúdo enunciativo (ANDRETTA; PERROTTI, 2018).

Os autores observam que os dispositivos, em suas diversas materialidades, atuam na produção de sentidos em distintas discursividades, revelando o processo histórico-social no qual se inserem, constituindo uma “regularidade enunciativa”, termo salientado por Michel

¹⁸⁰ MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 13-26.

¹⁸¹ CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

¹⁸² BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹⁸³ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005.

¹⁸⁴ POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar: Espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras-ALB, 2001.

Pecheux¹⁸⁵ na obra de 2008 *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Nesse prisma, cruzam-se em um regime transmidiático de hibridização cultural, ao transitarem entre várias culturas. Portanto:

[...] Conforme refletimos, a mediação editorial é uma forma de mediação cultural e, por conseguinte, constitui e gera um dispositivo. Esse dispositivo, tal como o entendemos, configura-se tanto em função dos próprios processos de escolhas que caracterizam as atividades da mediação editorial, quanto da materialidade resultante da intervenção mediadora, estando ambos, todavia, subordinados aos regimes de informação que articulam as relações de saber-poder (ANDRETTA; PERROTTI, 2018, p. 1420).

Sob o ponto de vista da mediação editorial, Andretta e Perrotti (2018) demonstram como a mediação, ao carregar diversas materialidades, se cruza em regimes transmidiáticos que são também regimes de informação, e como processo cultural, atua como dispositivo carregando enunciados que se circunscrevem em redes de saber/poder.

4.3.2.4 Relações entre documento, informação e memória

Para finalizar, discorre-se sobre *A performance na sociedade de História: relações com o documento, com a informação e com a memória*, onde Fonseca *et al.* (2019) discutem os conceitos de documento, informação e memória atrelados à *performance*.

Os autores destacam a diferenciação entre materialidade e fisicalidade empreendida por Frohmann¹⁸⁶, e a possibilidade de haver materialidade nos enunciados sem existência física. Sob o viés do documento, a performance artística é entendida como processo, pois a partir dos documentos e arquivos a ela relacionados, as *evidências*, ou seja, as *informações-come-coisa*¹⁸⁷, há potencial para que essa expressão se insira como memória viva numa dada sociedade de história.

4.3.2.5 A dimensão relacional da materialidade em convergência com Bernd Frohmann

Caminhando por mais de uma década (de 2006 a 2019) de produções científicas a respeito da materialidade, observa-se a dimensão relacional do conceito de

¹⁸⁵ PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008.

¹⁸⁶ *Ibid.*, 2006.

¹⁸⁷ Referencia Buckland (1991).

materialidade em convergência com os pressupostos de Frohmann e em dialogicidade com a perspectiva foucaultiana – textos que consideram a discursividade dos *enunciados* que circulam no mundo social, que estão para além do aspecto físico, e consideram a materialidade como expressão de *força, estabilidade, resistência, energia*, entre outros aspectos.

Destaca-se o viés da *institucionalidade*, que permite a *materialização de informação em documentos*. Ademais, reforça-se o caráter simbólico presente nas (re)inscrições de enunciados nas redes sociotécnicas, que transitam em relações de *saber/poder* e em *regimes de informação* específicos os quais configuram, ainda, *práticas documentárias*, e atuam no mundo como informação e conhecimento.

Notadamente, uma *visão holística da informação*, possibilitada pela abrangência epistemológica experimentada pelas últimas décadas na área de ciência da informação, com uma “nova” ou “neo” documentação, demonstra a importância de se pensar uma *epistemologia social*, situada no campo da *prática* – onde a materialidade encontra solo profícuo de amadurecimento.

Para síntese, pode-se consultar a Figura 3, Apêndice 2, que representa os principais descritores de assunto das perspectivas de materialidade por convergência encontradas na literatura: *redes sociotécnicas, representação, além do suporte, enunciados ou discursos, institucionalidade, prova documental, dispositivos e aspectos valorativos*. Já o Quadro 5, Apêndice 1, pode ser consultado para uma síntese do aspecto relacional da materialidade em convergência com Frohmann.

4.3.3 Concepções de materialidade por diferenciação ou divergência relativa (ênfase na fisicalidade)

A materialidade por divergência à obra de Bernd Frohmann, segundo o discorrido, enfatiza a importância das propriedades físicas dos suportes, e considera, em menor medida, os aspectos simbólicos, apesar de tais propriedades fazerem parte da concepção frohmanniana de materialidade. Portanto, trata-se de diferenciação ou de uma divergência relativa, no sentido de não abranger as múltiplas variáveis ou dimensões consideradas na obra de Frohmann ao considerar materialidade. No mapeamento, com efeito, a materialidade apareceu associada ao espaço físico de instituições como

bibliotecas (SALDANHA; PEREIRA, 2016), e também na disposição física dos arranjos de coleções, organização que muito diz sobre seus possuidores (MURGUIA; REGISTRO, 2006). O suporte foi considerado importante por permitir a veiculação da mensagem (SIQUEIRA, 2015).

A materialidade também foi compreendida na própria concretude do objeto livro (SALARELLI, 2017), e como determinadora de leitores e leituras (ALMEIDA, 2009). Por um lado, constitui-se em critério de *raridade* do objeto (ARAUJO; REIS, 2017); por outro, e associada à fisicalidade (TEIXEIRA *et al.*, 2018), a materialidade se manifestou como informação *corporificada no suporte* (FIDELES; SILVA, 2014).

Os temas, os autores e as publicações que são objeto de análise dessa subseção são, respectivamente:

- a) Biblioteca: espaço de informação corporificada – com Marli Batista Fidelis e Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva (com a publicação *Biblioteca: espaço privilegiado da materialidade da informação*, de 2014); e Gustavo Silva Saldanha e Raquel de Melo Vellozo Pereira (com a publicação *Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas*, de 2016);
- b) Configurações de sentido a partir das materializações do impresso e do arranjo – com Eduardo Ismael Murguia e Tânia Cristina Registro (com a publicação *O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*, de 2006); e Marco Antônio de Almeida (com a publicação *A cada leitor seu texto: dos livros às redes*, de 2009);
- c) As características físicas: determinando raridade bibliográfica – com Diná Marques Pereira Araújo e Alcenir Soares dos Reis (com a publicação *Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro*, de 2017); e Heytor Diniz Teixeira, Naillê De Moraes Garcia e Marcia Carvalho Rodrigues (com a publicação *Crítérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações*, de 2018); e
- d) Questões disciplinares: bibliografia, informação e documentação – com Alberto Salarelli (com a publicação *Para além da falha digital: as duas perspectivas da*

bibliografia, de 2017); e Jéssica Camara Siqueira (com a publicação *Informação e Documento-relações simbióticas*, de 2015).

4.3.3.1 Biblioteca: espaço de informação corporificada

O primeiro texto no qual a fisicalidade ganha ênfase é *Biblioteca: espaço privilegiado da materialidade da informação*, onde Fidelis e Silva (2014) argumentam que a biblioteca é um espaço que comporta informação materializada, e o livro, o documento que corporifica e promove a circulação dessa informação. Desse modo, a biblioteca configura-se, segundo as autoras, como nó de uma rede onde circulam signos investidos de significados, que possui a responsabilidade de “[...] fazer o elo entre essa materialidade e o leitor dos registros informacionais” (FIDELIS; SILVA, 2014, p. 324). Sua concepção, assim, aponta para uma compreensão da materialidade da informação como a informação registrada nos suportes, ou seja, aproxima-se mais do que compreende-se por fisicalidade, diferenciando-se ou divergindo relativamente de Frohmann.

Em *Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas*, ocorre um pensamento semelhante ao de Fidelis e Silva (2014). Saldanha e Pereira (2016), objetivando analisar a temática do lazer no pensamento biblioteconômico-informacional, assinalam

[...] a existência de gestos políticos que podem contribuir para o lazer, oriundos de abordagens como a ação cultural e a animação cultural, em diálogo com a institucionalidade da biblioteca estabelecida a partir de sua materialidade (seu espaço físico) (SALDANHA; PEREIRA, 2016, p. 7, destaques nossos).

Frisa-se que tanto a animação cultural quanto a ação cultural podem, através de atividades, eventos, criação e produção informacionais, diálogo etc., incentivar o uso dos serviços e produtos da biblioteca, contextualizando e promovendo o espaço físico da instituição como um espaço de lazer. De modo geral, a discussão conduz ao entendimento da biblioteca como espaço corporificado de lazer através de sua fisicalidade, de modo parcialmente divergente de Frohmann.

4.3.3.2 Configurações de sentido a partir das materializações do impresso e do arranjo

Em *O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*, de Murguia e Registro (2006), elabora-se uma reflexão sobre o arranjo arquivístico de fotografias a partir do acervo de José Pedro Miranda, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Segundo os autores, o arranjo é o recurso pelo qual ordenamos objetos no espaço, e esses objetos, por sua vez, estão inseridos na cultura material. Isso implica considerar a materialidade e a espacialidade do acervo, elementos que apesar de negligenciados, segundo os autores, fazem parte da natureza dos documentos. O arranjo, desse modo, pode ser compreendido como a disposição física de objetos num espaço determinado que orienta a construção de significação e sentidos. Ademais, em instituições como museus, arquivos e bibliotecas, esses conjuntos são materializados no arranjo ou classificação, constituindo enunciados de linguagem (MURGUIA; REGISTRO, 2006, p. 77).

Como narrativa, os autores argumentam que o arranjo é um ato comunicativo e “[...] como tal, deve ser ‘lido’ e ‘ouvido’ como se faz com uma mensagem narrativa ou discursiva.” (MURGUIA; REGISTRO, 2006, p. 79, grifos dos autores). Os arranjos estabelecem sintaxes com os textos numa estante, por exemplo, por proximidade ou ausência. O conjunto agrega sentido aos objetos dentro do arranjo, a partir da disposição dos mesmos, e gera significado. Apesar da ênfase no aspecto físico dos arranjos, observam-se elementos constitutivos de redes e seus efeitos.

De modo particular, em *A cada leitor seu texto: dos livros às redes*, Almeida (2009) trata da questão do impresso, trazendo um panorama da história do livro até às redes, enfocando a relação entre livros, leitores e leituras, e especialmente, em como as materializações do objeto livro configuram formas de leitura e tipos de leitores.

O Renascimento, segundo Almeida (2009), modificou a relação entre a cultura escrita e a cultura oral, de modo que o suporte escrito se tornou meio principal da mensagem circulada socialmente. Assim, pode-se compreender o livro como parte de um sistema técnico híbrido, donde mesclam-se distintas culturas – da escrita à eletrônica –

manifestadas em variados suportes. Já no contexto das TICs, experimentamos diversos desafios e possibilidades aos textos, com a emergência de sujeitos “consumidores-usuários-leitores”, que emitem juízos de valores para essas informações que circulam na *web*, e utilizam toda a gama de referenciais histórico-culturais para assimilar e criar novos conhecimentos. Portanto, as redes ampliaram os canais de expressão onde se expressa a materialidade e reconfiguraram os circuitos mediadores. Assim, observa-se, em Almeida (2009), a ênfase em aspectos físicos das infraestruturas, algo que influencia nas transformações da forma do livro ao longo do tempo, permitindo, a partir dessa fisicalidade, a possibilidade de gerar novos sujeitos e práticas leitoras, sociais e culturais.

4.3.3.3 As características físicas: determinando raridade bibliográfica

Araújo e Reis (2017), em *Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro*, afirmam que a bibliofilia tem como objeto de desejo “[...] uma gama de manifestações materiais e conceituais dos suportes de registros do conhecimento - inscritos, escritos e impressos - produzidos pela humanidade ao longo dos tempos.” (ARAÚJO; REIS, 2017, p. 169). É, assim, uma das diversas manifestações do “ato de colecionar”, segundo as autoras, que caracterizam o fenômeno do “coleccionismo bibliográfico”.

Ao longo do texto, as autoras salientam que “[...] Seja qual for o público ao que se destinava - a alta bibliofilia, os curiosos, os eruditos - essas bibliografias comprovam que a teoria da raridade é fruto da multiplicidade de representações e interações de segmentos que envolviam o circuito do livro na Europa setecentista” (ARAÚJO; REIS, 2017, p. 181).

A seu modo, Teixeira *et al.* (2018), em *Crítérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações*, ao abordarem o tema, discorrem sobre a importância de se adotar critérios de raridade bibliográfica em instituições de obras raras, assumindo que os livros são artefatos que carregam simbologias e distintas intencionalidades, e configuram-se autênticos objetos culturais, motivo pelo qual devem ser preservados – e no caso de obras raras, essa preservação é a própria salvaguarda da memória social. Chama-se atenção para “[...] As características [que] atribuem valor ao livro como objeto porque este é visto como investimento, relíquia e/ou símbolo de

status.” (TEIXEIRA *et al.*, 2018, p. 139, destaque dos autores). O valor atribuído à fisicalidade do suporte, no caso, determina a raridade do objeto.

4.3.3.4 Questões disciplinares: bibliografia, informação e documentação

Em *Para além da falha digital: as duas perspectivas da bibliografia*, Salarelli (2017) discute as perspectivas da disciplina da bibliografia na era das tecnologias digitais, e as consequências para a materialidade do livro. As mudanças tecnológicas propiciaram, segundo o autor, que a bibliografia despontasse como “[...] uma disciplina embasada em um conjunto de atividades, técnicas e conceitos utilizados para colocar em ordem se não o mundo inteiro, pelo menos uma parte importante dele.” (SALARELLI, 2017, p. 10). O livro, matéria da qual se ocupa a ciência bibliológica, possui inúmeras definições na literatura, e como “documento forte”, é entendido como algo certificado e fechado.

Atualmente, Salarelli (2017, p. 14) afirma que o momento de ruptura trouxe desafios à bibliografia. O autor entende a bibliografia tradicional (textual) como atrelada às formas documentais “fortes”, suas condições materiais e seus contextos socioculturais – é dizer, atrelada à fisicalidade, o que diverge parcialmente de Frohmann.

Para finalizar, em *Informação e Documento-relações simbióticas*, Siqueira (2015) analisa os termos “informação” e “documentação” sob o prisma dos autores anglófonos, francófonos e hispanófonos, com o objetivo de demonstrar que esses termos coexistem numa relação simbiótica. Ao longo do texto, a autora pontua que a informação necessita da materialidade do suporte documental – a fisicalidade – para cumprir seu papel comunicacional: ou seja, ser difundida e acessada; por isso, documento e informação coexistem em uma relação simbiótica.

4.3.3.5 Dimensão relacional da materialidade em divergência à Bernd Frohmann

A materialidade em diferenciação ou divergência relativa a Bernd Frohmann não se manifesta na desconsideração dos aspectos simbólicos que permeiam o documento, mas numa *sobreposição da fisicalidade* do suporte sobre esses aspectos. Seja na *disposição física do arranjo* dos objetos numa dada coleção, seja na *forma* do objeto que

determinará leituras e leitores: é o suporte o ponto de partida para interpretações sobre a materialidade, que identifica-se como fisicalidade nesse estudo.

O suporte foi tido como a entidade que *corporifica a informação* registrada, na medida em que *permite a veiculação da mensagem*. No espaço físico de instituições como bibliotecas, a *ambiência material promove práticas* como o lazer. No livro raro, as características físicas constituem *critério de raridade*.

Para síntese, pode-se consultar a Figura 4, Apêndice 2, que representa os principais descritores de assunto das perspectivas de materialidade por diferenciação ou divergência relativa encontradas na literatura: *informatividade, práticas leitoras, intencionalidade, colecionismo, representação, arranjo físico, raridade, aspectos valorativos, fisicalidade e equipamento cultural*. Já o Quadro 6, Apêndice 1, pode ser consultado para uma síntese do aspecto relacional da materialidade em diferenciação ou divergência relativa a Frohmann.

4.3.4 Concepções de materialidade por complementaridade/transversalidade

A materialidade em complementaridade/transversalidade com Bernd Frohmann, conforme apontado, oscila entre a importância do suporte e as camadas de significação por ele possibilitadas. Nos textos mapeados, a materialidade por complementaridade/transversalidade foi abordada do ponto de vista do texto, atribuído de significado pelas ideias (CAVALCANTE, 2009), ou despertando questões dispositivas e pessoais, como “semióforo” (MURGUIA, 2009). Uma materialidade cuja existência material desvela “superfícies enunciativas” (GASPAR; REIS, 2010). Ou como suporte da palavra (SILVEIRA; REIS, 2011).

Também se relaciona à vida social do objeto, como “prova documental” para a representação, no contexto da institucionalização (RABELLO; RODRIGUES, 2014; 2018). Na relação livro-leitor, produz sentidos, insere-se em redes dialógicas (GOULART, 2016a; 2016b) e promove narrativas, sendo simultaneamente física e não física (GOULART; LOBO, 2016). Além de configurar uma relação texto-leitor, pressupõe uma

relação leitor-sociedade (NOGUEIRA, 2016), e seu aspecto físico desencadeia ações culturais e também educativas (CORSINO *et al.*, 2017).

Preservar o suporte é preservar a memória e a afetividade, e é aí que se dá a materialidade (MENDES *et al.*, 2017). Ademais de trazer implicações para a forma dos documentos, a materialidade traz implicações para nossa vida pessoal, profissional e social (RIBEIRO, 2017). Assim, cabe considerar que a materialidade amplia a noção de documento e da própria documentação (SÁ, 2018).

O livro gera sentidos, pois está inserido numa rede de artefatos, em rotinas e acordos culturais que ocorrem no ambiente analógico e/ou digital (GRUSZYNSKI; CASTEDO, 2018). Tanto sua materialidade quanto sua (i)materialidade corporificam o registro e a inscrição, materializando informação no meio social (MEDEIROS; PINHO, 2018). Mesmo os elementos físicos, como as sobrecapas, os revestem de significados ocultos (RAMOS; MATTOS, 2018).

A materialidade da informação atravessa a história em distintas camadas de esferas e tensões (AMORIM *et al.*, 2019). Ao dialogar com os sujeitos, a materialidade ultrapassa os seus próprios limites físicos (CATALDO; LOUREIRO, 2019). Ao ser física e metafísica, torna o objeto um patrimônio (MAIA, 2019) e viabiliza a representação do mesmo (CRIPPA, 2020). Ao desvelar elementos simbólicos, caracteriza fenômenos tais como o colecionismo (SEREJO; JUVÊNCIO, 2020).

Sem dúvida, essas concepções alinham-se à teoria de Bernd Frohmann em muitos aspectos, mas também trazem o foco para elementos físicos, oscilando entre a materialidade e a (i)materialidade. Nesse prisma, a análise será direcionada para os aspectos da *transversalidade*. Conforme estabelecido, a transversalidade nesses textos é caracterizada pela dialogicidade com Frohmann, ainda que sem necessariamente citá-lo, e também citando outros autores considerados pertinentes.

Efetivamente, os autores e suas publicações com conceitos complementares à materialidade em Frohmann, que serão discutidos a seguir, são:

- a) O espaço físico promovendo o simbólico – com Fabrício José Nascimento da Silveira e Alcenir Soares dos Reis (com a publicação *Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica*, de 2011); Ilsa do Carmo Vieira Goulart (com a publicação *A configuração do espaço dos livros no interior da sala*

- de aula, de 2016a); e Patrícia Corsino, Rafaela Vilela e Sônia Travassos (com a publicação *Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro*, de 2017);
- b) O impresso configurando práticas, relações e representações – com Lidia Eugenia Cavalcante (com a publicação *Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso*, de 2009); Ilsa do Carmo Vieira Goulart (com as publicações *Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura*, de 2014; e *A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações*, de 2016b); Ilsa do Carmo Vieira Goulart em coautoria com Dalva de Souza Lobo (com a publicação *Nas (in) definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos*, de 2016); Lucas Mendes, Marcela Custódio e Gisela Eggert-Steindel (com a publicação *Livro didático: o despertar da memória afetiva*, de 2017); Ana Margarida Ramos e Margareth Mattos (com a publicação *Revestir el libro de significados: un análisis de las sobrecubiertas en la literatura infantil y juvenil*, de 2018); Igor Soares Amorim, Elaine Rosangela de Oliveira Lucas, Daniella Camara Pizarro e Antônio Carlos Picalho (com a publicação *A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento*, de 2019); e Fabiano Cataldo e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (com a publicação *Afinal, os Objetos Falam? Reflexões sobre Objetos, Coleções e Memória*, de 2019);
- c) O livro no mundo digital – com Wesley Augusto Nogueira (com a publicação *Reflexões sobre o livro digital: circulação, preservação e fixação*, de 2016); Ana Elisa Ribeiro (com a publicação *O bibliógrafo digital: questões sobre a materialidade do livro no século XXI*, de 2017); e Ana Cláudia Gruszynski e Raquel da Silva Castedo (com a publicação *A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação*, de 2018);
- d) O objeto e o colecionador: o fenômeno do colecionismo bibliográfico – com Eduardo Ismael Murguia (com a publicação *O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação*, de 2009); e Vitor Serejo e Carlos Henrique Juvêncio (com a publicação *Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República*, de 2020);

- e) Institucionalização da memória: o patrimônio – com Willian Eduardo Righini de Souza e Giulia Crippa (com a publicação *O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial*, de 2011); e Manuela Eugênio Maia (com a publicação *A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro*, de 2019);
- f) Informação como prova ou monumento – com Rodrigo Rabello e Georgete Medleg Rodrigues (com as publicações *Prova documental: inscrições e materialidade*, de 2014; e *Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação*, de 2018);
- g) Questões disciplinares: representação temática e o mundo das imagens – com Nádea Regina Gaspar e Lívia de Lima Reis (com a publicação *Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação*, de 2010); Wagner Oliveira de Medeiros e Fabio Assis Pinho (com a publicação *Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas*, de 2018); Giulia Crippa (com a publicação *“O maravilhoso número das imagens”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento*, de 2020); e Alzira Tude de Sá (com a publicação *A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado*, de 2018).

4.3.4.1 O espaço físico promovendo o simbólico

Silveira e Reis (2011), em *Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica*, empreendem uma análise sócio histórica para corroborar a ideia das bibliotecas públicas como autênticos espaços de práticas culturais. Em primeiro lugar, destacam o elemento da “palavra”, tido como formador da capacidade humana de nomear coisas, preservar o tempo e conter o mundo. Não à toa, sentimos a necessidade de “encapsular” essas palavras em estruturas físicas, do barro ao papel. Os autores indagam os motivos pelos quais essas “palavras deitadas” em papel fascinam tanto nossas vidas, questão sob a qual pretendem lançar luz nessa discussão.

Para promover a salvaguarda das estruturas físicas que contém as palavras surgiram instituições como bibliotecas, que se constituíram como espaços de guarda da história individual e coletiva, operando em níveis práticos e simbólicos, relacionadas à memória, cultura, educação e leitura. Assim, possuem potencialidades que as caracterizam como “lugar de práticas culturais”. Alinhados ao pensamento de Michel de Certeau, os autores ressaltam que “[...] toda prática cultural requer uma materialidade que a represente enquanto tal, tendo-se em vista articular, através de obras e manifestações, o universo de significação do qual se origina” (SILVEIRA; REIS, 2011, p. 41).

Essa materialidade representada é senão o livro, pois ele pode ser simultaneamente instrumento de memória e produto da imaginação, e torna-se acessível como experiência no espaço das bibliotecas. Por isso tratam-nas como “lugares de cultura”, pois representam os discursos culturais dos indivíduos e suas sociedades, materializados nos livros. Ademais, são “lugares de educação e de leitura”, posto que a prática educativa se manifesta nas práticas de leitura, e o “[...] leitor é livre para configurar seu próprio sentido interpretativo para a materialidade textual com a qual trava contato. Materialidade que, por sua vez, não se restringe a uma folha de papel grafada com símbolos alfabéticos.” (SILVEIRA; REIS, 2011, p. 49-50).

De maneira particular, em *A configuração do espaço dos livros no interior da sala de aula*, Goulart (2016a) argumenta que o modo como os livros estão dispostos no espaço físico regulamenta ações e atuações dos sujeitos, e no caso da sala de aula, configura práticas de uma dada cultura escolar, que se desdobra nas demais culturas: social, familiar, entre outras. Dessa forma, é pela materialidade que “[...] o livro permite ao leitor um universo de interação e de produção de sentidos” (GOULART, 2016a, p. 349).

A disposição das obras orienta diversos modos de leituras. A possibilidade do manuseio do livro, segundo a autora, “[...] compreende um modo de identificação deste produto da cultura escrita”, e educa “[...] corpos e modos de agir, conformam interesses, aspirações e necessidades” (GOULART, 2016a, p. 350). A autora conclui que o espaço do livro transcende a estruturação física, pois materializa ações e relações, ritos e representações.

Também no âmbito escolar, em *Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro*, Corsino et al. (2017) conduziram um estudo para refletir sobre as políticas de livro e leitura das secretarias municipais de educação do Rio de Janeiro. As autoras iniciam a reflexão assinalando que: “[...] Uma ‘verdadeira biblioteca’ seria, então, aquela que guarda e desperta memórias individuais e coletivas, que permite o penetrar e as descobertas, mas, simultaneamente, esconde e guarda mistérios a serem desvendados.” (CORSINO et al., 2017, p. 351, destaque das autoras).

Nesse contexto, o livro se destaca como objeto de valor simbólico, pois “[...] Sua materialidade é desencadeadora de diferentes ações educativas e culturais” (CORSINO et al., 2017, p. 357). Essa materialidade é senão a fisicalidade desses espaços e objetos, os quais despertam subjetividades no terreno simbólico, ideia complementar/transversal à materialidade em Frohmann.

4.3.4.2 O impresso configurando práticas, relações e representações

Inicia-se com o texto *Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso*, uma reflexão de Cavalcante (2009) acerca dos aspectos histórico-culturais relacionados ao livro, sua materialidade, as práticas de leitura e a relação com o leitor. Em consonância com Chartier¹⁸⁸, a autora admite que está para além da materialidade do livro as transformações provocadas pela cultura escrita. Nesse caso, a materialidade é considerada como análoga à fisicalidade. Ao longo do texto, no entanto, admite-se que a historicidade da cultura escrita está para além do impresso, relacionando-se às ideias que dão significado aos textos. É nesse sentido que pode-se compreender a complementaridade/transversalidade: pois é a partir do impresso que se extrai significados.

Similarmente, Goulart (2014), em *Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura*, argumenta que o livro ultrapassa a escritura que lhe é característica, pois a ele são atribuídos sentidos segundo as intencionalidades dos

¹⁸⁸ CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

sujeitos e representações, a depender do tempo e das práticas dos lugares nos quais está inserido.

Com base em Cavallo e Chartier¹⁸⁹, a autora entende que o suporte textual implica uma textualidade que só é possível acoplada à sua materialidade, e sintetiza as pesquisas em materialidade dos livros em diversas vertentes¹⁹⁰. Para Cavallo e Chartier¹⁹¹, a história das práticas de leitura necessariamente relaciona-se com a história dos objetos e das palavras, e o livro ganha destaque na materialidade, que condiciona práticas e representações sociais. A autora pontua que o livro “[...] espera a vontade do leitor de conhecê-lo para assim se revelar. Espera um olhar para se mostrar, um toque para se deixar sentir e uma leitura para construir um diálogo.” (GOULART, 2014, p. 14). O leitor deixa no livro marcas da leitura, e o texto direciona o leitor para a leitura: “Esses sinais fixados no objeto-livro são reveladores das práticas culturais pelas quais se realizou a leitura, além de sugerirem também características do leitor.” (GOULART, 2014, p. 15).

A partir disso, concorde com Chartier,¹⁹² é possível compreender a relação livro-leitor em uma tríade: texto, objeto-suporte e a prática que propicia: “[...] Nesta direção, trazer como foco da pesquisa o livro, em sua materialidade, é contemplar os valores e sentidos dados a ele no campo das representações, mas também no das práticas que ele incita.” (GOULART, 2014, p. 16).

Mais tarde, em *A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações*, Goulart (2016b) destaca que ao longo da história, a posse de livros suscitou a “[...] ideia de supremacia, idolatria, misticismo, intelectualismo, rememoração, temor, afetividade, entretenimento, entre outras”, fazendo com o que o livro se situasse num “espaço social de disputa e poder” (GOULART, 2016b, p. 70). O livro despertou preocupações sociais, culturais, políticas e econômicas, e no âmbito investigativo, os estudos sobre os livros abarcam desde a sua historicidade até a escrita na era digital

Da adjetivação que o acompanha, como didático, de leitura, de texto, de alfabetização, paradidático, de literatura infantil ou juvenil, técnico ou científico, de entretenimento ou de informação, de

¹⁸⁹ CAVALLO, G.; CHARTIER, R. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

¹⁹⁰ Estudos sobre os sujeitos que atuam na produção, divulgação, circulação, projetos editoriais, gêneros discursivos, leitores etc. (GOULART, 2014).

¹⁹¹ *Ibid.*, 1998.

¹⁹² *Ibid.*, 1996.

imagem, e-book ou eletrônico, livro-brinquedo, entre outras denominações, o livro desperta interesses, seja com intuito da compreensão das políticas públicas ou da atividade pedagógica que o envolve, seja na apreensão de aspectos historiográficos, da materialidade, do uso de recursos tipográficos ou editoriais, percebe-se que o livro movimenta ações, preocupações e perscrutações (GOULART, 2016b, p. 71).

Desse modo, segundo a autora, entender a materialidade requer, além de considerar os aspectos físicos do material, a relação entre o sujeito e o impresso: “[...] Mais que um suporte material para o texto, o livro, com o conteúdo que carrega e com a materialidade que o caracteriza, representa uma forma de expressividade e de produção de sentidos, que move ações, relações e interações em redes dialógicas” (GOULART, 2016b, p. 80).

No texto intitulado *Nas (in) definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos*, Goulart e Lobo (2016) objetivam discorrer sobre as indefinições e definições que se originam da relação entre leitor e leitura, relação essa mediada pelo objeto-livro, e que se caracteriza pela interconexão dessa tríade: leitor, leitura e livro. A reflexão tecida dialoga em grande medida com a perspectiva de materialidade que considera a importância do suporte, por um lado; e a transcendência desse mesmo suporte para a leitura: “[...] O suporte para mediação textual ganha terrenos investigativos frente à consideração de que a existência do texto só é possível acoplada a uma materialidade e de que não existe um texto fora do suporte que se dá à leitura” (GOULART; LOBO, 2016, p. 7).

Desse modo, ao transcender a bidimensionalidade do suporte, o livro pressupõe uma pluralidade de leituras: “[...] O ato de ler tem a ver com a corporeidade, pois ao lermos, estabelecemos vínculos entre passado, presente e futuro que nos conectam com sensações e sentimentos.” (GOULART; LOBO, 2016, p. 10). Assim, propõem-se a identificação de alguns espaços de leitura: “espaço corpóreo”, de “experiência” e de “criação”¹⁹³. Com a contribuição de Deleuze e Guattari, afirmam que “[...] A definição de livro assume, então, uma complexidade que envolve tanto a materialidade física, a

¹⁹³ O livro como “espaço corpóreo” encontra embasamento tanto na obra de Jean-Paul Sartre quanto no conceito de “CsO” (o plano de consciência própria do desejo) de Deleuze e Guattari. Nesse último, o livro é uma espécie de “corpo sem órgãos”, que se insere em um agenciamento. Também de Deleuze e Guattari, as autoras trabalham a ideia de livro como “rizoma” (GOULART; LOBO, 2016).

exemplo da configuração e dos dispositivos gráficos e textuais, quanto aspectos não materializados como os modos, as ações e as relações que a ultrapassam” (GOULART; LOBO, 2016, p. 11).

Conforme pode-se observar, a perspectiva de Goulart e Lobo (2016) considera tanto a dimensão física quanto a metafísica, ressaltando a pluralidade de sentidos a partir do impresso.

Nessa mesma linha, Mendes *et al.* (2017), em *Livro didático: o despertar da memória afetiva*, entendem o livro didático como um objeto cuja materialidade evoca afetividades, ao estabelecerem um diálogo entre a história cultural e os estudos em memória. Ao longo do texto, os autores ressaltam como os livros são objetos valiosos, constitutivos das identidades dos sujeitos, que despertam afetividade e memória. De fato, a contribuição da obra de Mendes *et al.* (2017) para essa análise é justamente pensar a materialidade como afetividade, uma relação estabelecida a partir do impresso, e muito particular com os sujeitos.

No texto *Revestir el libro de significados: un análisis de las sobrecubiertas en la literatura infantil y juvenil*, Ramos e Mattos (2018), por sua vez, analisam o papel das sobrecapas como agentes significantes do processo de leitura. De forma geral, corrobora-se a importância das sobrecapas como elemento estético e/ou informativo, e também potencializador do significado da obra, possibilitando leituras e demandando ações e atitudes dos leitores.

Em *A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento*, Amorim *et al.* (2019) discutem a noção de livro na modernidade, argumentando que o livro é um objeto que possui destaque no âmbito cultural por portar, transportar e disseminar informações com o impacto de transformar a sociedade, de modo que seu significado transcende seu formato em códice. Assim, ao longo de sua análise, os autores corroboram a ideia de informação como “[...] efeito de conexões que atravessam ao longo da história diferentes esferas e tensões.” (AMORIM *et al.*, 2019, p. 284), e não somente como “dado-informação-conhecimento”. Em outras palavras, compreendem o livro por ser um objeto cujas relações com a sociedade convergem com o conceito de *livro-rizoma* de Deleuze e Guattari¹⁹⁴.

¹⁹⁴ *Ibid.*, 1995.

Já sob o prisma da Bibliografia Material e da História do Livro, Cataldo e Loureiro (2019), em *Afinal, os Objetos Falam? Reflexões sobre Objetos, Coleções e Memória*, empreendem uma reflexão sobre o poder comunicativo dos objetos; partindo da premissa de que esses objetos, para além de seu suporte, “falam” simbolicamente através de “marcas”, a respeito da memória dos indivíduos e das sociedades.

Ao considerar a Bibliografia Material na História do Livro, se assume que o livro possui uma materialidade que dialoga com os sujeitos, fazendo com que a informação ultrapasse os limites físicos. Assim, os autores propõem os estudos de “Marcas de Proveniência Bibliográfica” como um recurso metodológico para entender o livro como um suporte que guarda memórias e dizeres. De modo geral, conclui-se que: “[...] o reconhecimento de que objetos – categoria estendida aos livros – desempenham funções comunicativas, e que essa função ultrapassa sua função original. Os livros – abordados como objetos – são capazes de expressar mais que seu conteúdo impresso.” (CATALDO; LOUREIRO, 2019, n. p.). Em suma, *os objetos falam*.

4.3.4.3 O livro no mundo digital

Em *Reflexões sobre o livro digital: circulação, preservação e fixação*, Nogueira (2016), como o próprio título sugere, reflete sobre a conceituação, o acesso, a circulação e a preservação de livros digitais; indagando de que modos a materialidade é definidora do livro:

[...] A escrita, como prática e produto, não se restringe unicamente a suportes como o papel, sendo aplicável igualmente ao texto digital. O discurso por ela materializado, estando inscrito em uma tela ou uma folha, representa um livro, assim como qualquer outro suporte ou configuração que a escrita discursiva vier a possuir deve ser igualmente classificado como livro (NOGUEIRA, 2016, p. 96).

Ao longo do texto, o autor trabalha a premissa de que o livro está para além do aspecto material. Importam, assim, além do suporte, o texto e a relação texto-leitor e leitor-sociedade (NOGUEIRA, 2016).

Também partindo do digital, em *O bibliógrafo digital: questões sobre a materialidade do livro no século XXI*, Ribeiro (2017) reflete sobre a bibliografia e a materialidade do livro no mundo da *web*, em meio aos *devices* digitais. A autora, sob a

influência da teoria ator-rede de Latour¹⁹⁵, entende os livros como objetos inseridos numa rede sociotécnica, existindo em diferentes camadas de materialidade. Além disso, argumenta a existência de um “bibliógrafo digital”.

No que toca a materialidade do livro em contextos digitais, a autora saluta que “[...] A materialidade dos livros traz implicações não apenas para sua própria forma de existir – [...] –, mas para nossa existência humana, profissional, social.” (RIBEIRO, 2017, p. 122). Nota-se, assim, que a materialidade tratada nas *formas* dos livros de existir, portanto física, não deixa de ter *potência* – ou seja, está para além dos *devices*.

Já Gruszynski e Castedo (2018), no texto *A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação*, refletem sobre a noção de livro no contexto contemporâneo, e os processos de remediação no sistema de mídia. A *forma* do livro é o escopo analisado pelas autoras. Com vistas a refletir o tema, emerge o conceito de dispositivo: “Nesse contexto, se mudam a materialidade e a forma, mudam também os modos de interação com os livros. Alteram-se seus usos sociais, a postura como são lidos e os espaços nos quais circulam, bem como seu caráter simbólico.” (GRUSZYNSKI; CASTEDO, 2018, p. 241).

No contexto digital, destacam que a experiência da leitura em papel, agora é “imitada” no *design* de interfaces digitais: “[...] a divisão em páginas, o modo de passar as páginas horizontalmente, a possibilidade de marcar as páginas e fazer anotações, a alusão à biblioteca física como uma estante de livros, entre outras.” (GRUSZYNSKI; CASTEDO, 2018, p. 244). Isso desperta novos modos de ler, além de novos significados e experiências.

Ao *remediar*, as novas mídias digitais tomam por emprestado características das mídias já existentes. Nesse sentido, as autoras ressaltam que “[...] a materialidade se manifesta fortemente em todos os livros, mesmo os digitais.” (GRUSZYNSKI; CASTEDO, 2018, p. 248, destaques nossos). Portanto, “Entende-se o livro não apenas enquanto conjunto de folhas de papel impressas e encadernadas, ou *hardwares* munidos de *softwares* que abrem arquivos digitais, mas como uma rede de artefatos e acordos

¹⁹⁵ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

culturais acerca do que esses objetos significam e possibilitam.” (GRUSZYNSKI; CASTEDO, 2018, p. 249, destaque das autoras).

Todos esses autores levam a compreensão da materialidade no mundo digital, pois, ao alterar a *forma*, mudam-se os usos e dinâmicas entre livros e leitores – mas a prática da leitura segue com *potência*.

4.3.4.4 O objeto e o colecionador: o fenômeno do colecionismo bibliográfico

Em *O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação*, encontra-se uma análise sobre o objeto livro que muito interessa à área da Biblioteconomia – e a essa discussão, em particular –, por possuir características materiais e imateriais que muito dizem a respeito das complexas relações estabelecidas entre estes e seus possuidores – a conhecida relação sujeito/objeto, presente nos estudos da Cultura Material.

Nesse contexto, Murguia (2009) explora essas relações no mundo do colecionismo bibliográfico, buscando compreender o impulso de guardar livros. Essa discussão lança luz sobre a importância do suporte e da materialidade, que carrega todo um arsenal simbólico, justificando o ato de colecionar, e assim nos possibilitando compreender que o sujeito busca no livro algo que está para além da informação (MURGUIA, 2009).

A Cultura Material entende os objetos como resultado da necessidade humana de agir sobre a natureza, inevitavelmente associadas a um tempo e lugar, e por isso variando de uma cultura para a outra, de modo que devem “ser estudados dentro de uma rede de significações e valores, para além de uma visão econômica, a fim de revelar seu valor concreto” (MURGUIA, 2009, p. 89). Além disso, deve-se considerar que cada sujeito se relaciona com os objetos de uma maneira particular, e essa relação pode ser compreendida em vários níveis¹⁹⁶.

A coleção, ao ser institucionalizada, reflete a conjuntura política, econômica e cultural de uma determinada sociedade. Tem o poder de impor condutas, destacar ou

¹⁹⁶ Murguia (2009) destaca alguns desses níveis: o objeto pelo seu valor utilitário; criado com o intuito de modificar outros objetos, vinculado à aspectos simbólicos, ou simplesmente o objeto pelo prazer da posse e exibição (coleccionismo).

silenciar acontecimentos. Desse modo, o autor acredita que é necessário considerar as origens e os percursos das coleções como

um elemento que sirva como uma base epistemológica às instituições 'coletoras de cultura' (bibliotecas e museus), pois nelas se revelam, por um lado, os saberes e os fazeres próprios de cada instituição; e por outro, as práticas e representações sociais nas quais elas estão arraigadas (MURGUIA, 2009, p. 98).

Essa concepção dialoga com a concepção de biblioteca de Latour¹⁹⁷, que a entende como um laboratório que deve inserir-se numa rede de fenômenos. Ademais, é espaço de pertencimento e reconhecimento cultural, portanto um símbolo da cultura material. Essa perspectiva simbólica culmina na emergência do conceito de "semióforo", cunhado por Pomian (1998). O autor acrescenta à perspectiva de Pomian que o livro pode ser compreendido como um semióforo textual e expósito, e a ele podem ser atribuídos valores afetivos, utilitários e emblemáticos. Assim, ele perde seu valor informativo ao tornar-se semióforo, e "[...] inseridos na biblioteca permitem estabelecer a construção de um espaço evocativo, comemorativo ou recordatório de seu coletor." (MURGUIA, 2009, p. 102).

Para Murguia (2009), agora resta saber que dinâmica o livro estabelece como intermediário entre o sujeito e a realidade, suas características e relações na cultura material. Questões para as quais a Biblioteconomia pode se debruçar no futuro. O presente estudo se debruça sobre a questão da materialidade e da materialidade do livro, e assume o pressuposto de Murguia: um objeto que está para além da informação.

De forma particular, em *Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República*, Serejo e Juvêncio (2020) refletem sobre os conceitos de colecionismo, identidade, memória e história do livro, por meio da análise das dedicatórias presentes nos livros da biblioteca particular de Getúlio Vargas, do acervo do Museu da República.

Os autores destacam que o objeto livro, em particular, pode ser compreendido no âmbito do patrimônio, pois expressa-se como elemento de cultura, num determinado tempo e lugar, e insere-se na gama de representações de determinada sociedade. Essa

¹⁹⁷ LATOUR, B. Redes que as bibliotecas desconhecem: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000. p.21-44.

discussão encontra bojo nos estudos de cultura material. Nesse ponto, dialogam com Murguia¹⁹⁸, que destaca que na cultura material, as mudanças ocorrem lentamente num lugar e espaço específico, com mudanças e trocas mediadas por múltiplos interesses. Assim, aparecem duas possibilidades: a acumulação, entendida como a coleção de objetos para simples posse ou exibição, frisa Murguia; e o colecionismo, que possui rotinas e critérios bem definidos para o colecionador, e onde há o elemento do fetiche pelo objeto.

Pomian (1984), a sua vez, define a coleção como um conjunto de objetos retirados do circuito de atividades econômicas, mantidos para serem protegidos e expostos ao olhar. Numa coleção particular,

O objeto, portanto, passa a fazer parte da identidade do colecionador. Cada objeto deixa de ser útil e passa a remeter a uma constelação de fatos, como a história do item, se foi comprado ou um presente, a quem pertenceu antes, em que momento da vida do colecionador ele foi incorporado à coleção. A identidade do colecionador, portanto, é refletida pelos objetos que coleciona, sua vida é por eles narrada e, quando pensamos no livro, que é um dos itens que permitem a incorporação de elementos escritos em sua estrutura, um universo se desvela a partir de sua materialidade (SEREJO; JUVENCIO, 2020, p. 200).

As dedicatórias dos livros do ex-presidente Vargas foram escolhidas, pois são elementos que, assim como carimbos, assinaturas, ex-libris, ex-donos etc. compõem um rastro de memória que permite reconstituir a história do livro e de seu colecionador, ou seja, são “marcas de proveniência”. Nas obras analisadas, elas demonstram vários traços da personalidade pessoal e pública de Getúlio Vargas. De modo geral, admite-se que ao circular em diferentes coleções, o livro reflete o seu colecionador pela “eternidade”: “[...] Eternidade esta que, na maioria das vezes, é possibilitada pela institucionalização da coleção em museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições.” (SEREJO; JUVENCIO, 2020, p. 208).

4.3.4.5 Institucionalização da memória: o patrimônio

¹⁹⁸ *Ibid.*, 2009.

Agora trata-se sobre a questão do patrimônio, como produto de um processo histórico e cultural, institucionalizado socialmente. Souza e Crippa (2011), em seu texto *O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial*, argumentam que todo patrimônio possui materialidade e (i)materialidade, e deve ser entendido como parte de um processo histórico-cultural. Isso porque fazem parte da construção identitária de povos e países. Ao longo do texto, argumenta-se que existe uma inter-relação entre a materialidade e (i)materialidade no patrimônio – ele não pode ser pensado sem o suporte, que é símbolo de sua perpetuação; e para além dele, conserva a memória dos processos histórico-culturais de um dado tempo e lugar.

A seu modo, Maia (2019) empreende em *A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro*, uma análise do cordel brasileiro como elemento identitário da cultura nordestina. Para tanto, a autora analisa a (i)materialidade patrimonial do cordel brasileiro no acervo de cordel da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pertencente à Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA).

Para a autora, o cordel “[...] se posiciona como um documento cuja proposta é a materialização da representação da mentalidade do homem nordestino.” (MAIA, 2019, p. 5). Sua gênese remonta ao século XIX, tratando de estórias e costumes nordestinos. É um objeto com materialidade física, mas que transcende a fisicalidade, por exemplo, nas plataformas digitais. Possui essência política, pedagógica e cultural, assim como outros objetos de cultura, a qual “[...] concretiza-se por meio da materialidade dos objetos, que só adquire valor quando assume representação simbólica capaz de significá-lo e ser reconhecido por um dado grupo.” (MAIA, 2019, p. 11).

Em outras palavras, é na materialidade (fisicalidade) que objetos de cultura, assim como o cordel, ganham (i)materialidade, e tornam-se *patrimônios* que representam a construção identitária de um povo e sociedade.

4.3.4.6 Informação como prova ou monumento

Também refletindo sob a dimensão da institucionalidade, em *Prova documental: inscrições e materialidade*, Rabello e Rodrigues (2014) discorrem a respeito do conceito de “prova documental”, destacando que o livro está intrinsecamente associado à noção

de “documento” e “prova”, e, portanto, é de interesse de disciplinas como a História, a Arqueologia e a Antropologia, entre outras.

No âmbito da História destacam-se duas abordagens: a “história tradicional” e a “história nova”, este último termo utilizado por Le Goff¹⁹⁹. Uma crítica à concepção tradicional, essa nova história buscou “dar atenção aos indivíduos e aos grupos que estavam fora da pauta histórica” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 9), com ênfase na análise histórica voltada para os objetos da vida social que permitiam uma compreensão acerca do não escrito.

Já na Antropologia, os fenômenos do cotidiano são abordados sob o prisma da cultura material, com ênfase nas questões simbólicas e de representação. Enquanto objeto da cultura material, as fontes escritas são entendidas em diversas dimensões, e também como *prova documental*, que, a sua vez, se expressa em 3 dimensões: “à ideia de ‘palavra aprisionada’ à luz da fidedignidade e da autenticidade da inscrição [e que possibilita a segunda concepção de] ‘representação da realidade’ [que encontra seus limites na] ‘legitimação do discurso’” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 17)²⁰⁰.

Assim, os autores concluem que a vida social dos objetos revela “o caráter evidencial da informação registrada para além da escritura” (RABELLO; RODRIGUES, 2014, p. 18). O texto situa-se nessa dimensão complementar/transversal justamente por evidenciar como a inscrição pressupõe uma materialidade que ultrapassa a própria escritura.

Já no texto de 2018, *Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação*, Rabello e Rodrigues dão continuidade aos estudos anteriores, objetivando, sob lente interdisciplinar, analisar a dimensão social da informação como prova ou monumento, contribuindo à “[...] reflexão sobre as implicações epistemológicas e políticas em modos de representação a partir da consideração da materialidade e da institucionalidade da informação.” (RABELLO; RODRIGUES, 2018, p. 255).

¹⁹⁹ *Ibid.*, 1978.

²⁰⁰ Como visto na dimensão convergente à materialidade em Frohmann, os autores aprofundam a reflexão sobre essas dimensões de prova documental em trabalhos posteriores (RABELLO; RODRIGUES, 2016; 2017).

No âmbito dos saberes judiciário e historiográfico, o trajeto teórico abrange Foucault e seu livro *A verdade e as formas jurídicas*, no qual o autor discorre sobre as contribuições do saber judiciário para a compreensão histórica e metodológica das “[...] formas de verdade e modos de controle social e político na sociedade capitalista do século XIX, com vistas a obter subsídios para a reformulação da teoria do sujeito.” (RABELLO; RODRIGUES, 2018, p. 255). O cientificismo desse século, segundo os autores, entendia o documento como meio testemunhal e comprobatório, um recurso que operacionalizava a “escrita da história”. Os autores também realçam a concepção de Paul Ricoeur acerca da fase documental da memória em três pontos: “testemunho”, “arquivo” e “prova documental”. Nesse último aspecto, a autoridade cognitiva e institucional dos sujeitos valida o documento como prova, em instituições como arquivos e bibliotecas.

Já em sua obra *L’Archéologie du savoir*, Foucault²⁰¹ argumenta sobre a contribuição do já mencionado movimento dos *Annales*, que permitiu abranger a compreensão histórica, assumindo que ela (a história) transforma documentos em monumentos. Le Goff²⁰² corrobora assinalando que existem forças que tornam o documento um monumento, e essas forças detêm o poder de instituir qual versão da verdade será contada institucionalmente (RABELLO; RODRIGUES, 2018).

Desse modo, os autores concluem que o modo de representação da “informação como prova” se vale do enunciado “O documento, quando autêntico, leva à verdade”. No que toca à relação saber/poder, “[...] a monumentalidade da informação se corporifica no documento como fragmento para possíveis interpretações sobre a realidade.” (RABELLO; RODRIGUES, 2018, p. 268). Assim, observa-se a concretude do documento como *prova*, por um lado; e por outro, como ao transformasse em *monumento*, ele desvela o caráter da materialidade para além dessa concretude física, o que situa o texto no leque da complementaridade/transversalidade.

4.3.4.7 Questões disciplinares: representação temática e o mundo das imagens

²⁰¹ FOUCAULT, M. *L’Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

²⁰² *Ibid.*, 2013.

Em *Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação*, Gaspar e Reis (2010) argumentam que a CI, especificamente a área de representação temática, pode-se valer da análise do discurso foucaultiana para estudar enunciados e articular os discursos que circulam nos textos em suas diversas materialidades.

Desse modo, as autoras propõem pensar o campo da representação sob o viés da materialidade discursiva, encontrando subsídio na obra de Foucault²⁰³ e sua proposta de análise do discurso. Também destacam a relação entre gêneros, discursos e os suportes que os representam. Ao circular socialmente, os enunciados revelam uma interdiscursividade, conforme aponta Foucault²⁰⁴. Assim, “O conceito de enunciado pressupõe um dos princípios que o rege: a ‘materialidade’. Isso porque, o enunciado, para que seja percebido como memória, precisa de algum tipo de existência material” (GASPAR; REIS, 2010, n. p., destaque das autoras). Portanto, os enunciados tecem uma teia de relações com outros enunciados, materializados em outros gêneros, e outros textos.

Gaspar e Reis (2010), ao valerem-se da teoria foucaultiana, situam-se em complementaridade/transversalidade com Frohmann ao destacarem o aspecto da existência material, e a possibilidade do enunciado de inserir-se em uma “teia de relações” com outros enunciados, gêneros, textos, etc.

Já Medeiros e Pinho (2018), em *Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas*, discutem as interlocuções entre a organização da informação, a produção de obras de arte como representações sociais e os estudos sobre memória dentro da CI, que em sua interdisciplinaridade, se comunica com outras áreas e direciona a compreensão da memória nos processos de representação da informação e do conhecimento, através dos registros que preserva e possibilita acesso.

Nesse sentido, cabe destaque ao caráter da materialidade da informação, que se manifesta em registros informativos, e são recursos para representar a informação no meio social, incorporando as camadas de inscrição, registro e materialização de objetos

²⁰³ FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

²⁰⁴ *Ibid.*, 2008.

e também manifestações sócio imateriais. Assim, observa-se em Medeiros e Pinho (2018) a importância do suporte para o registro de uma dada materialidade, que se manifesta no meio social enquanto representatividade.

Em “*O maravilhoso número das imagens*”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento, Crippa (2020) destaca que a partir do século XVI, surge o interesse de colecionar obras de arte e a formação dos primeiros catálogos e inventários. Ela elucida que os inventários, em particular, formam uma espécie de gênero literário, pois denotam uma discursividade, ao empreender narrativas ficcionais e representações subjetivas, conforme nos recordam os historiadores da cultura material. Tanto os inventários quanto os catálogos de arte da época atuavam no sentido de preservar a memória através de sua existência material. A autora saluta que ao formarem parte dessas coleções, os objetos adquiriram significados diversos.

Igualmente situado no mundo das imagens, *A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado*, de Sá (2018), analisa a imagem fotográfica como um documento representativo da realidade, a partir das imagens fotográficas da sala de visitas da casa do escritor Jorge Amado, presentes no livro *Rua Alagoinhas 33, Rio Vermelho*. A autora argumenta que as imagens se relacionam com seus contextos, ideias e mentalidades presentes nas trajetórias de quem é retratado. Sob o viés simbólico, se compreende o documento como possuidor de materialidade. A fotografia, nesse sentido, possui viés simbólico ao representar uma história, e também é um documento *mimese* do real: possui então, materialidade.

4.3.4.8 Dimensão relacional da materialidade em complementaridade/transversalidade com Bernd Frohmann

A produção científica identificada pela complementaridade/transversalidade à obra de Bernd Frohmann – ou seja, uma *fisicalidade* muitas vezes denominada de *materialidade*, mas que situa o documento para além do valor concreto do objeto, numa perspectiva também simbólica – compreende o período entre 2009 e 2020.

O *impresso* é o ponto de partida para os significados – o livro aparece como objeto que desperta *posse, afetividades, memórias, sentidos, construções identitárias*

individuais e grupais. Tocando suas *superfícies enunciativas*, extraímos *sentidos*. Para além da escritura, também o objeto se torna evidência para *prova, representação, patrimônio*.

Essa relação tão particular entre livros e leitores move *ações, interações, narrativas, existências*. Mesmo existindo em *hardware*, o livro existe numa *rede de artefatos, acordos e conexões*. O físico une-se ao metafísico, possibilitando a materialização da informação e a representação da realidade social ou individual, nas coleções coletivas e particulares.

No âmbito da complementaridade, as *transversalidades* cruzam-se nos conceitos de autores que se relacionam à Frohmann. Para síntese, pode-se consultar a Figura 5, Apêndice 2, que representa os principais descritores de assunto das perspectivas de materialidade por complementaridade/transversalidade encontradas na literatura: *institucionalidade, arranjo físico, dispositivos, aspectos valorativos, equipamento cultural, redes, práticas leitoras, fisicalidade, representação, além do suporte, prova documental, enunciados ou discursos, semióforo*. Já o Quadro 7, Apêndice 1, pode ser consultado para uma síntese do aspecto relacional da materialidade em complementaridade/transversalidade a Frohmann.

4.3.5 A materialidade do livro: dimensão relacional e mensurabilidade da força diacrônica do conceito

Por meio do estudo comparativo, o conceito de “materialidade” e “materialidade do livro” pôde ser debatido à luz da literatura científica levantada no mapeamento que desvelou um “estado da arte” sobre o tema. Através desse procedimento, foi possível mensurar a força diacrônica do conceito em múltiplas dimensões.

Em primeiro lugar, compreende-se o sentido e o conteúdo semântico presente nos conceitos de “livro”, “materialidade” e “materialidade do livro”. Tais sentidos foram amplamente teorizados na literatura, donde constata-se o livro pelos seus aspectos valorativos que pressupõe uma materialidade carregada de enunciados. Observa-se também que nem sempre a utilização e o emprego da palavra “materialidade” carregava o sentido de transcendência ao suporte, pelo qual compreende-se em Frohmann. Em muitos casos, a palavra “materialidade” carregou em seu conteúdo semântico o sentido

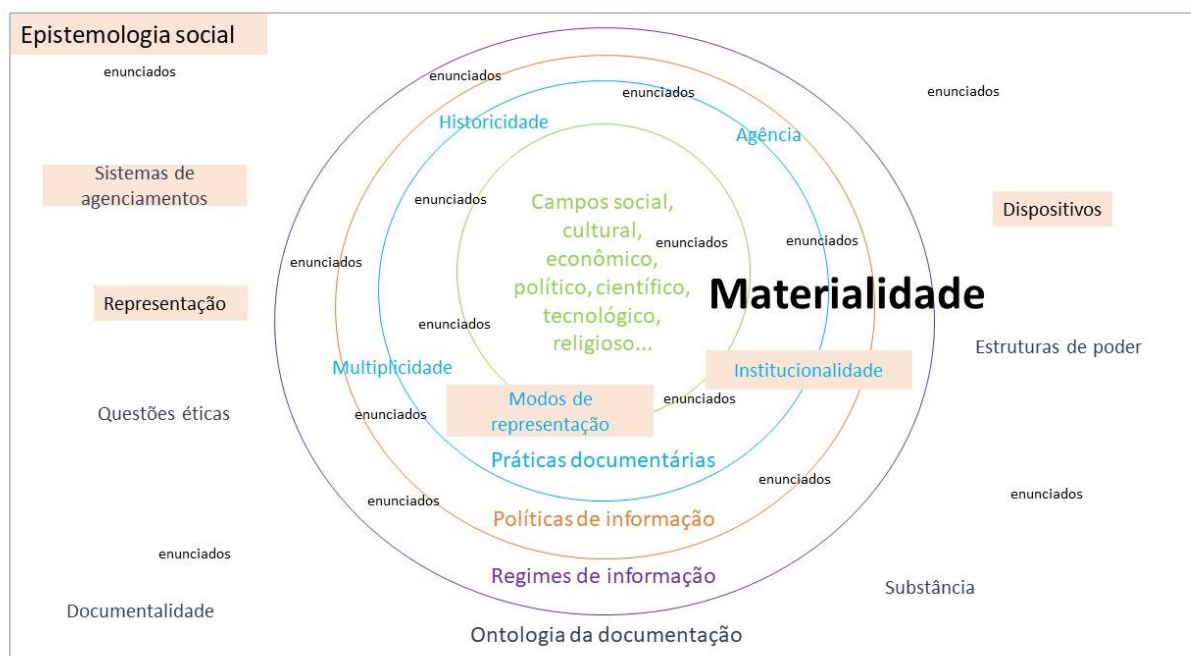
de “fiscalidade”, o que fez com que grande parte das publicações se situassem no espectro da complementaridade/transversalidade ou da diferenciação ou divergência relativa.

No entanto, o interesse do estudo buscou, sobretudo, situar o conceito de “materialidade” e “materialidade do livro” num contexto amplo, onde se situam aspectos públicos, científicos etc., conforme teorizado por Frohmann. Ao relacionar o contexto no processo de apreensão, foi possível construir os conceitos de “livro” e “materialidade” em cadeia, articulando-os para compreender a “materialidade do livro”. As situações únicas nas quais se abriu epistemologicamente o campo da ciência da informação, para ampliar o escopo material ao se pensar a documentação, foi reiterada diversas vezes no “instituto” da “nova” documentação ou “neodocumentação”.

Essas situações de forças diacrônicas, modificando paradigmas na área, ampliou o leque de possibilidades semânticas. Os conceitos de “materialidade” e “materialidade do livro” puderam ser mensurados levando em consideração essa ampla gama de teóricos que se debruçaram sobre a temática, ratificando a força de tais conceitos, o que – consoante total ou parcialmente com Frohmann –, revela tensões, gera efeitos, possui massa, inércia, resistência.

Para elucidar os diversos sentidos que estão relacionados à “materialidade” e à “materialidade do livro”, consoante com a literatura mapeada, destacam-se, na Figura 6 no Apêndice 2, descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade. Para finalizar, a Figura 7 demonstra a dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann, agora acrescida de alguns aspectos abordados nos textos mapeados:

Figura 7 – Dimensão relacional da materialidade na literatura mapeada relacionada a Bernd Frohmann



Fonte: Elaboração nossa.

No campo das *práticas documentárias*, reforça-se o caráter da institucionalidade e do documento em modos de representação. Na construção de uma *ontologia da documentação*, reforça-se o elemento foucaultiano do documento como *dispositivo*, e que serve ao propósito da *representação*. Pode-se interpretar a Figura 7 como a outra face da Figura 1, pois cada um dos autores revisados, a seu modo, trata da materialidade como fio condutor de diversas perspectivas, enfatizando o fato de os documentos – e de o objeto livro – se configurarem como objetos que estão para além da informação, podendo justapor distintas dimensões de materialidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto desta pesquisa foi iniciado no projeto ProIC/UnB 2020-2021, mediante o qual foi possível refletir sobre a “materialidade” e a “materialidade do livro” e formar um *corpus* de publicações que representam um “estado da arte” da pesquisa na área (AMORIM; RABELLO, 2021). Inserido no âmbito do plano de trabalho de Rabello (2020), e sua trajetória de pesquisa considerando a materialidade e institucionalidade da informação (RABELLO, 2021), intencionou-se contribuir, de algum modo, à reflexão sobre o valor social do documento – especificamente na forma *livro* – na ciência da informação (AMORIM, 2020). Ainda com essa intenção, a presente monografia dá continuidade à reflexão, no recorte dos artigos de periódicos e textos publicados em anais (de eventos) nacionais, pensando sua dimensão histórico-conceitual e temático-comparativa, sob o bojo teórico de Bernd Frohmann.

Isso porque a materialidade, tal como preconizada na obra de Frohmann, considera os aspectos simbólicos e contextuais imbrincados nas práticas documentárias, e na informação como *fenômeno*, apoiando-se na discursividade dos enunciados foucaultianos. A partir disso, a materialidade é pensada com *massa, inércia, resistência, força, efeitos* – enfim, *potência*. Encontrando teóricos como Buckland (1997), por exemplo, ao repensar as (in)definições do que *é* e *pode vir a ser* o documento, Frohmann situa-se nesse momento histórico renovado na ciência da informação: uma “nova” documentação.

O horizonte da materialidade frohmanniana, então, ofereceu arcabouço teórico para pensar o documento e, em particular, o livro além da informação – e expandir nossas interpretações sobre o valor social e institucional do documento e do livro, a partir da multidimensionalidade do conceito de materialidade. O estudo temático-comparativo, em análise empreendida a partir das publicações mapeadas, permitiu o agrupamento de dimensões conceituais convergentes, diferenciadas ou relativamente divergentes e complementares/transversais, organizadas em temáticas. Para tal análise, a concepção de materialidade em Frohmann se apresentou como um potencial heurístico para a análise.

Corroborar-se, assim, a dimensão convergente, onde se observou autores alinhados à Frohmann, que também reconhecem a materialidade de significação, intencionalidade, e passível de compor distintas institucionalidades. Por outro lado, na dimensão diferenciada ou relativamente divergente, encontraram-se teóricos que enfatizam a importância da fisicalidade do suporte. Por fim, foi possível estabelecer um leque de publicações que oscilou entre dois mundos (o físico e o simbólico), e requereram uma análise voltada para a *transversalidade* – onde esses mundos coexistem em documentos cuja fisicalidade é o ponto de partida para o simbólico. A isso nomeou-se complementaridade/transversalidade.

A partir do estudo temático-comparativo, foi possível embasar, criticamente – e sob a influência de pressupostos advindos da história dos conceitos de Koselleck (1992) –, o conceito de materialidade tal qual preconizado em Frohmann. Nos “ombros” do conteúdo semântico das palavras “livro” e “materialidade”, foi construída uma cadeia de acepções que corrobora com o conceito de “materialidade do livro”. Entre 2006 e 2020 – os limites temporais das publicações identificadas na revisão sistemática realizada – observou-se a diacronia da emergência de uma “nova” documentação, onde se observa a sincronia conceitual onde se insere “materialidade” e a “materialidade do livro”, em dimensões simbólica, situacional, contextual e social.

Tais considerações visam contribuir para a teorização sobre o conceito de “materialidade” e “materialidade do livro”, servindo de subsídio para investigações que tenham como objeto de estudo a temática ou para fundamentar pesquisas que permeiam ou tangenciam a dimensão da “materialidade do livro” e do “documento”. Mas, longe de findar-se, o percurso teórico ainda buscará abranger, em pesquisas futuras, a análise das publicações internacionais sobre o tema da “materialidade” e da “materialidade do livro” mapeadas no ProIC/UnB 2020-2021, também sob o ponto de vista histórico-conceitual e temático-comparativo, podendo, ainda, considerar contextos específicos de institucionalidade. Visa-se, assim, ao longo desses trabalhos, amadurecer o conceito de materialidade e corroborar a premissa de Murguía (2009), cuja questão central suscitou a presente reflexão: *o livro como algo para além (e muito além) da informação*.

Referências

ALMEIDA, M. A. de. A cada leitor seu texto: dos livros às redes. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. esp., sem. 1, p. 154-173, 2009. DOI: 10.5007/1518-2924.2009v14nesp1p154.

AMORIM, Ana Karolina Alves. Mapeamento do tema “materialidade do livro” como subsídio para a compreensão do valor social e institucional do documento na Ciência da Informação. In: RABELLO, R. **Documento e institucionalidades:** dos valores probatórios à validação da informação. Brasília: UnB, 2020. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica da UnB.

_____; RABELLO, Rodrigo (Orientador). **Mapeamento do tema “materialidade do livro” como subsídio para investigações sobre informação materializada e institucionalizada como documento.** Relatório final de Iniciação Científica no PROIC/UnB.

AMORIM, Igor Soares et al. A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento. **Em Questão**, v. 25, p. 264-287, ed. esp. V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92374>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ANDRETTA, P. I. S.; PERROTTI, E. A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 168-184, jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023.** Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ATALLAH, Alvaro Nagib; CASTRO, Aldemar Araujo. Revisão sistemática da literatura e metanálise. **Medicina baseada em evidências:** fundamentos da pesquisa clínica. São Paulo: Lemos-Editorial, p. 42-48, 1998.

BENJAMIN, Walter. O colecionador. In:_____. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 237-246.

BERNARDO, Wanderley Marques; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JATENE, Fábio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências: parte II-buscando as evidências em fontes de informação. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 44, n. 6, p. 403-409, 2004.

BUCKLAND, M. K. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science.** 42(5):351-360; New York, NY: John Wiley & Sons, 1991.

_____. What is a document? **JASIS**, v.48, p. 804-809, 1997.

BUENO, M. Memorial dos livros queimados na bebelplatz em berlim, Alemanha. Mariana viaja, 3 out. 2019. Disponível em: <https://marianaviaja.com/mundo/memorial-livros-queimados-bebelplatz-berlim-alemanha/>. Acesso em: 19 out. 2021.

CAMPOS, Luiz Fernando de Barros; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 5-25, jan./jun. 2006.

CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os Objetos Falam? Reflexões sobre Objetos, Coleções e Memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 1-12, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14712771003.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CORSINO, Patrícia; VILELA, Rafaela; TRAVASSOS, Sônia. Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 50, p. 351-377, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/F4DgC4sLTZVNMN4HsLwhPvm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRIPPA, Giulia. “O maravilhoso número das imagens”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76257>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ELIAS, Claudia de Souza Rodrigues et al. Quando chega o fim?: uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 48- 53, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2020.

FERRANDO, Thays Lacerda; DE FREITAS, Lidia Silva. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017.

FIDELIS, Marli Batista; SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. Biblioteca: espaço privilegiado da materialidade da informação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 323-332, jan./jun. 2014.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da; SOUZA, Elisabete Gonçalves de; COELHO, Ana Cláudia Lara dos Santos. A performance na sociedade de História: relações com o documento, com a informação e com a memória. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 1-17, set./dez. 2019.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 48 n. 4, p. 365-386, 1992.

_____. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, Perth, n. 16, p. 119-138, 1994.

_____. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS/ACSI), 23., 1995, Edmonton- Alberta. **Anais...** Edmonton-Alberta: CAIS, 1995.

_____. Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, Toronto, n. 42, p. 13-28, 2000.

_____. Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, Urbana, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004.

_____. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2006.

_____. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. In: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (Ed.). **A Document (Re)Turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

_____. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science: International Journal on Recorded Information**, Dordrecht, v. 8, n. 165, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-008-9073-y>.

_____. Revisiting "What is a 'document'?". **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1108/00220410910937624>.

_____. Foucault, Deleuze, and the ethics of digital networks. In: FRÜHBAUER, J. J.; HAUSMANNINGER, T.; CAPURRO, R. (Ed.). **Localizing the Internet: ethical aspects in intercultural perspective**. München: Fink, [c.2007], 2018. p. 60-72.

GASPAR, Nádea Regina; REIS, Livia de Lima. Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação. **DataGramZero**, João Pessoa, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_19ea7c6f68_0000009507.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: 2 jan. 2021.

GOULART, I. C. V. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 5-19, mai./ago., 2014.

_____. A configuração do espaço dos livros no interior da sala de aula. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 348-362, mai./ago., 2016a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643592>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 67, p. 69-82, 2016b. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/512>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____; LOBO, Dalva de Souza. Nas (in) definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos. **Leitura**, Alagoas, v. 2, n. 56, p. 5-25, jul./dez. 2016, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2325>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GRIGOLETO, Maira Cristina; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; CASTEDO, Raquel da Silva. A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação. **Interin**, v. 23, n. 1, p. 238-255, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5044/504459789014/504459789014.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; _____ (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 45-73.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LONDONRIVERBANK. **Bernd Frohmann**: academic profile. c2021. Disponível em: <https://londonriverbank.wordpress.com/>. Acesso em: 01 set. 2021.

MAIA, M. E. A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2019v14n2.45322. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114668>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MEDEIROS, Wagner Oliveira de; PINHO, Fabio Assis. Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 184-198, nov. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4221>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MENDES, Lucas; CUSTÓDIO, Marcela; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Livro didático: o despertar da memória afetiva. **RBBB**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 932-943, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1043>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 13 (1):7-54, mar. 1984.

MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 87 - 104, jan. 2009. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14nesp1p87>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: **Documento**: gênese e contextos de uso. FREITAS, L.S.; MARCONDES, C.H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs.). Estudos da Informação, v. 1. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p. 123-140. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/index.php/2012-03-24-21-04-47>. Acesso em: 29 mai. 2020.

_____; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 71-82, jan./abr., 2006.

NOGUEIRA, Wesley Augusto. Reflexões sobre o livro digital: circulação, preservação e fixação. **Informação@ Profissões**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 94-110, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/25308>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ODDONE, Nanci. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

PACELLI. **Memorial da queima dos livros**: sutileza e simbolismo lado a lado. Agenda Berlim. 2018. Disponível em: <https://www.agendaberlim.com/memorial-queima-livros/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

PEARCE, S. M. **Museums, objects and collections**: a cultural study. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

POMIAN, K. Coleção. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**: Memória/História. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1982. v.1; p.51-85.

_____. História Cultural, História dos Semióforos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., v.13, n.26, 2º sem. 2008.

_____. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Informação e implicações epistemológicas e políticas: questões entre fisicalidade e materialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20 ed., 2019a, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2019, 21-25 out. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1027/527>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Studies**: Research Trends, 13:2, 2019b, p. 5-25.

_____. **Documento e institucionalidades: dos valores probatórios à validação da informação**. Brasília: UnB, 2020. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica da UnB.

_____. **Multidimensionalidade da materialidade e da institucionalidade da informação e do documento:** caminhos e articulações conceituais para uma análise epistemológica e política. 2021. 17 f. Projeto de pesquisa (Comunicação e mediação da informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

_____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrições e materialidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/151/192>. Acesso em: 19 mai. 2020.

_____; _____. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016.

_____; _____. Documento, arquivo e formas de representação da realidade. In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (Coord.). **Investigación en información, documentación y sociedad:** perspectivas y tendencias. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 32-40.

_____; _____. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: ANCIB, 2019. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1125/1844. Acesso em 12 fev. 2021.

_____; _____. Information as proo for monumento: materiality, institutionality and representation. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 1-22, mai./ago. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e58738>

RAMOS, Ana Margarida; MATTOS, Margareth. Revestir el libro de significados: un análisis de las sobrecubiertas en la literatura infantil y juvenil. **Ocnos:** Revista de estudios sobre lectura, v. 17, n. 2, p. 33-45, 2018. Disponível em: https://revista.uclm.es/index.php/ocnos/article/view/ocnos_2018.17.2.1679. Acesso em: 19 jul. 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. O bibliógrafo digital: questões sobre a materialidade do livro no século XXI. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 120-130, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HMPsXvVYqTbC44KtgMs6xHm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ROTHER E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.Br/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S0103-21002007000200001. Acesso em: 11 jun. 2021.

SÁ, Alzira Tude de. A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado.

Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2018.

Disponível em:

https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/05/pdf_310f126f4a_0000030150.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

SALARELLI, Alberto. Para além da falha digital: as duas perspectivas da bibliografia.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 7-20, jul., 2017.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação". **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.65-88, jan./jul., 2013.

_____; MATA, D. X. da. O discurso biobibliográfico em Gabriel Peignot: notas sobre o sujeito e o autor na Modernidade bibliológica. **Em Questão**, v. 25, p. 159-175, 2019.

_____; PEREIRA, R. de M. V. Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 5-28, mar./ago., 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p5-28.

SALLUM, Ana Maria Calil; GARCIA, Dayse Maioli; SANCHES, Mariana. Dor aguda e crônica: revisão narrativa da literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 150-154, 2012.

SCHOLAR. **Bernd Frohmann**. Google Acadêmico. c2021. Disponível em:

<https://scholar.google.com/citations?user=X1CVv0YAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 07 set. 2021.

SEREJO, Vitor; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 193-210, jul./dez. 2020. Disponível em:

<http://www.memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/138>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F.P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.E.; _____. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 31–41. Disponível em:

https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11315818082016Prati_a_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em:

http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_fec510eae9_0016975.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Informação e Documento-relações simbióticas. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-110, abr. 2015.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

TEIXEIRA, Heytor Diniz; GARCIA, Naillê de Moraes; RODRIGUES, Marcia Carvalho. Critérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações. **Biblos**, v. 32, n. 1, p. 134-145, jan./jun. 2018.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; DE ALBUQUERQUE, Ana Cristina. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na Ciência da Informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUADROS

Quadro 1 – Síntese da dimensão relacional da materialidade em Bernd Frohmann (de 1992 a 2009)

Publicação (ano)	Aspecto relacional e material
<i>The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint</i> (1992)	Ênfase do fenômeno discursivo na LIS, que situa a informação e as práticas documentárias no campo social, econômico, político e cultural. Diferentemente da lógica cognitivista, que visa apresentar-se como uma teoria total e única na LIS, a análise do discurso permite compreender a informação num espectro mais amplo – no qual se insere o fenômeno da materialidade .
<i>Discourse analysis as a research method in library and information science</i> (1994)	Na obra de Paul Otlet, observamos os aspectos de natureza social e material da informação. Com a contribuição da teoria foucaultiana, essas propriedades materiais e também as institucionais, corroboram o caráter discursivo da informação – que manifesta-se em <i>enunciados</i> . Os enunciados, por sua vez, conferem estabilidade para legitimar conhecimento autorizado de diversas natureza, e possuem existência material, materialidade essa pode ser medida em “massa, inércia ou resistência”.
<i>Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory</i> (1995)	Os estudos sobre políticas de informação (<i>Information Policy</i>), em sua maioria, não reconhecem as relações entre poder e informação, e possuem estreito foco epistemológico. Reconhecer as diversas redes nas quais a informação circula é reconhecer que existem <i>regimes de informação</i> . Esses regimes estabilizam relações sociais e de poder, e a descrição de sua genealogia é uma política de informação, que pressupõe materialidade .
<i>Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of Information</i> (2004)	Na fenomenologia da informação de Geoffrey Nunberg, a informação aparece como <i>fenômeno</i> , ou como <i>substância</i> , e possui <i>documentalidade</i> e <i>institucionalidade</i> que embasam teoricamente a questão do que é a informação. Isso traz complexidade e disputas no campo. Ludwig Wittgenstein, com seus “jogos de linguagem”, possibilita pensar a expansão dos significados, e situar as ideias no campo da prática: assim, as teorias de informação passam a ser <i>descrições de práticas documentárias</i> , cujas propriedades são: materialidade , <i>institucionalidade</i> , <i>disciplina social</i> e <i>historicidade</i> .
O caráter público, material e social da informação em nosso tempo (2006)	O fenômeno da informação deve ser associado ao estudo dos regimes de informação, que possuem práticas sociais, públicas, políticas, econômicas e culturais. O elemento de junção é a materialidade . Nesse contexto, o “[...] ‘documento’ nomeia a materialidade da informação”. O enunciado, além de possuir <i>massa</i> e <i>inércia</i> , possui “energia, força e poder”, e cria <i>efeitos</i> . A materialidade do enunciado pode ser medida pelo seu grau de imersão institucional. A partir da análise do discurso foucaultiana, chegamos à materialidade da informação . As práticas documentárias institucionais materializam a informação e modificam a vida social, ao conferir-lhes peso, massa, inércia e estabilidade. Até mesmo os enunciados digitais possuem uma materialidade de “quase pura energia” , e provocam efeitos nas redes digitais e sociais.
<i>Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation</i> (2007)	Ênfase nas relações sociais, políticas, científicas e culturais associadas às práticas documentárias. O documento, nesse viés, é caracterizado por sua: <i>multiplicidade</i> , materialidade e <i>agência documentária autônoma</i> .
<i>Documentary ethics, ontology, and politics</i> (2008)	Os sistemas de <i>agenciamento</i> de autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, Bruno Latour e Michel Foucault chamam atenção para os agenciamentos entre corpos, sistemas associativos e maneiras de se viver. A obra de Michel Callon aponta para a <i>ontologia documentária</i> e o conceito de <i>agência</i> , onde a documentação referencia <i>dispositivos de escrita</i> . Essa ontologia envolve materialidade , <i>tecnologia</i> , <i>arranjos institucionais</i> , <i>poder</i> etc. A documentação em Latour, especialmente, demonstra a questão ética e política que circunda o conceito de documento.
<i>Revisiting “What is a ‘document’?”</i> (2009)	A questão que Michael Buckland lançou no seu artigo <i>What is a “document”?</i> é retomada. A questão é muito mais relevante que a resposta, visto que não podemos supor que haja uma teoria unificada acerca dos documentos e da documentação. Assim, indagar sobre as (in)definições sobre o documento é multiplicar o seu conceito, o que amplifica o universo discursivo do que é e pode vir a ser o documento e a documentação, e como isso está para além do tecnicismo ou fisicalidade. Nesse horizonte teórico, aporta a importância do conceito da materialidade .

Fonte: Elaboração nossa.

Quadro 4 – Publicações nacionais por autoria, título, tipo²⁰⁵ e fonte

Autoria	Título	Tipo	Fonte
Almeida (2009)	A cada leitor seu texto: dos livros às redes	P	Encontros Bibli
Amorim <i>et al.</i> (2019)	A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento	AE	V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia
Andretta e Perrotti (2018)	A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões	AE	XIX ENANCIB
Araújo e Reis (2017)	Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro	P	Perspectivas em Ciência da Informação
Campos e Venâncio (2006)	O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo	P	Informação & Informação
Cataldo e Loureiro (2019)	Afinal, os Objetos Falam? Reflexões sobre Objetos, Coleções e Memória	AE	XX ENANCIB
Cavalcante (2009)	Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso	P	Encontros Bibli
Corsino <i>et al.</i> (2017)	Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro	P	Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea
Crippa (2020)	“O maravilhoso número das imagens”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento	P	Encontros Bibli
Ferrando e Freitas (2017)	Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault	AE	XVIII ENANCIB
Fidelis e Silva (2014)	Biblioteca: espaço privilegiado da materialidade da informação	P	Acervo
Fonseca <i>et al.</i> (2019)	A performance na sociedade de História: relações com o documento, com a informação e com a memória	P	Encontros Bibli
Gaspar e Reis (2010)	Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação	P	DataGramZero
Goulart (2014)	Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura	P	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Goulart (2016a)	A configuração do espaço dos livros no interior da sala de aula	P	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Goulart (2016b)	A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações	P	Leitura: Teoria & Prática
Goulart e Lobo (2016)	Nas (in) definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos	P	Leitura: Teoria & Prática
Grigoletto e Murguia (2015)	As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado	P	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
Gruszynski e Castedo (2018)	A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação	P	Interin
Maia (2019)	A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro	P	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
Medeiros e Pinho (2018)	Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas	P	Liinc em Revista
Mendes <i>et al.</i> (2017)	Livro didático: o despertar da memória afetiva	P	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
Murguia (2009)	O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação	P	Encontros Bibli
Murguia e Registro (2006)	O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto	P	Transinformação
Nogueira (2016)	Reflexões sobre o livro digital: circulação, preservação e fixação	P	Informação@ Profissões
Oddone (2007)	Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual	P	Ciência da Informação

²⁰⁵ Legenda: P (para artigos de periódicos), AE (para anais de evento) e CL (para capítulo de livro).

Rabello (2018)	Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política	P	Encontros Bibli
Rabello (2019b)	Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais	P	Brazilian Journal of Information Studies
Rabello e Rodrigues (2014)	Prova documental: inscrições e materialidade	P	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
Rabello e Rodrigues (2017)	Documento, arquivo e formas de representação da realidade	CL	Investigación en información, documentación y sociedad
Rabello e Rodrigues (2018)	Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação	AE	XIX ENANCIB
Ramos e Mattos (2018)	Revestir el libro de significados: un análisis de las sobrecubiertas en la literatura infantil y juvenil	P	Ocnos: Revista de estudios sobre lectura
Ribeiro (2017)	O bibliógrafo digital: questões sobre a materialidade do livro no século XXI	P	Perspectivas em Ciência da Informação
Sá (2018)	A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado	P	Informação & Sociedade
Salarelli (2017)	Para além da falha digital: as duas perspectivas da bibliografia	P	Perspectivas em Ciência da Informação
Saldanha (2013)	O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação"	P	Informação Arquivística
Saldanha e Pereira (2016)	Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas	P	Revista de Ciência da Informação e Documentação
Serejo e Juvêncio (2020)	Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República	P	Memória e Informação
Silveira e Reis (2011)	Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica	P	Informação & Sociedade
Siqueira (2015)	Informação e Documento-relações simbióticas	P	PontodeAcesso
Souza e Crippa (2011)	O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial	P	Em Questão
Teixeira <i>et al.</i> (2018)	Crítérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações	P	Biblos

Fonte: Elaboração nossa.

Quadro 5 – Síntese da dimensão relacional da materialidade convergente à obra de Bernd Frohmann

Autor(a/es)	Perspectiva de materialidade	Convergência	Referência
Campos e Venâncio (2006)	A materialidade tem "massa, inércia, resistência"; nos cotidianos institucionais, ocorre a materialização da informação através dos documentos – converge com Foucault e Frohmann	Frohmann (1992): questiona o paradigma cognitivista Frohmann (2006): materialização da informação através dos documentos	CAMPOS, Luiz Fernando de B.; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo. Informação & Informação , Londrina, v. 11, n. 1, p. 5-25, jan./jun. 2006.
Oddone (2007)	O suporte carece da "espessura material" que lhe constitui – e viabiliza a existência do enunciado – converge com Foucault	Kuhn (1975) e Frohmann (1995): afinidades entre Foucault, Latour e Egan e Shera A autora pontua que a "epistemologia social" auxilia o estudo das relações entre os sujeitos e seus contextos socioculturais e tecnológicos, de um ponto de vista cognitivo, constituindo uma "ecologia sociotécnica do trabalho intelectual", carregada de materialidade	ODDONE, Nanci. Revisitando a "epistemologia social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. Ciência da Informação , Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

Saldanha (2013)	A materialidade como uma pretensa fisicalidade que atua no mundo através de elementos simbólicos, nos leva a tomar algo como livro, conhecimento, informação	Frohmann (2004, 2011): a materialidade do documento	SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a "via simbólica": sob a tensão da "neodocumentação". Informação Arquivística , Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.65-88, jan./jul., 2013.
Grigoletto e Murguia (2015)	A materialidade do documento é oriunda de sua institucionalização	Frohmann (2004; 2008): o documento nomeia a materialidade e a documentação, a materialização da informação; a informação como efeito	GRIGOLETO, Maira Cristina; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação , v. 8, n. 2, jul./dez. 2015.
Rabello e Rodrigues (2016)	A materialidade transcende a fisicalidade, se forja na institucionalidade, e pode ser pensada em termos simbólicos e de enunciados que circulam socialmente	Frohmann (2008): os enunciados circulam socialmente	RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB, 2016.
Rabello e Rodrigues (2017)	A materialidade se constitui a partir da institucionalidade e das intencionalidades	Frohmann em leitura foucaultiana: trata da dimensão simbólica dos documentos, que permite refletir sobre a materialidade em diversos campos e práticas sociais	RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, arquivo e formas de representação da realidade. In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (Coord.). Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 32-40.
Rabello (2018)	Materialidade do documento (concepção holística envolvendo: a) institucionalidade, b) cultura material, c) regimes de informação, d) ações de informação, e) práticas informacionais, f) validação da informação, g) estudo da forma documental, h) historiografia, i) burocracia, j) materialidade da informação, k) desenvolvimento de coleções, l) organização do conhecimento	Frohmann (1995): em leitura foucaultiana, trata de regimes de informação e materialidade da informação e dos enunciados	RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação , Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, jan. 2018. ISSN 1518-2924.
Rabello (2019b)	Materialidade entendida como os aspectos valorativos para além do suporte	Frohmann em leitura foucaultiana trata do documento, que nomeia a materialidade	RABELLO, Rodrigo. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends , 13:2, 2019, p. 5-25.
Ferrando e De Freitas (2017)	Documentos são "conjuntos de enunciados" com "materialidade pronunciada", que ganham "peso, massa, inércia e estabilidade" – converge com Frohmann	Frohmann (2008, 2012): entende a materialidade da informação a partir da materialidade dos enunciados de Foucault; os documentos são "conjuntos de enunciados" com "materialidade pronunciada", que ganham "peso, massa, inércia e estabilidade"; o documento é	FERRANDO, Thays Lacerda; DE FREITAS, Lidia Silva. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. Anais [...]. Marília: UNESP, 2017.

		visto sob uma ótica relacional, associado à práticas documentárias que determinam disciplina social, institucionalidade, historicidade e materialidade	
Andretta e Perrotti (2018)	O suporte carrega o enunciado – daí advém sua materialidade	Frohmann (1995): conceito de “regime de informação” – seu pensamento alinha-se com a Teoria Ator-Rede (de Bruno Latour e Michel Callon), e a obra de Foucault	ANDRETTA, P. I. S.; PERROTTI, E. A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais [...] . Londrina: UEL, 2018.
Fonseca, Souza e Coelho (2019)	A materialidade, na visão da documentação clássica, amplia a noção de documento	Não coaduna com a possibilidade de haver materialidade sem existência física - diverge de Frohmann (2013), e a diferenciação que o autor empreende entre materialidade e fisicalidade	FONSECA, Vitor Manoel Marques da; SOUZA, Elisabete Gonçalves de; COELHO, Ana Cláudia Lara dos Santos. A performance na sociedade de História: relações com o documento, com a informação e com a memória. <i>Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação</i> , Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 1-17, set./dez. 2019.

Fonte: Elaboração nossa.

Quadro 6 – Síntese da dimensão relacional da materialidade diferenciada ou relativamente divergente à obra de Bernd Frohmann (de 2006 a 2019)

Autor(a/es)	Perspectiva de materialidade	Divergência	Referência
Fidelis e Silva (2014)	A materialidade da informação é a informação registrada e corporificada no suporte	A biblioteca é um espaço que comporta informação materializada, e o livro, o documento que corporifica e promove a circulação dessa informação	FIDELIS, Marli Batista; SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. Biblioteca: espaço privilegiado da materialidade da informação. <i>Acervo</i> , Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 323-332, jan./jun. 2014.
Saldanha e Pereira (2016)	A materialidade do espaço físico promove lazer	O espaço físico das bibliotecas promove práticas de lazer	SALDANHA, G. S.; PEREIRA, R. de M. V. Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. <i>InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação</i> , Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 5-28, mar./ago., 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p5-28.
Murguia e Registro (2006)	A disposição física do arranjo dos objetos gera sentido e permite extrair significado	É a organização física do arranjo que possibilita extrair significado	MURGUIA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. <i>Transinformação</i> , Campinas, v. 18, n. 1, p. 71-82, jan./abr., 2006.

Almeida (2009)	A materialidade do objeto determina leituras e leitores	São as materializações dos textos nos suportes que configuram as formas de leitura e tipos de leitores	ALMEIDA, M. A. de. A cada leitor seu texto: dos livros às redes. <i>Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação</i> , Florianópolis, n. esp., sem. 1, p. 154-173, 2009. DOI: 10.5007/1518-2924.2009v14nesp1p154.
Araújo e Reis (2017)	A materialidade do objeto é um critério de raridade	É a forma do objeto que justifica sua posse – raridade pela materialidade	ARAUJO, Diná Marques Pereira; REIS, Alcenir Soares dos. Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro. <i>Perspect. ciênc. inf.</i> , Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 168-184, jul. 2017.
Teixeira, Garcia e Rodrigues (2018)	Materialidade do livro associada à fisicalidade	São “[...] As características [que] atribuem valor ao livro como objeto porque este é visto como investimento, relíquia e/ou símbolo de status.”	TEIXEIRA, Heytor Diniz; GARCIA, Naillê de Moraes; RODRIGUES, Marcia Carvalho. Critérios de raridade bibliográfica: problemas, metodologias e aplicações. <i>Biblos</i> , v. 32, n. 1, p. 134-145, jan./jun. 2018.
Salarelli (2017)	Materialidade como concretude do objeto livro		SALARELLI, Alberto. Para além da falha digital: as duas perspectivas da bibliografia. <i>Perspectivas em Ciência da Informação</i> , Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 7-20, jul., 2017.
Siqueira (2015)	A materialidade do suporte permite a veiculação da mensagem, da informação	É o suporte que permite a veiculação da informação	SIQUEIRA, Jéssica Camara. Informação e Documento-relações simbióticas. <i>PontodeAcesso</i> , Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-110, abr. 2015.

Fonte: Elaboração nossa.

Quadro 7 – Síntese da dimensão relacional da materialidade complementar/transversal à obra de Bernd Frohmann

Autor(a/es)	Perspectiva de materialidade	Complementaridade/Zona de transversalidade	Referência
Silveira e Reis (2011)	A materialidade é suporte da palavra, e promove significação	Le Goff (2003): ideia de <i>mnemosine</i>	SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. <i>Informação & Sociedade</i> , João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011.
Goulart (2016a)	A materialidade do livro surge na interação e produção de sentidos, quando do encontro entre o livro e o leitor	Chartier (2009): concepção de representação e materialidade do livro	GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. A configuração do espaço dos livros no interior da sala de aula. <i>RDBC: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação</i> , v. 14, n. 2, p. 348-362, mai./ago., 2016.
Corsino, Vilela e Travassos (2017)	A materialidade física do livro desencadeia ações educativas e culturais	Chartier (1996): reflete sobre a materialidade do impresso e práticas de leitura	CORSINO, Patrícia; VILELA, Rafaela; TRAVASSOS, Sônia. Reflexões sobre políticas de livro e leitura de secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. <i>Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea</i> , n. 50, p. 351-377, jan./abr. 2017.

Cavalcante (2009)	A materialidade do impresso é menos importante que as ideias que dão significados aos textos	Chartier (1998, 2001): passagem da leitura oralizada para a leitura silenciosa; a "Crise do livro" apareceu em 1890 em solo francês, com a superprodução livresca; "tradição de história social e cultural"; a cultura textual se fortalece nos novos meios comunicacionais	CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 1-12, 2009.
Goulart (2014)	A materialidade do suporte desencadeia práticas de leitura no decorrer do tempo	A textualidade só existe acoplada à materialidade	GOULART, I. C. V. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, v. 12, n. 2, p. 5-19, maio/ago., 2014.
Goulart (2016b)	A materialidade do livro "representa uma forma de expressividade e de produção de sentidos, que move ações, relações e interações em redes dialógicas"	Chartier (1994, 1996, 1999, 2002, 2003, 2009): estudos sobre história do livro (ênfase na materialidade) Deleuze e Guattari (1995): ideia de "agenciamento" e livro como "rizoma"	GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. A compreensão e conceituação de livro num jogo de representações. Leitura: Teoria & Prática, v. 34, n. 67, p. 69-82, 2016.
Goulart e Lobo (2016)	A materialidade do livro é física (suporte) e não física, e promove uma pluralidade de sentidos e narrativas	Chartier (1990, 1996, 1998, 1999, 2009): materialidade do livro e história cultural Deleuze e Guattari (1995, 1996): conceito de "agenciamento", livro como "rizoma" e "CsO"	GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; LOBO, Dalva de Souza. Nas (in) definições de livro, leitor e leitura: uma multiplicidade de espaços e sentidos. Leitura, Alagoas, v. 2, n. 56, p. 5-25, jul./dez. 2016, 2016.
Mendes, Custódio e Eggert-Steindel (2017)	Preservar a materialidade do livro didático é preservar a memória e afetividade	O livro didático como um objeto cuja materialidade evoca afetividades	MENDES, Lucas; CUSTÓDIO, Marcela; EGGERT-STEINDEL, Gisela. Livro didático: o despertar da memória afetiva. RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 932-943, 2017.
Ramos e Mattos (2018)	A materialidade das sobrecapas revestem os livros de significados	Materialidade das sobrecapas de livros – não somente elemento estético, mas potencializador de significados, demanda atitudes e ações dos leitores	RAMOS, Ana Margarida; MATTOS, Margareth. Revestir el libro de significados: un análisis de las sobrecubiertas en la literatura infantil y juvenil. Ocnos: Revista de estudios sobre lectura, v. 17, n. 2, p. 33-45, 2018.
Amorim, Lucas, Pizarro e Picalho (2019)	Materialidade da informação como "[...] efeito de conexões que atravessam ao longo da história diferentes esferas e tensões."	Deleuze e Guattari (2011): a forma e organização do livro refletem e direcionam a própria organização social; conceito de livro-rizoma	AMORIM, Igor Soares et al. A estrutura do livro como matriz de ordenação do conhecimento. Em Questão, v. 25, p. 264-287, ed. esp. V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019.
Cataldo e Loureiro (2019)	A materialidade dos livros dialoga com os sujeitos, fazendo com que a informação ultrapasse sua fisicalidade (limites físicos)	Pomian (1984): a coleção figura entre o visível e o invisível	CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os Objetos Falam? Reflexões sobre Objetos, Coleções e Memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2019.
Nogueira (2016)	A materialidade do suporte é menos importante que o texto e a relação texto-leitor/leitor-sociedade	Le Goff (1990): alerta para o monopólio da memória por parte de classes mais abastadas	NOGUEIRA, Wesley Augusto. Reflexões sobre o livro digital: circulação, preservação e fixação. Informação@

			Profissões, Londrina, v. 5, n. 1, p. 94-110, jan./jun. 2016.
Ribeiro (2017)	A materialidade dos livros traz implicações não apenas para sua própria forma de existir, mas também para nossa existência humana, profissional e social	Latour (1994): teoria ator-rede Chartier (1998; 1998a; 2001, 2002, 2014): história do livro, tocando na temática do livro eletrônico e da digitalização	RIBEIRO, Ana Elisa. O bibliógrafo digital: questões sobre a materialidade do livro no século XXI. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 120-130, jul. 2017.
Gruszynski e Castedo (2018)	O livro não pela sua forma (impresso ou digital), mas como um objeto inserido numa "rede de artefatos e acordos culturais"	Chartier (1999): as mudanças no mundo digital representam mudanças nos suportes de leituras e nas maneiras de se ler	GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; CASTEDO, Raquel da Silva. A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação. Interin, v. 23, n. 1, p. 238-255, 2018.
Murguia (2009)	A materialidade do livro tem valor pelo seu suporte, é símbolo social, fetiche, memória, desperta questões dispositivas e pessoais que levam à posse e à coleção – constitui-se em "semióforo"	Pomian (1982, 1998): o trajeto das coleções na história (das sociedades primitivas ao século XVII). Conceito de "semióforo" e livro como semióforo Latour (2000): biblioteca como "laboratório" e inserida numa rede	MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 87 - 104, jan. 2009. ISSN 1518-2924.
Serejo e Juvêncio (2020)	A materialidade do livro desvela aspectos simbólicos que caracterizam o colecionismo	Murguia (1989, 2009): acumulação e colecionismo; na cultura material as mudanças ocorrem lentamente, num lugar e espaço específico, com mudanças e trocas mediadas por múltiplos interesses Pomian (1984): define a coleção como um conjunto de objetos retirados do circuito de atividades econômicas, mantidos para serem protegidos e expostos ao olhar Chartier (2000): a dedicatória é uma maneira de honrar o dedicando, numa mútua homenagem	SEREJO, Vitor; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Livro, identidade e memória: a biblioteca de Getúlio Vargas do Museu da República. Memória e Informação, v. 4, n. 2, p. 193-210, jul./dez. 2020.
Souza e Crippa (2011)	O suporte é símbolo da perpetuação do patrimônio	Cita o caráter da materialidade presente na ciência da informação a partir da obra de Frohmann (2004; 2008), no entanto, deixa claro que o sentido do texto é de fisicalidade, como utilizado em estudos patrimoniais	SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. Em Questão, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.
Maia (2019)	A materialidade do suporte é menos importante que a (i)materialidade, pois é aí que o objeto torna-se patrimônio	Foucault (2003): os sujeitos estabelecem relações de poder-saber na cultura	MAIA, M. E. A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2019.
Rabello e Rodrigues (2014)	A materialidade para além da escritura – relaciona-se com a vida social do objeto	Foucault (2005) e Le Goff (1994): ideia "documento monumento" Chartier (1978): reflexão acerca da documentação para o "movimento dos <i>Annales</i> " em oposição aos historiadores "tradicionais" Rabello (2008, 2010, 2011): reflexão sobre a história dos	RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Prova documental: inscrições e materialidade. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014.

		conceitos de Reinhart Koselleck. Aspectos disciplinares do “ser documento”, presente na diplomática, arquivologia, história etc. Conceito de “prova documental”	
Rabello e Rodrigues (2018)	A materialidade como evidência tornada “coisa” institucionalizada e concebida como “prova” para a representação	Le Goff (2013): existem forças que tornam o documento um monumento (leitura foucaultiana) Pomian (1978): o movimento dos <i>Annales</i> buscava analisar estruturas sociais da vida cotidiana, de modo a trazer novos atores e objetos para a pauta histórica Foucault (1969): a história transforma documentos em monumentos Chartier (1978): reflexão acerca da documentação para o “movimento dos <i>Annales</i> ” Murguia (2014): a relação saber/poder implica dilemas éticos, políticos, econômicos, epistemológicos etc. para a dimensão social da informação Rabello (2017, 2018): no contexto social e institucional, os sujeitos realizam agências informacionais. Salto epistemológico presente no conceito de documento e monumento	RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais... Londrina: ANCIB, 2018.
Gaspar e Reis (2010)	A existência material do enunciado está nas “superfícies enunciativas – da onde se extrai os sentidos	Foucault (2008): teoria de análise do discurso	GASPAR, Nádea Regina; REIS, Livia de Lima. Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação. DataGramZero, João Pessoa, v. 11, n. 6, dez. 2010.
Medeiros e Pinho (2018)	A materialidade ou (i)materialidade da informação representa o meio social, incorporando camadas de registro, inscrição e materialização de objetos	Le Goff (1990): entende a memória como a capacidade de conservar informações Latour (2002): a representatividade presente nas imagens artísticas desvelam relações diversas do mundo social Murguia (2010): conceitua a memória individual e a memória coletiva	MEDEIROS, Wagner Oliveira de; PINHO, Fabio Assis. Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 184-198, nov. 2018.
Crippa (2020)	A materialidade viabiliza a representação dos objetos e os significados	Pomian (1984): valor de uso de valor de troca dos objetos	CRIPPA, Giulia. “O maravilhoso número das imagens”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-20, 2020.
Sá (2018)	Visão da documentação clássica que amplia a noção de documento	Le Goff (2003): o movimento dos <i>Annales</i> ampliou o leque dos registros documentais como fonte de análise histórica	SÁ, Alzira Tude de. A imagem fotográfica como representação e documento: um estudo a partir das fotografias de objetos da sala de visitas do escritor Jorge Amado. Informação &

			Sociedade, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2018.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração nossa.

APÊNDICE 2 – FIGURAS

Figura 3 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por convergência

redes sociotécnicas representação
 além do suporte
 enunciados ou discursos
 institucionalidade
 prova documental
 dispositivos
 aspectos valorativos
 abordagem holística

Fonte: elaboração nossa com uso de Mentimeter.com

Figura 4 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por diferenciação ou divergência relativa

informatividade intencionalidade
 práticas leitoras colecionismo
 representação arranjo físico raridade
 aspectos valorativos
 fisicalidade
 equipamento cultural

Fonte: elaboração nossa com uso de Mentimeter.com

Figura 5 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por complementaridade/transversalidade



Fonte: elaboração nossa com uso de Mentimeter.com

Figura 6 – Descritores de perspectivas de materialidade na literatura mapeada por convergência, diferenciação ou divergência relativa e complementaridade/transversalidade



Fonte: Elaboração nossa.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUADRO

Quadro 2 – Estratégias de busca para o tema “materialidade” e “materialidade do livro”
(bases nacionais)

Base	Campo de busca	Termos de busca	Etapas de análise		
			1ª (Busca nº de revocados)	2ª e 3ª etapa (Análise)	4ª (extração de conceitos)
BRAPCI	Título, palavra-chave e resumo	Busca por Termo Composto materialidade do livro*	20	Alta precisão	10
		Busca por Termo Composto "materialidade da informação"	4	Baixa precisão	0
		Busca por Termo Composto "institucionalidade da informação"	1	Alta precisão	1
		Busca Composta Materialidade AND Livro	21	Média precisão	2
		Busca Composta Materialidade AND Informação	52	Média precisão	17
		Busca Composta Institucionalidade AND Informação	7	Média precisão	1
Total (revocados/selecionados)			105		31
E-LIS	Busca básica	books materiality	37	Média precisão	1
		materialidade do livro	1	Baixa precisão	0
	Busca avançada	English abstract matches "book" AND Keywords matches "materiality "	1	Baixa precisão	0
		English abstract matches "materiality" AND Keywords matches "information "	5	Alta precisão	1
	Busca avançada	English abstract matches "materiality book information"	3	Baixa precisão	0
	Total (revocados/selecionados)			47	
GA	Busca avançada	"materialidade do livro" e "Ciência da informação"	137	Média precisão	12
		"book's materiality"	75	Média precisão	4
Total (revocados/selecionados)			212		16
Total Revocados (geral)					364
Total no Mapeamento					49

Fonte: Amorim e Rabello (2021).